

VOLUME

5

COLEÇÃO

ENSAIOS

HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL: AS MÚLTIPLAS NARRATIVAS DO PASSADO

ORGANIZADORES

MARCIA R. DE OLIVEIRA LUPION

JOSÉ CARLOS GIMENEZ



VOLUME

5

COLEÇÃO

ENSAIOS

HISTÓRIA LOCAL E REGIONAL: AS MÚLTIPLAS NARRATIVAS DO PASSADO



Maringá: Edições Diálogos, 2025



Universidade Estadual de Maringá
Av. Colombo, 5790
Bloco H-12, sala 16
Maringá/PR
CEP: 87020-900
E-mail: editoradialogos@uem.br

CONSELHO EDITORIAL

Angelo Priori (UEM – Coordenador Editorial)
Alexandre Fortes (UFFRJ)
Cláudia Viscardi (UFJF)
Carlos Alberto Sampaio Barbosa (UNESP)
Carlos Gregório Lopes Bernal (Universidad de El Salvador)
Francisco Carlos Palomanes Martinho (USP)
Gilmar Arruda (UEL)
Luiz Felipe Viel Moreira (UEM)
João Fábio Bertonha (UEM)
José Luiz Ruiz-Peinado Alonso (Universitat Barcelona, Espanha)
Peter Johann Mainka (Universität Würzburg, Alemanha)
Ronny Viales Hurtado (Universidad de Costa Rica)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Coordenadora geral:

Neilaine Ramos Rocha (UEM)

Equipe:

Ailton Jose Morelli (UEM)
Alex Aparecido da Costa (UEM)
Davi A. S. Talizin (UEM)
Hudson Siqueira Amaro (UEM)
Jean Carlos Moreno (UEM)
Karla Maria da Silva (UEM)
Marcia R. de Oliveira Lupion (UEM)
Sezinando Luiz Menezes (UEM)

Copyright © 2025 para os organizadores

Todos os direitos reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo mecânico, eletrônico, reprográfico etc., sem a autorização, por escrito, da editora ou dos organizadores/autores.

EQUIPE TÉCNICA

Revisão textual e gramatical: Os autores.

Normalização textual e de referências: Davi A. S. Talizin

Projeto gráfico/diagramação: Davi A. S. Talizin

Capa: Davi A. S. Talizin e Gustavo Henrique Sales

Tamanho da obra: 21x29,7 cm

Fonte: Bell MT

Publicação online: <https://dhi.uem.br/>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L965 Lupion, Marcia R. de Oliveira; Gimenez, José Carlos.
[organizadores].

História local e regional: as múltiplas
narrativas do passado. -- Maringá, PR :
Edições Diálogos, 2025.

144 p. Il. PDF.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN: 978-65-01-74416-2

1. História local. 2. História Regional. 3.
Narrativas. 4. Memórias. I. Lupion, Marcia R. de
Oliveira. II. Gimenez, José Carlos. III. Título.

CDD 909.82

SUMÁRIO

Apresentação	5
Homenagem a Edgar Werner Osterroht	14
Capítulo 01: Aldeamentos no Paraná Provincial: estabelecimento, finalidade e significados	17
Capítulo 02: A educação escolar no posto indígena Cacique Gregório Kaekchot - Ivaí/Paraná: estudo da documentação do SPI.....	29
Capítulo 03: Apontamentos sobre Doutor Camargo: médico e nome de município.....	41
Capítulo 04: A geada de 1975 e suas nuances regionais no norte do Paraná: nuances e transformações	53
Capítulo 05: Breves apontamentos sobre a história e memória da educação em Cianorte.....	62
Capítulo 06: Preservação do patrimônio cultural em quedas do iguaçu – pr..	70
Capítulo 07: Nomes de cidades: articulação entre elementos naturais, culturais e relações de poder	79
Capítulo 08: História e memória em extensão: a escola municipal doutor osvaldo cruz.....	89
Capítulo 09: “Político Empresário”, “Empresário Político”: a participação na política brasileira de Hermann Moraes Barros.....	102
Capítulo 10: Caminhos decoloniais da história regional: ensaio sobre o Cemitério dos Caboclos, em Paçandu-PR (séc. XX-XXI; 2014-2020)	112
Capítulo 11: Fotografia e Educação: a documentação imagética da escola pública de Maringá-PR	125
Capítulo 12: Do Cirol ao Imbaú: interfaces entre o Facebook e a História.	133

APRESENTAÇÃO

Os textos aqui reunidos tiveram origem no evento ***História Regional: sujeitos, espaços e práticas***, promovido pelo Departamento de História e pelo ProfHistória da Universidade Estadual de Maringá, entre 27 e 29 de novembro de 2024. O foco do evento era possibilitar discussões que tivessem como eixo central problemáticas envolvendo a história regional e questões como identidade, suas relações com a história global, a diversidade social, a valorização do patrimônio, e a sua vinculação ao ensino de história.

A História Regional é uma abordagem existente no grande campo da historiografia, em que se concentra a análise histórica em um determinado espaço geográfico. O material existente nessa série de livros é fruto da experiência das análises historiográficas elaboradas no contexto regional, não apenas sobre a História Regional, mas feita a partir dela, uma produção regional de diferentes discussões temáticas do universo historiográfico.

Paralelamente, outros temas, com recortes temporais variados, também foram trazidos à tona no evento, ampliando o diálogo entre professores/pesquisadores e estudantes. Discussões relativas à Antiguidade, à Idade Média e à Modernidade ocuparam lugar importante no evento; assim como questões relacionadas à história cultural e à história das crenças e das religiões, os debates envolvendo imagem e poder no século XIX, a relação entre impressos e movimentos sociais, e as reflexões relacionadas ao ensino de História.

Essa diversificação ordem temporal, temática e teórica, e a troca de ideias entre os pesquisadores, é extremamente importante no processo de construção do conhecimento histórico e pode produzir resultados reveladores, lançando novas luzes sobre diferentes aspectos, episódios, personagens ou processos.

As discussões ocorridas promoveram interessantes reflexões, as quais foram materializadas nos capítulos que compõem esta coletânea.

O primeiro livro da Coleção Ensaios **“Da Antiguidade aos Tempos Modernos”** oferece ao leitor uma rica e multifacetada jornada pela História, tecendo um panorama que se estende das fundações da civilização ocidental na Antiguidade até as complexas dinâmicas da era moderna. Este livro reúne um mosaico de estudos que, em conjunto, iluminam as contínuas transformações e as surpreendentes permanências nas esferas do poder, da cultura, da fé e da identidade ao longo dos séculos.

A obra mergulha inicialmente nas raízes do Ocidente, explorando a complexa sociedade do Império Romano. Examina-se tanto a dinâmica da economia imperial, a partir da perspectiva de grandes proprietários de terras, quanto o papel e a educação de mulheres da

elite que desafiaram as convenções de seu tempo. Em paralelo, o livro investiga o alvorecer do cristianismo, desvendando a formação de novas identidades e as fluidas fronteiras sociais e culturais entre judeus, gregos e os primeiros seguidores de Jesus.

O coração desta coletânea pulsa na Idade Média, um período que aqui se revela em toda a sua diversidade. Um núcleo significativo de estudos volta-se para a Península Ibérica, em especial o Reino de Castela no século XIII. As análises desvendam as relações de poder através do simbolismo de rituais, a importância da fidelidade nos laços de vassalagem e as tensões que culminaram na revolta da nobreza e no uso do exílio como ferramenta política. A obra também explora a moralidade que regia o mundo dos negócios, guiada pela virtude da prudência, e a construção do ideal de cavaleiro, dividido entre a lógica política e os preceitos religiosos.

Para além da política e da lei, os capítulos medievais exploram a riqueza da cultura e da mentalidade da época. Investiga-se a expressão de subversão e crítica social nas canções de clérigos e estudantes itinerantes, a função pedagógica e simbólica da arte nas catedrais góticas e a vigilância sobre os prazeres e a honra da juventude. A visão sobre o "outro" é um tema central, abordado tanto na perspectiva do mundo islâmico diante da ameaça das Cruzadas quanto na percepção europeia do "maravilhoso" Oriente, a partir de relatos de viagem da época. A trajetória de um influente bispo na Britânia do século VII ilustra os embates entre poderes régios e eclesiásticos na formação da cristandade. A própria imagem do mal é analisada em uma fascinante comparação histórica, contrastando sua representação entre o fim da Idade Média e o início da Era Moderna.

Por fim, o livro avança no tempo, conectando o legado do passado às novas realidades do mundo atlântico. Examina-se a formação de uma identidade singular na São Paulo colonial, forjada no contato contínuo e transformador com o sertão e seus povos originários. A obra se encerra com um olhar sobre o século XIX, analisando a chegada de uma importante missão artística europeia ao Brasil, um projeto que visava modernizar e transformar as artes na nova capital do império.

Dessa forma, "Da Antiguidade aos Tempos Modernos" se constitui como um diálogo vibrante entre diferentes épocas, espaços e problemáticas. Através da análise minuciosa de fontes variadas, os autores constroem um panorama coeso e instigante, revelando como poder, identidade, cultura e fé se entrelaçaram para moldar a História.

Na sequência, a obra **"Imagem e Poder no Período Contemporâneo - Séculos XIX ao XXI"** mergulha nas complexas e indissociáveis relações entre imagem e poder ao longo dos últimos três séculos. Os estudos aqui reunidos oferecem um panorama abrangente de como representações visuais, discursos políticos e a construção de figuras públicas foram utilizados como ferramentas estratégicas para legitimar, contestar e exercer poder. A obra percorre um

arco histórico que vai dos debates institucionais do século XIX às dinâmicas das redes sociais no século XXI, revelando as múltiplas faces do poder em sua dimensão simbólica.

A jornada se inicia no século XIX, um período de formação de Estados nacionais e intensos debates ideológicos. A obra adentra as discussões sobre a arquitetura do poder no Império do Brasil, analisando as controvérsias em torno de seus principais mecanismos de autoridade e o embate entre diferentes correntes de pensamento, como o liberalismo e o conservadorismo. Em seguida, explora como os conflitos entre Igreja e Estado foram travados não apenas na arena política, mas também no campo da imagem, por meio da imprensa satírica e da caricatura, que se tornaram poderosas ferramentas de crítica social e formação de opinião pública.

Avançando para o século XX, os capítulos revelam como o poder se manifestou através da propaganda e da construção de identidades coletivas. Investiga-se como a cultura cafeeira foi representada visualmente para forjar a identidade de uma próspera região brasileira, associando um produto agrícola à ideia de "ouro verde" e progresso. Em um registro mais sombrio, a coletânea desvenda o uso da propaganda e da linguagem visual, como as histórias em quadrinhos, para disseminar ideologias autoritárias no Brasil pós-guerra, adaptando velhos discursos a novas realidades. O livro também transcende as fronteiras nacionais para examinar as facetas mais secretas do poder durante a Guerra Fria, revelando os projetos de controle mental desenvolvidos por agências de inteligência em sua busca pela hegemonia global.

Finalmente, a obra chega ao nosso tempo, analisando as reconfigurações da relação entre imagem e poder na era digital. Um estudo de caso da política brasileira recente demonstra como a figura de uma primeira-dama foi estrategicamente construída e projetada, utilizando as redes sociais e o discurso religioso para fortalecer um movimento político, evidenciando o papel central da imagem na mobilização de bases conservadoras e na personificação de valores e estereótipos de gênero.

Deste modo, "Imagem e Poder no Período Contemporâneo" oferece um panorama perspicaz e abrangente. Ao transitar do Império à República, da Guerra Fria à era digital, a coletânea demonstra que, embora as ferramentas e os contextos mudem, a luta pela construção de narrativas e a manipulação de imagens permanecem no cerne do exercício do poder. É uma leitura essencial para compreender como as disputas políticas são, fundamentalmente, disputas por representação.

O livro três da coleção Ensaio é um convite à reflexão crítica sobre os desafios, as tensões e as transformações que definem o nosso tempo. **"Debates sobre Tempo Presente e História"** reúne um conjunto vigoroso de ensaios, a obra confronta o leitor com as complexas dinâmicas do presente, demonstrando a relevância e a necessidade do ofício do historiador para

a compreensão do agora. Os capítulos aqui presentes atravessam diferentes geografias e temas, mas compartilham um compromisso em comum: analisar como o passado recente reverbera em nosso cotidiano, moldando a política, os movimentos sociais e a cultura.

Uma parte central da obra se dedica a examinar a longa sombra do autoritarismo no tempo presente. Os estudos investigam desde as raízes e a persistência de ideologias fascistas em contextos inesperados, como em uma pequena cidade do interior do Brasil ou em torcidas de futebol europeias, até as profundas cicatrizes deixadas pela ditadura militar brasileira. A coletânea dá voz à resistência, analisando a coragem de grupos que denunciaram a violência em publicações clandestinas, a mobilização de mães em busca de direitos e justiça, e como o cinema contemporâneo se torna um veículo poderoso para revisitar o trauma do desaparecimento político.

O livro volta-se também para as dinâmicas da política e da mobilização social que moldam nosso mundo. Análises aprofundadas sobre o Brasil recente exploram a escalada da polarização política, os desafios às instituições democráticas e as surpreendentes formas de organização que emergem em nível local, muitas vezes unindo religiosidade e engajamento cívico. Em uma perspectiva global, os ensaios investigam as complexas interações entre fé, tradição e modernidade nos movimentos de renovação do pensamento islâmico e examinam os fluxos migratórios contemporâneos através das histórias de vida de mulheres migrantes, revelando a importância das redes de apoio e das identidades transnacionais.

Por fim, a obra explora como a cultura, especialmente o cinema, se torna um espelho para as crises e angústias do tempo presente. Através da análise de produções cinematográficas, os autores discutem como temas como as mudanças climáticas, a perda da fé e a ausência de perspectivas de futuro são representados e debatidos na esfera pública, refletindo um sentimento de mal-estar que caracteriza a contemporaneidade.

Em suma, "Debates sobre Tempo Presente e História" é uma obra provocadora e essencial. Ao reunir investigações sobre fenômenos políticos, movimentos sociais e representações culturais que nos afetam diretamente, o livro reafirma a importância da História do Tempo Presente. É uma leitura fundamental para todos que buscam compreender os desafios do nosso tempo e refletir sobre como o passado continua a ressoar e a moldar o nosso presente e futuro.

Este livro oferece ao leitor uma imersão no universo da História Cultural, campo que investiga não apenas os acontecimentos do passado, mas as múltiplas formas como eles são construídos, percebidos e representados. A obra reúne um conjunto de ensaios que exploram como imagens, narrativas e memórias se entrelaçam para dar forma à nossa compreensão do mundo, atuando como forças ativas na definição de identidades, na articulação do poder e na

produção de saberes.

A obra **"História Cultural: entre as imagens, narrativas e memórias"**, quarto livro da coleção, inicia sua exploração pelo vasto campo das imagens, demonstrando como as representações visuais são arenas de poder e construção de sentido. Os ensaios analisam desde a pintura histórica do século XIX, que forjou a memória de guerras e a identidade nacional, até as páginas de revistas populares que moldaram o papel social da mulher em meados do século XX. A investigação se aprofunda na crítica das artes visuais, desvendando o olhar masculino na representação do corpo feminino ao longo da história da arte, e explora a potência das histórias em quadrinhos como complexas narrativas sobre períodos de efervescência cultural e política, como a Berlim dos anos 1920.

Em seguida, o livro se volta para a força das narrativas. Os capítulos revelam como diferentes discursos — sejam eles científicos, musicais ou econômicos — organizam e dão forma à nossa percepção do passado. A análise viaja desde os relatos de naturalistas europeus do século XIX, que construíram uma narrativa específica sobre a natureza e as doenças no Brasil, até as canções de protesto dos anos 1960, que articularam um projeto político e cultural para a nação. A obra também demonstra como o pensamento econômico pode ser lido como uma grande narrativa sobre o desenvolvimento de um país e, em um plano mais teórico, reflete sobre como as narrativas geracionais são fundamentais para a construção da consciência histórica e para o próprio ensino de História.

Por fim, a coletânea mergulha no campo da memória, investigando como as identidades coletivas são formadas, mantidas e transformadas. Um dos estudos de caso explora a trajetória de comunidades de imigrantes no sul do Brasil, mostrando como a memória e as tradições culturais são preservadas e recriadas em um novo território. Essa reflexão sobre a memória permeia toda a obra, que, em sua essência, questiona como certas imagens e narrativas são selecionadas para compor a lembrança oficial de uma nação, de uma guerra ou de um grupo social, enquanto outras são relegadas ao esquecimento.

Desta forma, **"História Cultural: entre as imagens, narrativas e memórias"** é uma obra para quem busca compreender as camadas mais profundas do fazer histórico. Os ensaios aqui reunidos nos lembram que a história não é apenas o que aconteceu, mas, fundamentalmente, como o que aconteceu é visto, contado e lembrado. É um convite para um olhar mais crítico sobre as fontes do passado e as histórias que elas nos contam.

Já a obra **"História Local e Regional: as múltiplas narrativas do passado"** representa o coração da presente coleção, materializando em seus capítulos o tema central do evento que o originou: toda a coleção foi voltada a temática **"História Regional: sujeitos, espaços e práticas"**. A obra é uma celebração da riqueza e da complexidade da História vista de perto e,

ao voltar o olhar para municípios, comunidades e espaços específicos, revela as múltiplas camadas que compõem o passado, desafiando as narrativas unificadoras e dando voz a uma diversidade de experiências que, muitas vezes, permanecem à margem da grande História nacional.

O livro mergulha na formação do território, investigando os processos de ocupação que definiram a paisagem humana e social, especialmente no sul do Brasil. Os estudos abordam desde a chegada de imigrantes europeus, que trouxeram suas culturas e aspirações para uma nova terra, até a perspectiva dos grandes empreendedores que planejaram a colonização de vastas áreas. Em contraponto a uma visão de "terra vazia", a obra revela as políticas de aldeamento impostas aos povos indígenas, mostrando como a reconfiguração do espaço foi um processo complexo e, frequentemente, violento. A análise se aprofunda na vida cotidiana dessas novas comunidades, explorando a criação de instituições fundamentais, como as primeiras escolas, que nasceram junto com as cidades.

Avançando para além da fundação, a obra explora a arena da memória, questionando quem tem o poder de contar a história de um lugar. Investiga-se como a escolha dos nomes de cidades reflete relações de poder e projetos de identidade, muitas vezes homenageando elites e apagando outras trajetórias. Em uma perspectiva crítica e decolonial, os ensaios analisam como patrimônios culturais marginalizados podem ser ressignificados para desafiar narrativas hegemônicas. Discute-se também a importância da criação de espaços de memória, como museus e memoriais, como atos de resistência e afirmação da identidade coletiva no presente.

Ao final, "História Local e Regional" reafirma o poder do olhar microanalítico. Os ensaios aqui reunidos demonstram que é no estudo minucioso dos lugares e de suas gentes que as grandes narrativas históricas são testadas, enriquecidas e, muitas vezes, transformadas. Esta é uma obra fundamental para entender que a história é feita de múltiplas vozes e que o passado é um campo vivo, constantemente disputado e ressignificado.

"Impressos e Movimentos Sociais: construção historiográfica através dos veículos de informação", sexto livro da coleção "Ensaio", mergulha no universo da imprensa para explorar como jornais e revistas atuaram como poderosos agentes históricos. Longe de serem meros transmissores de informação, os periódicos aqui analisados são revelados como espaços de disputa, ferramentas de mobilização social e instrumentos para a construção de projetos de nação, ideologias e identidades.

Os ensaios demonstram a centralidade da imprensa na articulação de grandes projetos políticos e ideológicos. A análise viaja desde a Europa em guerra, onde a imprensa anarquista se tornou a voz de um movimento revolucionário, até o Brasil do século XIX, em que periódicos técnicos foram cruciais para disseminar um projeto de modernização agrícola e

nacional. A obra também explora como revistas acadêmicas especializadas foram fundamentais para construir e unificar um campo de saber continental, como o indigenismo, definindo o modo como o passado dos povos originários seria interpretado.

Um eixo fundamental do livro é a relação entre a imprensa e a construção das identidades de gênero. Os estudos investigam como revistas e jornais, no Brasil e no México, foram utilizados para moldar o comportamento feminino, prescrevendo papéis sociais para as mulheres em contextos de guerra e de consolidação de projetos nacionais. Indo além da representação, a obra também lança luz sobre a participação ativa das mulheres como intelectuais e autoras nesses mesmos periódicos, revelando sua presença e contribuição em espaços muitas vezes dominados por homens.

Ao focar nos "impressos", este livro oferece uma contribuição valiosa para a compreensão de como as ideias circulam e ganham força. Fica evidente que jornais e revistas são mais do que fontes para o historiador: são o próprio palco onde a história é debatida, as identidades são forjadas e os movimentos sociais encontram sua voz. É uma obra essencial para entender a força da palavra impressa na construção do mundo contemporâneo.

Chegando ao penúltimo livro desta coleção, a obra **"História das Crenças e das Religiões"** nos conduz por uma jornada fascinante e complexa através das múltiplas formas como a humanidade experiencia, constrói e disputa o sagrado. Os capítulos aqui reunidos exploram um vasto panorama de crenças, desde as mais ancestrais, inscritas em rochas, até os debates contemporâneos que desafiam instituições milenares, revelando como a fé é um campo dinâmico de poder, identidade e resistência.

O livro mergulha nas raízes da religiosidade no território brasileiro, investigando os possíveis contornos místicos e cerimoniais nas pinturas rupestres, que apontam para uma profunda conexão espiritual dos povos originários com o seu mundo. Avançando no tempo, a obra ilumina a diversidade religiosa e os conflitos que marcaram a formação do Brasil. Análises de processos criminais das décadas de 1950 a 1970, por exemplo, revelam a perseguição sistemática a espíritas, umbandistas e curandeiros. Em paralelo, a obra reconstitui a trajetória e a formação de uma discreta, mas resiliente, comunidade judaica em uma cidade do interior, e analisa as tensões entre o catolicismo oficial e as novas correntes religiosas que emergiam no século XIX, embaladas por um ideário liberal.

A coletânea se aprofunda na análise de discursos e representações no seio do cristianismo. Um dos estudos investiga as falas de um influente arcebispo brasileiro para compreender a construção de uma noção específica de juventude, guiada por preceitos de fé e vocação familiar. Em um ousado contraponto, outro capítulo nos transporta para os Estados Unidos da década de 1970 para analisar a inédita realização de casamentos religiosos

homossexuais, mostrando como comunidades de fé podem se tornar espaços de reivindicação de direitos e de ressignificação de rituais. A obra também viaja à Idade Média para desvendar, em um grande poema épico, os entrelaçamentos culturais e temporais na construção de figuras mitológicas que personificam complexas alegorias sobre o pecado.

Por fim, o livro se volta para o tempo presente, explorando as crises da fé e as novas formas de manifestação do sagrado. Um capítulo analisa como o carnaval pode se tornar um potente espaço de debate sobre intolerância religiosa, através da representação de divindades de matriz africana na avenida. Fechando a obra, uma análise de uma produção cinematográfica contemporânea discute a angústia da fé diante de um futuro incerto, marcado por crises ambientais e pela dificuldade de mobilização coletiva, refletindo o mal-estar que caracteriza nossa época.

Assim, "História das Crenças e das Religiões" nos oferece um mosaico rico e provocador, demonstrando que o estudo do sagrado é fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e culturais que moldam o mundo.

Chegamos ao último livro desta coleção com uma obra que se volta para o coração do fazer histórico em sua dimensão mais fundamental: a sala de aula. **"Ensino de História: horizontes de práticas e pesquisas"** reúne um conjunto de reflexões e estudos que mergulham nos desafios e nas imensas possibilidades que cercam a educação histórica na contemporaneidade. Este livro é um convite para que educadores, pesquisadores e estudantes repensem as práticas pedagógicas, os materiais didáticos e o próprio sentido de se ensinar e aprender História em um mundo cada vez mais complexo e digital.

Uma parte essencial da obra dedica-se a analisar criticamente as ferramentas e os conteúdos que moldam o ensino de História no Brasil. Os capítulos investigam como os livros didáticos representam ou silenciam a presença e o protagonismo dos povos indígenas e afro-brasileiros, e propõem novas metodologias para superar as lacunas deixadas por uma abordagem tradicional. A análise se aprofunda na crítica aos currículos que, sob a bandeira da modernização, promovem uma lógica produtivista e de controle sobre o trabalho docente, esvaziando o potencial crítico da disciplina e transformando a educação em uma mercadoria.

Outro eixo fundamental do livro aborda a relação entre o ensino de História e o universo digital. Em um tempo em que os alunos consomem informações em plataformas como TikTok e YouTube, os autores discutem os desafios e as oportunidades que essas novas mídias trazem. A obra explora como temas sensíveis podem ser apresentados nesses espaços e reflete sobre como os professores podem utilizar criticamente esses conteúdos, transformando-os em ferramentas pedagógicas para engajar os estudantes e promover discussões aprofundadas. A discussão se estende para a metodologia da própria História Digital, propondo novas formas

de analisar fontes e de gerenciar dados de pesquisa em ambientes virtuais.

Por fim, a obra reforça a relevância de se ensinar todos os períodos históricos, combatendo a visão utilitarista que por vezes ameaça a presença da História Antiga e Medieval nos currículos. Os autores defendem que o estudo de temporalidades distantes, como as democracias da antiguidade, oferece ricas oportunidades para a reflexão sobre alteridade e para o desenvolvimento da consciência histórica. Além disso, a coletânea propõe que o ensino de História pode ser uma poderosa ferramenta para a educação em Direitos Humanos, ao permitir que os alunos compreendam a historicidade desses direitos e se percebam como agentes de transformação social.

Deste modo, "Ensino de História: horizontes de práticas e pesquisas" encerra a coleção com um chamado à ação e à reflexão. É uma obra indispensável para todos que acreditam no poder da educação histórica como instrumento para a formação de cidadãos críticos, conscientes de seu tempo e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e plural.

Em suma, essa coletânea é o resultado de um esforço múltiplo e coletivo de pesquisadores de diferentes áreas do campo da História, revelando a contribuição que nosso contexto elabora para os estudos historiográficos no Brasil. A realização desta coleção não seria possível sem o apoio e a dedicação de inúmeras pessoas. Em especial, expressamos nossa sincera gratidão ao Professor Doutor Ângelo Priori, Coordenador da Editora Diálogos, cuja orientação e empenho foram fundamentais para a concretização deste projeto editorial.

Davi A. S. Talizin



Karla Maria da Silva



Neilaine Ramos Rocha



HOMENAGEM A EDGAR WERNER OSTERROHT

Marcia Regina de Oliveira Lupion



Em sua XXVII edição a Semana de História da Universidade Estadual de Maringá sob o tema *História Regional: sujeitos, espaços e práticas*, trouxe à lume discussões que demonstram como a temática encontra-se envolvida na trajetória acadêmica dos cursos de História. Longe de ser uma história de espaços periféricos¹ a História Regional é uma abordagem que busca interpretar as relações promovidas pelos seres humanos a partir das particularidades evitando generalizações que excluem traços singulares e sujeitos relevantes para a compreensão histórica.

Uma particularidade significativa da História da cidade de Maringá é que parte de sua narrativa foi contada e recontada sob diversos suportes ao longo dos 77 anos do estabelecimento do município. Contudo, um desses suportes se destaca pela riqueza de detalhes e por ser um retrato contemporâneo dos fatos.

Estamos falando da produção artística de Edgar Werner Osterroht, pioneiro alemão, artista plástico e projetista da Companhia Melhoramentos Norte do

Paraná, que chegou ao município no ano de 1951 permanecendo até seu falecimento em outubro de 2020.

Esta breve biografia do artista de forma alguma esgota a contribuição dada por Osterroht à memória visual de Maringá. Na verdade, a biografia nasce do desejo de agradecer aos familiares do senhor Edgar por terem permitido o uso de suas obras na arte visual que compõe esse evento. Sim, a arte dos banners, do site, dos convites para os simpósios e minicursos foi elaborada a partir das telas produzidas pelo senhor Edgar como uma forma de homenageá-lo por sua sensibilidade e contribuição histórica.

Ainda jovem, por volta dos 4 anos de idade, Osterroht já demonstrava domínio artístico, sobretudo com a pintura. E, conta-se que quando não tinha telas prontas, ele costumava utilizar lençóis para registrar traços do município, fato pelo qual constantemente o teriam chamado de “louco” por se encontrar no meio de uma rua ou avenida lamacenta, com um cavalete retratando momentos de uma Maringá em fase de construção. Os mais de 60 anos vividos em Maringá tornaram o olhar do projetista mais apaixonado no qual as cores vibrantes de suas obras contrastam com a realidade retratada.

São mais de 300 obras que tem por tema a história maringaense e, que, em sua maioria, remetem aos primeiros anos do município quando a ideia de progresso contrastava com a lama e as instituições por serem construídas. Era o tempo do sonho de uma Maringá que nasce, simultaneamente, de uma canção como recorda a memória coletiva e da promessa de um futuro

¹ ZLATIC, Carlos Eduardo. **História Regional**: convergências entre o local e o global. Curitiba: InterSaberes, 2020.

planejado desde a prancheta e que estava sendo construído no presente dos primeiros habitantes.

Para nós, o fato de Osterroht não ter dado ouvidos aos gracejos de quem o via colocando em prática sua sensibilidade artística, tornou possível a construção de um excelente material visual sobre a nossa cidade e que pode ser ao mesmo

tempo, objeto de fruição e documento histórico especialmente para o estudo de cidades e história regional.

Suas obras permitem aos pesquisadores de história regional visualizar as condições de sobrevivência criadas por todos aqueles que para Maringá vieram em busca do El Dourado, e, ao mesmo tempo, sabedores de que se dirigiam a uma cidade por ser construída.

O Plano urbanístico de Maringá é bastante claro: a cidade não passava de uma clareira aberta em meio a mata densa, derrubada em parte pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em parte por empresas madeireiras e particulares com seus machados e correntões.

As obras de Edgar Osterroht são um presente para os maringaenses que podem conhecer a narrativa histórica municipal por meio de telas e livros e também por meio de diversas reportagens sobre o artista presentes na Internet!

**ALDEAMENTOS NO PARANÁ
PROVINCIAL:
ESTABELECIMENTO,
FINALIDADE E SIGNIFICADOS**

Marina Braga Carneiro



Os estudos desenvolvidos no Brasil sobre a temática indígena, por muito tempo escassos e focados em um passado colonial distante ou ainda em uma inevitável assimilação dos povos indígenas à “sociedade nacional”, desde as décadas de 1980 e 1990 vêm passando por um momento próspero, se diversificando em relação aos seus recortes, abordagens e fontes, através dos esforços de pesquisadores de diferentes formações acadêmicas. Nesse período, surgiram historiadores, antropólogos e sociólogos importantes no que se refere à História Indígena no âmbito nacional, dos quais destacam-se John Manuel Monteiro, Manuela Carneiro da Cunha, João Pacheco de Oliveira, Maria Celestino de Almeida e Lúcio Tadeu Mota. A História Indígena tornou-se, nessas últimas três décadas, múltipla e interdisciplinar, uma vez que pode (e deve) ser pensada de forma concomitante e dialógica pela Antropologia, Sociologia, História, Geografia, Linguística, entre outras Ciências Humanas e Sociais.

Para Maria Celestino de Almeida, essas novas abordagens, além de serem decorrentes de novas perspectivas teórico-metodológicas, também são fruto dos movimentos sociais e políticos observados e consolidados nas últimas décadas, protagonizados especialmente pelos próprios indígenas (Almeida, 2012, p. 23).

Dentro desse contexto é que a minha pesquisa de doutorado foi motivada: a escolha do tema se deu, inicialmente, a partir do contato com as fontes primárias, que são ofícios e requerimentos ao e do Presidente da Província do Paraná contidos em livros da Administração Provincial (APs) presentes no acervo do Arquivo Público do Paraná. Nos aproximadamente sete anos em que trabalhei no Setor de Documentação Permanente e atendimento à pesquisa nessa instituição, observei as diversas possibilidades de pesquisa dessa documentação, ao mesmo tempo que estava subutilizada, pois raramente era consultada por pesquisadores.

Os APs possuem assuntos diversos, como obras públicas, saúde, instrução, segurança, imigração, exército, diretoria geral dos índios, aldeamentos, terras, assuntos eclesiásticos, eleições, entre outros tópicos. Essa documentação, majoritariamente manuscrita, compõe o fundo documental PB 001, denominado Secretaria do Governo, que é constituído por correspondências, requerimentos e ofícios do governo paranaense entre 1853 e 1931. Acredito serem fontes bem ricas para compreender a História do Paraná, pois além de possuírem temáticas diversas, são escritas por diversos atores: diretores dos aldeamentos, funcionários do governo, professores, militares, párocos, cidadãos etc.

A escolha de me aprofundar sobre as políticas indigenistas, determinadas pelo regime imperial e executadas em contexto local, ocorreu devido à grande relevância que a questão indígena detém quando pensamos em elaborar qualquer aspecto da História do Brasil, ao mesmo tempo que ela é, ainda nos dias atuais, bastante negligenciada e parte de pressupostos contraditórios. De acordo com João Pacheco de Oliveira Filho, no processo de formação

nacional, os indígenas são “representados como irrelevantes para a configuração das estruturas políticas e econômicas da nação” (Oliveira Filho, 2021, p. 1). Através de um levantamento bibliográfico, constatei que poucos autores discutiam a presença indígena na região paranaense durante o Segundo Reinado, bem como as políticas indigenistas aplicadas no contexto do Paraná provincial e as interações entre os nativos e as instituições administrativas – evidenciadas, especialmente, pelos aldeamentos.

De acordo com a Vânia Moreira, isso pode ser explicado, pois

a temática indígena ainda não entrou de maneira firme na história política do Império. É essa, pelo menos, a impressão deixada por algumas obras coletivas publicadas recentemente. Ao não tratarem dos índios e das nações indígenas, essas historiografias, que se apresentam como visões panorâmicas sobre o século XIX, terminam ajudando a propagar a falsa ideia de que os índios não eram uma preocupação política dos contemporâneos, ou não representavam uma ‘variável’ importante para a análise da experiência histórica brasileira do período (Moreira, 2012, p. 269).

Por muito tempo, houve não apenas uma minimização da importância e atuação indígenas na formação do Brasil imperial e contemporâneo, mas inclusive um apagamento da existência dos povos indígenas em algumas regiões, repercutidas pelas historiografias locais. Este é o caso do Paraná: até a década de 1980, reproduzia-se a ideia de um *vazio demográfico*²¹ no espaço paranaense até o século XIX, que só mudaria no final do século e início do XX com a imigração europeia. Essa narrativa, que invisibiliza a presença indígena na região, pode, talvez, explicar a escassez de pesquisas sobre essa temática com esses recortes temporal e espacial.

A ideia deste presente trabalho é, portanto, apresentar algumas reflexões sobre a História Indígena no Paraná provincial que fazem parte da minha pesquisa de doutorado, especialmente no que concerne ao estabelecimento dos *aldeamentos*, complexas instituições que acabaram por modificar a estrutura geográfica, social e política de diversas regiões do Brasil durante o período imperial brasileiro e que possuem reverberações até os dias atuais.

Segundo John Monteiro, “a instituição dos aldeamentos constituía um dos alicerces – talvez o principal – da política indigenista do Império” (Monteiro, 2001, p. 158). O sociólogo Pablo Antunha Barbosa, por sua vez, afirma que os aldeamentos foram “sem dúvida os estabelecimentos coloniais mais povoados da região [de São Paulo e do Paraná] durante a segunda metade do século XIX, e em vários deles se encontram a origem de cidades que existem ainda hoje” (Barbosa, 2015, p. 116).

É importante ressaltar que, ainda que os aldeamentos sejam característicos do período imperial, desde o Brasil colônia a “questão indígena” vem sendo pensada e registrada, o que

² Nesse sentido, é possível citar os trabalhos de Temístocles Linhares, Wilson Martins, Brasil Pinheiro Machado, Maria Cecília Westphalen, Altiva Pilatti Balhana e Ruy Wachowicz, que defendem essa narrativa. Cf Mota, 1992, p. 2, 3 e 6

demonstra a preocupação que os governos nacionais e locais possuíam nesse assunto, a despeito do que a historiografia por muito tempo atestou. De acordo com a historiadora Vânia Moreira:

do início da colonização aos dias atuais, os índios experimentaram diferentes modalidades de poder colonial e de territorialização, como os aldeamentos missionários dos séculos XVI, XVII e XVIII, as vilas e povoados indígenas do período pombalino, os aldeamentos do século XIX e os postos e terras indígenas dos séculos XX e XXI (Moreira, 2020, p. 332).

Dessa forma, para compreender a importância dos aldeamentos durante o período imperial, assim como em que circunstâncias foram instituídos, onde eram situados, qual o critério e intenção em criá-los, qual a estrutura desenvolvida e, principalmente, a dinâmica estabelecida entre os diferentes grupos étnicos e sociais que ali se instalavam, é necessário realizar uma breve contextualização sobre as políticas públicas indigenistas do período.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Após a extinção do Diretório dos Índios em 1798, houve um vácuo legal em relação a políticas indigenistas promovidas no Brasil, com o deslocamento de legislação e execução dessas políticas da esfera nacional para a provincial (Melo; Lima, 2022, p. 10). Apenas em 1845, já no Segundo Reinado, houve a promulgação de nova legislação referente às populações indígenas, denominada Regulamento das Missões de Catequese e Civilização dos Índios - decreto imperial nº 426 de 24 de julho de 1845. O Regulamento das Missões voltou a priorizar as ordens religiosas no processo civilizatório dos nativos, através do estabelecimento de aldeamentos e da instituição de catequese e instrução nesses espaços (Beozzo, 1983, p. 75).

Este Regulamento também apontava diretrizes sobre as terras indígenas, com ênfase no processo de demarcação para a instituição dos aldeamentos e expropriação das terras consideradas incultas ou de interesse governamental. A Lei das Terras é contemporânea a este Regulamento, tendo sido promulgada em 1850 e regulamentada em 1854. Esta Lei “possui como objetivo a instituição de um novo regime fundiário para as terras possuídas, devolutas e reservadas, regulamentando as posses de terras dispostas pelo Império, assentando-se as ‘hordas selvagens’, ou seja, os coletivos indígenas” (Melo; Lima, 2022, p. 12). Dessa forma, a Lei das Terras previa que terras devolutas seriam reservadas à colonização indígena, através dos aldeamentos, em caráter transitório, até se tornarem “civilizados”, ao mesmo tempo em que promovia o esbulho das terras tradicionalmente ocupadas pelos nativos que eram considerados “selvagens” pelas autoridades (Silva, 2020, p. 245).

Ou seja, uma das principais finalidades dos aldeamentos era ser um local destinado aos indígenas, onde, através da catequese e “civilização”, seriam paulatinamente integrados à

sociedade nacional, de modo a não “atrapalhar” o desenvolvimento e progresso do período imperial, cujo intuito era expandir as áreas agrícolas e delimitar as fronteiras nacionais (Moreira, 2010, p. 57). De acordo com Manuela Carneiro da Cunha, durante o Brasil Império os indígenas deixaram de ser essencialmente uma questão de mão de obra e passaram a ser também uma questão territorial, pois eram considerados um empecilho à expansão agropastoril e à abertura de rotas de comércio (Carneiro da Cunha, 1992, p. 4). Pretendia-se tornar os espaços desconhecidos no interior, comumente designados de “sertões”, mais acessíveis e seguros, através da instalação de aldeamentos e de colônias militares.

Os aldeamentos seriam, portanto, um local onde os indígenas seriam deslocados de suas terras originárias, para ser instruídos pelos missionários religiosos, através da catequese e “civilização”. Lá, os aldeados também prestavam serviços, sendo essencialmente produção agrícola (para subsistência ou comércio), mas também em obras públicas, abertura de estradas, desenvolvimento de infraestrutura etc.

Essas instituições tinham o objetivo de fixar os indígenas em determinado território e de exercer o controle sobre eles. De acordo com presidentes da província em registros encontrados nos APs, os “selvagens, nômades e bravios” deveriam se instalar esses locais, para serem civilizados (aprendendo valores religiosos, o idioma, hábitos e a cultura nacional) e poderem, dessa forma, integrar a sociedade brasileira (Canieli, 2001, p. 49). Segundo Maria Celestino de Almeida,

para os povos do sertão previa-se o aldeamento, mediante a criação de missões religiosas e presídios militares, com recurso às guerras justas quando se julgasse necessário; para os aldeados, já considerados civilizados, propunha-se a assimilação, com a distribuição de parcelas individuais de suas antigas terras coletivas que seriam extintas com as antigas aldeias (Almeida, 2012, p. 25).

Essa organização espacial imposta pelos colonizadores, segundo Ricardo Pinto de Medeiros, deslocava indígenas compulsoriamente de seus territórios e os reduzia, confinando-os a um determinado local que nem sempre coincidia com a área de ocupação tradicional (Medeiros, 2009). Geralmente, eram estabelecidos próximos a áreas de interesse econômico e político (rotas terrestres ou fluviais), estando próximos a povoações coloniais (para facilitar o contato com os portugueses e a assimilação indígena) ou em locais estratégicos distantes, com vistas à defesa – como era o caso das colônias militares (Perrone-Moisés, 1992, p. 118 e 119). Eles eram sugeridos pelo governo regional e possuíam aval imperial.

Outro aspecto importante para compreender os aldeamentos era que havia uma clara distinção e classificação entre os indígenas aldeados e não aldeados. Enquanto os aldeados eram considerados civilizados (ou em processo de civilização) e, portanto, amigos, os não aldeados eram constantemente designados com termos pejorativos, como “selvagens, bárbaros

e bravios”, e, conseqüentemente, deveriam ser controlados e combatidos. Do mesmo modo, essas classificações étnicas tornaram-se extremamente relevantes durante este período: ser ou não ser considerado indígena implicava em ganhar (ou manter) ou perder direitos, sobretudo no que diz respeito às terras (Almeida, 2012, p. 31).

Conforme já mencionado, os aldeamentos eram instalados em terras devolutas com caráter de usufruto, isto é, seriam destinados à catequização e “civilização” indígena até que estes fossem considerados aptos a integrar a sociedade nacional ou mesmo designados como “misturados”, o que justificaria a extinção dos aldeamentos (Almeida, 2012, p. 35). Em muitas províncias, especialmente as mais antigas, como a Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, por exemplo, ao longo do Segundo Reinado se consolidou um discurso de que os aldeamentos estariam em decadência e deveriam ser dissolvidos, uma vez que não haveria mais indígenas “puros” por lá. Essa narrativa, que foi uma construção histórica, afirmava que os indígenas haviam se miscigenado e se confundiam com o restante da população, o que os faria perder o direito ao acesso coletivo a essas terras (Silva, 2020, p. 23). Era uma tentativa, por parte das autoridades e cidadãos locais, de expropriar as terras destinadas a eles.

Observa-se, no entanto, em estudos sobre essas regiões, que os indígenas, mesmo “misturados”, preservavam suas identidades e lutavam juridicamente para manter as aldeias, através de petições e reivindicações (Almeida, 2012, p. 32). Essas ações, assim como outras empreendidas pelos indígenas, que serão abordadas adiante, demonstram a sua agência, perante processos violentos e opressores de colonização, lutavam para manter suas culturas, crenças e hábitos.

ESTUDO DE CASO: PARANÁ PROVINCIAL

No caso específico do Paraná, desde o século XVI foram instituídas aldeias dos guaranis nas proximidades das vilas espanholas de Ciudad Real del Guayrá, no rio Piquiri com o rio Paraná, e Vila Rica do Espírito Santo, no rio Ivaí. No século XVII foram instituídas as reduções jesuíticas, tendo sido criadas quinze na província do Guayrá, que abrangia praticamente todo o interior do Paraná (Parellada, 2008, p. 214). Destruídas pelos bandeirantes e abandonadas, a região voltou a ser ocupada pelos Guarani, Xetá Kaingang e Xokleng (Arquivo Público do Paraná, 2009, p. 16).

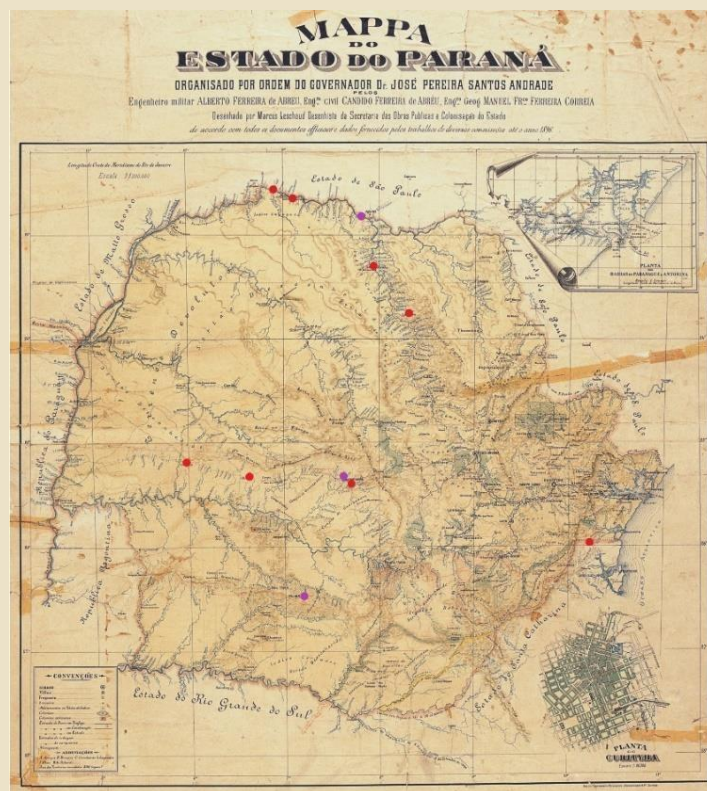
No século XIX, aprofundou-se o projeto de expansão territorial e delimitação das fronteiras e foram estabelecidas várias expedições pelo “sertão”. Essas expedições visavam o reconhecimento do território e dos recursos naturais existentes. Nesse período, os Campos Gerais paranaenses já haviam sido colonizados e, portanto, a exploração voltou-se para a região de Guarapuava, Palmas e outros locais no oeste e sudoeste do Paraná (Arquivo Público

do Paraná, 2009, p. 16).

O primeiro aldeamento instalado no Paraná foi o de Atalaia, em 1810, enquanto ainda fazia parte da Província de São Paulo. Instalado no antigo forte de Atalaia, em Guarapuava, foi destinado ao povo Kaingang da região (Takatuki, 2005). Já em 1825 ele foi destruído e extinto, após ataque de grupos rivais da mesma etnia. A partir da segunda metade do século XIX, seguindo a política de “catequização e civilização” indígena instituídas pelo Império, foram planejados e criados vários aldeamentos no Paraná, de acordo com Lúcio Tadeu Mota (2000): aldeamento São Pedro de Alcântara, no rio Tibagi (com duração de 1855 a 1895); Nossa Senhora do Loreto, no rio Pirapó e Paranapanema (1855 a 1862); São Jerônimo, no rio Tibagi (1859 a 1920); Chagu (1859 a 1861); Santo Inácio (rio Santo Inácio e Paranapanema, 1862 a 1878); São Thomas de Papanduva (1875 a 1878); Catanduvas, entre Guarapuava e Foz do Iguaçu (1891); Santa Teresa, no rio Paranapanema e Paraná; Santa Isabel, no rio Tibagi e Paranapanema; e Palmas - esses últimos três planejados, porém não instalados.

No mapa abaixo é possível observar os oito aldeamentos que foram efetivamente instalados (representados com ponto vermelho) e os três que foram planejados, mas não foram concretizados (com ponto roxo). Apesar de o mapa ser um pouco mais tardio, de 1896, ele demonstra como o Paraná estava delimitado durante o século XIX, apresentando algumas terminologias recorrentes da época, como: “*índios coroados*” que aparecem ao sul, próximos à colônia militar de Chapecó e na divisa com o Rio Grande do Sul; “*índios botocudos*” mencionados ao sudeste, perto de Porto União e Rio Negro; há algumas menções ao “*sertão desconhecido*”, que eram espaços ainda não explorados e que coincidiam com os territórios habitados pelos indígenas supracitados; há “*territórios invadidos pelos catarinenses*”, aludindo à querela territorial que envolveu o Paraná e Santa Catarina e desembocou na Guerra do Contestado no início do século XX.

FIGURA 1: MAPA OFICIAL DO GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ DE 1896



Fonte: <https://www.iat.pr.gov.br/Pagina/Coletanea-de-Mapas-Historicos-do-Parana>

Esses aldeamentos tiveram durações distintas, de acordo com circunstâncias internas e externas, que são fartamente documentadas pelos diretores nos APs aos presidentes da província. Há a menção a doenças, fome, conflitos com invasores – seja com outras etnias ou fazendeiros locais – e mesmo revoltas com as imposições e restrições desses empreendimentos por parte dos indígenas. A falta de recursos para pagar funcionários e comprar insumos é recorrente nos registros, servindo inclusive de argumento a alguns governantes locais para extinguir tais estabelecimentos, uma vez que as despesas seriam muito altas e os retornos (catequese e “civilização”) seriam muito demorados ou mesmo considerados inexistentes (Canieli, 2001).

A quantidade de pessoas presentes nos aldeamentos também oscilava de um ano para outro, devido a fatores como nascimentos, mortes e epidemias que constantemente assolavam a região, mas também a deslocamentos espontâneos dos indígenas. Há, nos ofícios e requerimentos aos presidentes da província, relatos de nativos que voltaram para as matas, de indígenas que transitavam de um aldeamento para outro, por conter parentes lá, e mesmo de grupos que vieram a Curitiba ou a outras localidades urbanas para tentar melhorias na qualidade de vida. Em 31 de agosto de 1869, inclusive, o Ministério da Agricultura publicou um aviso ordenando que se evitassem as constantes viagens dos indígenas dos aldeamentos

para a capital Curitiba (Fortes, 2020, p. 187 e 188).

As formas e intensidade de engajamento dos indígenas nos aldeamentos também variavam segundo os grupos étnicos. Maicon Marcante, ao analisar as formas de inserção no aldeamento São Pedro de Alcântara, observou que os Guarani-Ñandeva conheciam bem os caminhos no interior paranaense e muitas vezes ficavam nos arredores dos aldeamentos, não possuindo habitações fixas ou se envolvendo muito nas atividades desenvolvidas por lá (Marcante, 2012, p. 102). Os Guarani Kaiowá, por sua vez, trabalhavam com jornadas, isto é, em obras públicas (com a derrubada de mata e abertura de estradas, por exemplo) e para particulares, recebendo diárias por seus serviços (Marcante, 2012, p. 158). Os Kaingang, por sua vez, pretendiam ser autossuficientes: eles plantavam e comercializavam suas produções e, ainda que com isso estivessem inseridos no sistema dos aldeamentos, tinham maior autonomia para comprar roupas, comidas e utensílios, sem depender diretamente dos administradores do local (Marcante, 2012, p. 158 e 159).

Esses diferentes graus de inserção dos indígenas nos aldeamentos indicam que esses grupos não eram homogêneos, mas possuíam concepções e vontades distintas, utilizando-se dos aldeamentos conforme seus interesses (e possibilidades), de modo a tirar proveito dessas instalações. De acordo com o sociólogo Lúcio Tadeu Mota, os indígenas “reinterpretaram a estratégia imperial de implantar em seus territórios essas instalações religiosas” (Mota, 2000, p. 34) e viram nesses espaços oportunidades, tais como: fonte de recursos de bens materiais da sociedade branca; local de abrigo e segurança ante a forças hostis – seja de fazendeiros ou etnias rivais; e local de abastecimento de alimentos produzidos nas roças (Mota, 2000, p. 35).

Isso demonstra que, mesmo sendo submetidos e tendo que entrar no sistema político e organizacional imposto – ou optado por isso por alguma razão –, ainda assim, dentro dessa realidade, os indígenas conseguiram agir conforme sua cultura e seus interesses pessoais, especialmente no que concerne à questão de mobilidade e deslocamentos espaciais espontâneos, que persistiam mesmo nesse contexto de confinamento dos aldeamentos.

CONCLUSÃO

Para Carla Conradi, os aldeamentos eram mais do que um simples espaço de dominação e exploração dos colonizadores sobre os povos originários (Conradi, 2009, p. 4695). Ela utiliza-se do conceito de Maria Celestino de Almeida de *cultura de resistência adaptativa* e afirma que, apesar de indubitavelmente sofrerem perdas em vários aspectos, os indígenas aldeados desenvolveram novas práticas culturais e políticas que lhes permitiram negociar com a sociedade colonial em busca de possíveis vantagens (Conradi, 2009, p. 4694). Almeida e Vânia Moreira afirmam:

Diante do violento processo de conquista com guerras, doenças, fomes, escravizações e destruturações de suas sociedades, os aldeamentos foram vistos por muitos indígenas como novas possibilidades de sobrevivência na colônia. Ao ingressarem nas aldeias, submetiam-se à ordem colonial, eram discriminados e obrigados ao trabalho compulsório, porém tinham alguns direitos, dentre os quais a terra coletiva das aldeias e o direito de não serem escravizados. Compartilhavam novas experiências com diferentes grupos étnicos e sociais e, nesse processo, reelaboraram suas culturas, histórias e identidades (Almeida; Moreira, 2012, p. 2 e 3).

Sendo assim, observa-se que mesmo com a tentativa governamental de deslocar os povos originários de seus territórios tradicionais - devido a interesses políticos e econômicos - e de os fixarem nos aldeamentos, os indígenas persistiram transitando entre esses estabelecimentos, nas matas e cidades, envolvendo-se em suas atividades e dinâmicas com maior ou menor intensidade e período de tempo, conforme lhes convinha.

Além de terem permeado todo o período imperial, uma vez que praticamente todas as províncias possuíam aldeamentos em seus territórios nessa época, a instalação desses estabelecimentos, mais do que apenas representar as políticas indigenistas desenvolvidas e executadas durante o Brasil Império, reverberam até os dias atuais. Na região onde situava-se o aldeamento de São Jerônimo, no rio Tibagi, por exemplo, existem atualmente duas Terras Indígenas (TI) homologadas: a TI São Jerônimo da Serra, que é habitada por 674 Kaingang, Guarani Nandeva e Xetá, em uma área de 1.368 hectares e a TI Barão de Antonina I, que contém 474 Guarani Nandeva e Kaingang, em uma área de 3.794 hectares (Arquivo Público do Paraná, 2009, p. 27).

Desse modo, entende-se como a temática dos aldeamentos durante o período provincial paranaense mostra-se relevante, pois o historiador invariavelmente busca responder perguntas do passado a partir de temas atuais, que ecoam em nosso presente. Por isso, a questão indígena é de suma importância, pois, ao contrário do que preconizavam a estrutura e agentes colonialistas e do que indicava a historiografia indígena até as últimas décadas do século XX, os povos originários não desapareceram, foram extintos ou integraram-se à “sociedade nacional”. Eles estão presentes, mantiveram suas identidades e estão organizados, lutando e reivindicando seus direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Maria Celestino de. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 21-39, 2012.
- ALMEIDA, Maria Celestino de; MOREIRA, Vânia Maria Losada. Índios, Moradores e Câmaras Municipais: etnicidade e conflitos agrários no Rio de Janeiro e no Espírito Santo (séculos XVIII e XIX). **Mundo Agrário**, v. 13, n. 25, 2012.
- ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. **Catálogo seletivo de documentos referentes aos indígenas no Paraná provincial: 1871-1892**. Curitiba: Arquivo Público do Paraná, 2009.
- BARBOSA, Pablo Antunha. La tierra sin Mal: Historia de un mito. **Suplemento Antropológico**, v. L, n. 2, p. 7-236, dez. 2015.
- BEOZZO, José Oscar. **Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983.
- CANIELI, Dulce Elena. *As populações indígenas nas narrativas das autoridades provinciais do Paraná: 1853-1889*. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá/Universidade Estadual de Londrina, Maringá, 2001.
- CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Legislação Indigenista no século XIX**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- CONRADI, Carla Cristina Nacke. *O movimento dos Guarani de reocupação e recuperação de seus territórios no oeste do Paraná*. Trabalho apresentado no IV Congresso Internacional de História, Maringá, 9 a 11 de setembro de 2009.
- FORTES, Pedro Henrique Ribas. *Indígenas na cidade: uma análise histórica e etnográfica da presença Kaingang em Curitiba*. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.
- MARCANTE, Maicon. *Aldeados e africanos livres: relações de compadrio e formas de inserção no aldeamento indígena São Pedro de Alcântara (Paraná, 1855-1895)*. 2012. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.
- MEDEIROS, Ricardo Pinto de. *Trajetórias políticas de povos indígenas e índios aldeados na Capitania da Paraíba durante o século XVIII*. Trabalho apresentado no XXV Simpósio Nacional de História, Simpósio Temático 36: Os Índios na História, Fortaleza, 13 a 17 de julho de 2009.
- MELO, Vinicius Holanda; LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto. Políticas indigenistas no Brasil colonial, imperial e republicano: a evolução do ordenamento jurídico brasileiro. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Direito**, Salvador, v. 32, p. 1-27, 2022.
- MONTEIRO, John M. *Tupis, tapuias e historiadores: estudos de História Indígena e o Indigenismo*. 2001. Tese (Livre-Docência em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. João Pacheco de Oliveira: índios, protagonismo indígena e complexificação da questão agrária no Brasil. In: MOTTA, Márcia; PARGA, Pedro (Orgs.). **Intelectuais e a questão agrária no Brasil**. Seropédica: Ed. UFRRJ; Lisboa: Proprietas, 2020, p. 313-342.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no Império. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 59, 2010.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os índios na história política do Império: avanços, resistências e tropeços. **Revista História Hoje**, v. 1, n. 2, p. 269-274, 2012.

MOTA, Lúcio Tadeu. *A presença e a resistência dos índios Kaingang no Paraná*. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As colônias indígenas no Paraná provincial**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

PARELLADA, Cláudia Inês. Estética indígena Jê no Paraná: tradição e mudança no acervo do Museu Paranaense. **Revista Científica/FAP**, Curitiba, v. 3, jan./dez. 2008.

PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Os índios livres e índios escravos: os princípios da legislação indigenista do período colonial (séculos XVI a XVIII). In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1992.

SILVA, Ayalla Oliveira. *Camacãs, pataxós e botocudos no sul da Bahia: indigenismo, colonização e etnopolítica (1850-1879)*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

TAKATUZI, Tatiana. *Águas batismais e santos óleos: uma trajetória histórica do aldeamento de Atalaia*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

FONTES

Livros da Administração Provincial (APs) do Arquivo Público do Paraná (1853 – 1889).

**A EDUCAÇÃO ESCOLAR NO
POSTO INDIGENA CACIQUE
GREGÓRIO KAEKCHOT -
IVAÍ/PARANÁ: ESTUDO DA
DOCUMENTAÇÃO DO SPI**

Mariana Beatriz de Moraes



Rosângela Célia Faustino



Lucio Tadeu Mota



Passadas as três primeiras décadas desde a invasão ao território brasileiro, e conhecendo mais a realidade aqui encontrada, Portugal deu início a uma política sistemática de conquista e ocupação deste território. Desde então, de acordo com Silva e Azevedo (1995), as atividades coloniais sempre buscaram aliar métodos de exploração, expropriação, controle político a algum tipo de atividade escolar civilizatória.

Conforme Faustino (2006), o objetivo principal do projeto colonizador era inserir as populações indígenas no sistema mercantil como mão de obra, por meio da escravização, a ser usada na exploração de bens comercializáveis na Europa. Para tanto, a catequização e instrução dos povos indígenas nos moldes ocidentais foi uma política definida, visando à disciplinarização e à subordinação para o trabalho escravo. Nesse sentido a educação escolar exerceu um papel fundamental posto que se acreditava ser possível, por meio da instrução, os indígenas abandonarem suas formas consideradas “primitivas” de viver e se integrarem à civilização.

Ainda que, por um lado, os colonos intencionassem inserir a população indígena como mão de obra escrava e, por outro lado, a intenção dos jesuítas fosse disseminar a fé cristã na região que estava sendo ocupada, ambos os interesses concordavam que a instrução a ser ofertada aos povos nativos devia ser pautada em princípios e crenças ocidentais, sendo prioridade educativa implantar, nas culturas consideradas pagãs do novo mundo, noções de civilidade, de ordem, de disciplina, de respeito a hierarquia e de obediência aos dogmas cristãos (Faustino, 2006).

Seguindo essa política, dos primeiros anos da colonização até a metade do século XVIII, as atividades escolares foram ofertadas por padres jesuítas, como pontuou Faustino (2011), sendo algumas línguas indígenas aprendidas e codificadas por eles para serem usadas como estratégia de evangelização. Os jesuítas seguiram os métodos instrucionais europeus e produziram alguns materiais didáticos como catecismos, cartilhas, músicas e outros para facilitar o processo de alfabetização indígena.

Na segunda metade do século XVIII, em consonância com a “modernização” iluminista europeia, Marques de Pombal, em 1755, estabeleceu o “*Diretório que se Deve Observar nas Povações dos Índios do Pará, e Maranhão, Enquanto Sua Majestade não Mandar o Contrário*,” (Almeida, 1997), a partir desta Lei, os jesuítas foram expulsos do Brasil e algum tempo depois outras ordens religiosas assumiram atividades de evangelização para dar continuidade ao projeto de civilização dos povos indígenas.

No século XIX, com o início do Brasil Império em 1822, a política indigenista de exploração e expropriação não sofreu alterações consideráveis. Entretanto, enquanto o período colonial foi caracterizado por diferentes estratégias de conquista e dominação dos povos

indígenas, como Guerras Santas, Cartas Régias e Regimentos, com a intenção de coibir a permanência dos indígenas que resistiam em permanecer em suas terras, o período imperial foi marcado pela remoção desses povos das terras tradicionais para reuni-los em aldeamentos.

Na segunda metade do século XIX o avanço da economia cafeeira ocasionou mudanças na organização política da nação brasileira, levando à formação de uma oligarquia no interior de São Paulo que se expandia. Abriram-se novas vias de comunicação, surgiram vilas e cidades na rota do café. Se efetivava, cada vez mais, a ocupação dos territórios dos indígenas e isso foi intensificado com incentivo à vinda de imigrantes. Conforme a Agência Senado “No Segundo Reinado, o Brasil tomou uma medida que seria determinante para a sua histórica concentração fundiária. Em 18 de setembro de 1850, o imperador dom Pedro II assinou a Lei de Terras por meio da qual o país oficialmente optou por ter a zona rural dividida em latifúndios, e não em pequenas propriedades.” (Westin, 2020). A Lei de Terras, além de ser prejudicial aos povos indígenas, também proibiu o acesso à terra por ex-escravos.

O período imperial terminou em 1889 com a Proclamação da República e com ele a estrutura jurídica-política que sustentava a monarquia. A princípio, a reorganização da sociedade brasileira não alterou a forma de relacionamento entre o colonizador e o indígena no que diz respeito a educação, e, portanto, a mediação continuou nas mãos da Igreja Católica. O quadro só sofre alteração a partir de 1910, com a fundação do órgão voltado para a proteção dos grupos indígenas que teve fortes influências positivistas.

Nos primeiros anos de república houve muitas lutas Positivistas para que as mudanças que aspiravam fossem de fato efetuadas, o que só aconteceu em 1910 com a fundação do SPILTN, Serviço de Proteção do Indígena e Localização dos Trabalhadores Nacionais, no governo de Nilo Peçanha. Nos novos padrões acreditava-se que cabia a República proteger os índios, os quais vinham sendo exterminados desde a colonização.

O SPILTN, que a partir de 1918 ficou conhecido apenas como SPI (Serviço de Proteção ao Índio), foi o órgão criado sob influência dos Positivistas para ser responsável por todas as questões indígenas através do agrupamento de comunidades indígenas em reservas denominadas Postos Indígenas.

Segundo a organização do SPI, cada Posto Indígena possuía um encarregado responsável por gerenciar as atividades que ali aconteciam. Estes, geravam uma série de documentos e relatórios que compõem fontes das quais se podem realizar pesquisas com o intuito de melhor conhecer a política indigenista do período. O órgão, SPI, existiu até 1967, dando lugar, após sua extinção, à Fundação Nacional do Índio/ FUNAI.

Pesquisas já realizadas com essa documentação, deixam claro que com a fundação do SPI houve muitas mudanças que alteraram a história dos indígenas e que estes, por sua vez,

reformularam suas políticas nativas visando a manutenção de seus territórios e de suas culturas e línguas. A investigação desta documentação vem a suprir uma carência de estudos na área, nas primeiras décadas do século XX, momento em que se consolidam mudanças políticas econômicas e educacionais no Brasil como um todo e para os povos indígenas. Demonstraremos, então, os resultados de uma pesquisa realizada apenas com os documentos promulgados pelo Posto Indígena Cacique Gregório Kaekchot – Ivaí/Paraná, cujo território atualmente está localizado nos municípios de Manoel Ribas e Pitanga, na região central do Paraná, permitindo analisar as mudanças no aspecto educacional, buscando mostrar como se deu o processo de educação escolar nesse período de gestão do SPI.

A história da educação indígena no Brasil, especialmente no período de 1910 a 1967, é um campo pouco explorado e essencial para compreender as transformações socioculturais e educacionais vividas pelos povos indígenas. O estudo das atividades escolares nos postos indígenas durante a gestão do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), permite uma análise das políticas educacionais implementadas na época e sua relação com os processos de assimilação e resistência cultural vividos pelas comunidades. Este estudo é de fundamental importância para compreender como o SPI, uma instituição governamental que atuava com o objetivo de “civilizar” as populações indígenas, influenciou a educação nos Postos Indígenas, especificamente no caso do Posto Cacique Gregório Kaekchot. A análise das práticas educativas nesse contexto possibilita uma reflexão crítica sobre os impactos da educação formal nas comunidades indígenas, especialmente em relação à imposição de modelos de ensino positivistas, que muitas vezes desconsideravam as especificidades culturais dos povos nativos.

Ao colaborar com os estudos historiográficos existentes sobre a atuação do SPI, a pesquisa também visa preencher lacunas nas narrativas históricas sobre o território paranaense, oferecendo novas perspectivas sobre as interações entre o Estado e os povos indígenas ao longo do século XX.

Ao focar nas dificuldades e nas especificidades do processo educacional indígena, a pesquisa busca contribuir para o debate atual sobre a inclusão dos povos indígenas no sistema educacional brasileiro, em especial no que diz respeito ao acesso ao ensino superior. A reflexão sobre as barreiras históricas e contemporâneas que ainda limitam a participação dos indígenas nesse nível de ensino é crucial para promover uma sociedade mais justa e inclusiva.

Deste modo, a pesquisa realizada com a documentação referente ao Posto Indígena Cacique Gregório Kaekchot, tem como objetivo geral o estudo das atividades escolares no período de gestão do SPI, de 1910 a 1967. Para isto foram propostos objetivos específicos, como: entender como se deu o processo de educação escolar Indígena no posto, abrindo caminho para possíveis comparações entre os processos escolares dos diferentes Postos Indígenas do

território paranaense ou até mesmo a nível nacional e colaborando, desta maneira, com o conjunto de estudos historiográficos existente sobre a ação do SPI no Território paranaense; desenvolver um estudo interdisciplinar, um diálogo entre história e educação, que demonstre as reações e resultados da tentativa de promover uma educação de inspiração positivista aos nativos; evidenciar as diferenças e dificuldades no processo educacional dos indígenas para promover socialmente um maior acolhimento da luta pela inclusão de indígenas nas instituições de ensino superior; e por fim, elucidar pontos da história indígena que ajudem a desmitificar estereótipos em torno dessas populações.

Para cumprir com os objetivos propostos, a pesquisa foi realizada em duas fases distintas, onde na primeira etapa foi realizada uma busca bibliográfica sobre a temática e fichamentos de textos que abarcam a história dos Kaingang no Vale do rio Ivaí, com textos mais específicos sobre o tema, trazendo aspectos culturais, sociais e geográficos. Na segunda fase, começamos a trabalhar com os documentos produzidos e armazenados provenientes do Posto Indígena Cacique Gregório Kaekhot - Ivaí, selecionando sete rolos de microfilmagens, com aproximadamente duas mil imagens cada, constando as mais variadas tipologias de documentos e de diversos postos indígenas da região sul do Brasil. Em sequência, foram sistematizadas as documentações relacionadas ao referido posto, em uma tabela geral, que contém informações mais específicas dos fotogramas, a fim de facilitar a localização dos documentos nos arquivos selecionados, desse modo, a ficha ficou composta de: número de ordem, número do rolo, número do fotograma, número de fotogramas (quantidade), a data e localidade, nome dos indígenas, a tipologia do documento e por fim, a descrição, como demonstra na tabela 1 em anexo. Após a seleção de todos os documentos referentes ao Posto Indígena Ivaí, foi realizada uma separação por tipologia de documento, sistematizando aqueles que contém informações sobre o processo de educação escolar indígena, de modo a facilitar a coleta das informações presentes nos mesmos para a presente síntese dos resultados da pesquisa.

TABELA 1: REFERENTE A TODOS OS DOCUMENTOS ENCONTRADOS SOBRE O POSTO INDÍGENA IVAÍ.

N.	Nº do Rolo	Nº do fotograma	Nº de fotogramas	Data (Ano, mês e dia)	Localidade a que se refere	Nome do indígena(s) a que se refere o documento	Tipo de documento	Descrição
1.	054	1502 a 1514	13		P. I. Ivaí		Abertura do documento	
2.	054	1515	1	1923/07/05	Curitiba		Carta	Dados da demarcação das terras da P. I. Ivaí.
3.	054	1516 a 1524	9	1923/12/31	P. I. Ivaí		Relatório agrícola	Relatório do centro agrícola do ano de 1923.
4.	054	1525	1	1937/05/22	P. I. Faxinal - Ivaí		Relatório do toldo	Quadro estatístico do toldo Faxinal-Ivaí
5.	054	1526 a 1531	6	Sem ano específico	P. I. Ivaí		Telegrama	Telegramas entre o encarregado do posto indígena e o inspetor do serviço de proteção de índios para solicitação de mais funcionários para o posto e sobre uma invasão que ocorreu na reserva.
6.	054	1532	1	1942/01/03	P. I. Ivaí	Josefa Guetá	Registro de nascimento	Registro de nascimento de Josefa Gueta, filha de Trajano Iefan e Francisca Muquin
7.	054	1533 e 1534	2	Sem ano específico	P. I. Ivaí		Telegrama	Telegramas comunicando que Romão Cionek e outros funcionários estão exercendo suas funções no mês de abril e maio.
8.	054	1535 a 1546	12	1942	Pitanga		Recenseamento de índios	Recenseamento de índios caingangues e guaranis do P. I. Ivaí e domiciliados em Pitanga, constando os nomes "brasileiros" com seus respectivos nomes indígenas, as idades e criações.

Como resultado, obtivemos em nossa tabela geral do Posto Indígena Cacique Gregório Kaekchot - Ivaí, aproximadamente 600 linhas de número de ordem, com os mais variados documentos. Com isso, realizamos uma seleção dos documentos relacionados a educação do Posto Indígena Ivaí e obtivemos um recorte de 75 fotogramas relacionados especificamente a escola, datados dentro do período entre 1943 e 1967, e aproximadamente 150 documentos de outras tipologias, mais especificamente relatórios gerais do posto que mencionam a escola de modo breve, datados desde a criação do posto até o final da década de 1950. Com essa seleção, foi possível categorizar as tipologias de documentos, sendo classificados em dez categorias: mapas de frequência escolar, inventários de livros, cartas e telegramas, ofícios, memorandos, solicitação de materiais, guias de remessas, folhas de pagamento e relatórios gerais que mencionam a escola.

Explicou-se cada uma das tipologias documentais mencionadas acima. Começaremos pelos mapas de frequência escolar, são documentos mensais que constam o nome português e o nome indígena dos alunos, com as respectivas idades, gênero, nota de comportamento e de aproveitamento e as faltas e comparecimentos. Já os inventários descrevem e indicam os valores dos bens móveis e imóveis pertencentes ao patrimônio indígena e ao nacional, neste caso, em relação aos documentos escolares, foi possível encontrar inventários de livros pertencentes a escola para os próprios alunos e livros de controle da escola, como os livros de matrícula, das chamadas e os registros da biblioteca. As cartas correspondem, em sua maioria, a comunicados ao chefe da inspetoria sobre a construção da Casa Escolar e seu funcionamento, por vezes também traz solicitações, mas de modo informal, bem como os telegramas, responsáveis por transmitir informações mais urgentes. Já os ofícios e memorandos correspondem aos

documentos formais, com anexos de avisos mensais e os mapas de frequência escolar, trazendo, na maior parte dos casos, ordens ou autorizações sobre procedimentos realizados no posto.

As solicitações de materiais são atendidas pelas guias de remessas, e ambas nos dão noção sobre as necessidades do posto, sendo de bens de consumo, os medicamentos e itens alimentícios e materiais permanentes, como as construções e itens para a agricultura e pecuária do posto, no que tange a educação, a lista traz majoritariamente materiais escolares de consumo, como livros, cartilhas, lápis, borracha, cadernos de linguagem, caligrafia e aritmética, uniformes, mapas e mantimentos para a alimentação dentro da escola. Em relação às folhas de pagamento, elas mostram os cargos, nomes e salários dos empregados do Posto Indígena, incluindo o da auxiliar de ensino. Já os relatórios gerais referem-se aos relatórios elaborados pelo responsável pelo Posto Indígena, onde são detalhadas as atividades realizadas mensalmente e enviadas ao chefe da Inspetoria Regional, incluem informações sobre diversas áreas, como agricultura e pecuária, estado sanitário, por vezes também aborda o alcoolismo, e de modo breve, também transcreve como anda as atividades no âmbito escolar, sem muitos detalhes.

De modo mais específico, foi possível obter datas importantes relacionadas a construção do posto, como a concessão de terras que formaliza o Posto Indígena Ivaí pelo Decreto nº294, em 17/04/1913 e a sua regularização em 1924. Ainda, foi possível notar que mesmo o posto Ivaí existindo desde 1913, a solicitação de construção de Casa Escolar no posto só ocorreu em 17/07/1943, pelo encarregado do posto na época, Otávio Ferreira, e a data de finalização da obra, sendo em 20/02/1944, esta aparecendo apenas em um relatório geral. Ainda, encontramos documentos que trazem cartas pessoais que mencionam a construção da escola e relatórios que trazem mais detalhadamente os motivos do atraso da construção.

Em um relatório geral do posto foi possível observar que mesmo a Casa Escolar sendo finalizada no começo de 1944, as aulas começaram apenas no dia 28 de agosto do mesmo ano, sem motivações especificadas e com matrícula de 30 crianças, meninas e meninos. Ainda, foi possível constatar que no projeto da construção, era previsto uma divisão de três salas além de um salão comum, mas em um documento datado em 30/03/1957, consta apenas uma sala. Nos documentos de folhas de pagamento temos os nomes dos auxiliares de ensino desde 1944, com a fundação da escola, com Clary Branco Ferreira, esposa do encarregado do Posto, que no começo trabalhava sem remuneração por não constar nas primeiras folhas de pagamento e em outros relatórios, e após 1945, com um salário de seiscentos cruzeiros mensais. Clary ficou no cargo de auxiliar de ensino até 1953 e quem a substitui é Jude Ferreira Bahls, no ano seguinte Tereza Padilha, com um aumento no salário de setecentos cruzeiros mensais, em 1956, Jucy Barros da Silva, e por fim, em 1957, Martinho Dias.

O estudo da documentação evidenciou que nos relatórios gerais e nos mapas de frequência constam uma alta variação nas presenças, isso se deve especialmente pela ajuda que essas crianças forneciam a seus pais na lavoura, explicitado em um relatório do posto. Antes da finalização da escola, um documento é mencionado que a finalização da construção é urgente, visto que havia em torno de 20 crianças em idade escolar, este número não é regular e as matrículas, desde o início das aulas, aumentam expressivamente, onde no documento de 30/03/1957 havia 60 alunos matriculados. Ainda, fica evidente em muitos documentos anteriores a este período, uma alternância de mês para mês, aumentando ou abaixando em um ou dois alunos no número de matriculados. Com a análise dos relatórios, foi possível notar também quem compunha os alunos da escola do Posto Indígena Ivaí, pois não eram apenas as crianças do posto, mas também da região e dentro deste número, é notório a quantidade de não indígenas matriculados, onde um documento de 31/07/1945 consta 37 alunos matriculados, sendo 6 alunos não indígenas. Há também um registro sem data que consta um programa para funcionamento das escolas indígenas, onde as principais determinações são:

- A escola deve ser regida por professoras casadas;
- O ensino deve ser voltado as primeiras letras e noções teóricas e práticas de agricultura, pecuária, ofícios, higiene, civismo e trabalhos domésticos;
- Os professores devem tomar conta dos meninos e as professoras das meninas;
- Alta regulamentação dos alunos que não frequentam as aulas regularmente;
- Devem ser fornecidos suprimentos básicos aos alunos, com alimentação sadia, vestimenta e objetos indispensáveis a higiene;
- Devem ter uma atenção na higiene pessoal para evitar as doenças epidêmicas;
- Palestras e recreações devem ser fornecidas aos domingos e feriados, a fim de que “incutindo no espírito dos pequenos índios, a admiração pelas magnificências da natureza, evidenciando as belezas e as riquezas das matas e dos campos, onde a vida é mais fácil, mais sadia, mais alegre e mais feliz do que nas cidades.”;
- Devem comemorar o Dia da Árvore, Dia do Índio e outras datas nacionais (a fim de ensinar o amor a Pátria, a cultuar a bandeira e conhecer os grandes homens);
- Os professores devem induzir os alunos a leitura;
- Os professores devem promover integração dos alunos índios a estabelecimentos culturais e industriais e a cidades próximas;
- Propagandas contra o nomadismo e o alcoolismo;
- Inspeção e orientações mensais.

Os principais pontos deste programa eram executados no Posto Indígena Cacique Gregório Kaekchot - Ivaí, como a própria alimentação dos alunos na escola, onde em relatórios constam o fornecimento de uma sopa escolar todos os dias, com duas refeições diárias (de manhã e no almoço) e a comemoração do Dia do Índio, onde em documentos como ofícios de solicitações ou termos de morte de animais constam a matança de animais para a comemoração desta data no posto. Outros pontos como as propagandas contra o alcoolismo e o fornecimento de uniformes e suprimentos básicos, especialmente de medicamentos e alimentação também aparecem com frequência nas documentações, entretanto, os outros pontos não são mencionados com clareza, e por isso, não é possível investigar a fundo outros objetivos importantes da escola do Posto Ivaí, apenas que a escola funcionava para o ensino primário e as idades dos alunos variavam de 7 até 17 anos e eram trabalhados fundamentalmente assuntos sobre a pátria brasileira, português e matemática básica.

CONCLUSÃO

A análise das documentações provenientes do Posto Indígena Cacique Gregório Kaekchot revela aspectos importantes sobre a educação imposta aos povos indígenas nesse período, evidenciando a tentativa de aculturação e o processo de colonização. Este processo não só negligenciou a preservação das culturas indígenas, como também se configurou em um projeto de assimilação forçada, desconsiderando as especificidades culturais, linguísticas e históricas desses povos. Infelizmente, as consequências dessa prática ainda reverberam no século XXI, quando os indígenas continuam a enfrentar a marginalização e a luta pelo reconhecimento de suas terras e culturas.

O apagamento cultural nos postos indígenas se manifesta, por exemplo, pela ausência de professores indígenas nas escolas, o que limita o ensino sobre suas próprias culturas, línguas e histórias. A falta de educadores pertencentes às comunidades locais impõe uma educação que está distante da realidade indígena e da sua identidade. Esse vazio educacional torna-se ainda mais grave quando se observa que cargos de ensino frequentemente eram preenchidos por pessoas externas às comunidades, como Clary, esposa do encarregado do posto, que assumia funções de professora. A presença de pessoas não indígenas no processo educacional, sem qualquer vínculo ou conhecimento das realidades culturais locais, é uma prática recorrente, que contribui para o distanciamento entre a educação oferecida e as necessidades específicas dos povos indígenas. Essa abordagem reforça uma perspectiva de colonização, em que os saberes e as formas de viver dos povos indígenas são ignorados ou desvalorizados.

A pesquisa permitiu também encontrar uma variedade tipológica dos documentos relativos à escola indígena, possibilitando um estudo histórico do período do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e da presença indígena naquele contexto, além de contribuir com a abertura de novos caminhos para pesquisas sobre a história da educação indígena no Paraná, com possibilidades de análises comparativas com outras regiões do Brasil.

Além disso, é importante destacarmos a importância social que este estudo pode vir a ter ao condicionar percepções acerca de como os indígenas resistiram para se manter em partes de seus territórios e continuarem sendo indígenas mesmo em meio de tanta violência, expropriação e tentativas do poder público de domínio dos seus territórios, culturas e modos de ser.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Rita Heloísa. **O Diretório dos índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997.
- ANGELISNETO, G.; CHAVES, M.; MOTA, Lúcio Tadeu. **Ga jãnhkri- terra limpa**. 1. ed. Maringá: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, 2006. v. 500. 30p.
- FAUSTINO, R. C. (Org.); MOTA, Lúcio Tadeu (Org.). **Cultura e diversidade cultural: questões para a educação**. 1. ed. Maringá: Eduem, 2012. v. 1000. 231p.
- FAUSTINO, Rosângela Célia. Os processos educativos no Brasil e seus projetos para a civilização e inclusão indígena. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 41, p. 188-208, mar. 2011.
- FAUSTINO, Rosângela Célia. **Política educacional nos anos de 1990: o multiculturalismo e a interculturalidade na educação escolar indígena**. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, 2006.
- GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1989.
- MEDEIROS, Mara Glacenir Lemes de; BELLINI, Luzia Marta; MOTA, Lúcio Tadeu. **Ga ty Ivai ki eg vi ki ekre kar, misu ag kame** - palavras escritas sobre as plantas e animais da Terra Indígena Ivaí - Pr. 1. ed. Maringá: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, 2006. v. 500. 34p.
- MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769 - 1924)**. 2. ed. Maringá: Eduem, 2009. v. 500. 301p.
- MOTA, Lúcio Tadeu. **Diagnóstico etno-ambiental da Terra Indígena Ivaí-PR**. Maringá: Programa Interdisciplinar de Estudos de Populações, 2003. v. 1. 420p.
- MOTA, Lúcio Tadeu; NOVAK, E. S. **Os Kaingang do vale do rio Ivaí - Pr: história e relações interculturais**. 1. ed. Maringá: EDUEM, 2008. v. 500. 190p.
- NOVAK, Éder da Silva. A política indigenista e os territórios indígenas no Paraná (1900-1950). **Fronteiras**, [s. l.], ano. Disponível em: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/5824>. Acesso em: 25 mar. 2019.
- ROCHA, Leandro Mendes. **A política indigenista no Brasil: 1930-1967**. Goiânia: Editora UFG, 2003.
- SILVA, Aracy L.; GRUPIONI, Luís Donisete B. (Org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1 e 2 Graus**. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995.
- TOLEDO, M. J. O.; CHAVES, M.; MOTA, Lúcio Tadeu. **Eg harh ke to venhkarhrán ke** - educação para saúde. 1. ed. Maringá: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História, 2006. v. 500. 30p.

WESTIN, Ricardo. Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios. **Senado Federal**, 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>>. Acesso em: 20 ago. 2024.

APONTAMENTOS SOBRE DOUTOR CAMARGO: MÉDICO E NOME DE MUNICÍPIO

José Carlos Gimenez



Matheus Fernandes Bonini Enares



Doutor Camargo é um pequeno município de 6.327 habitantes localizado no noroeste do Paraná, com uma área de 118,279 km² (Instituto Brasileiro [...], c2023). Desde a sua fundação, a atividade econômica tem se consistido principalmente na agricultura, e, se no início da formação do município o cultivo de café foi um atrativo para aquisição de terras e braços para o trabalho no campo, atualmente as culturas do milho (65.231 toneladas produzidas em 2023) e da soja (39.871 toneladas produzidas em 2023) são as que se destacam na produção camarguense (Instituto Paranaense [...], 2025).

A origem do município de Doutor Camargo está ligada à colonização do Norte do Paraná, patrocinada pela empresa Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Segundo o portal “Cidades”, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o “desbravamento” da região – isto é, a abertura de picadas e a derrubada das matas “virgens” – deu-se entre os anos de 1948 e 1950, ocorrendo em 1950 a abertura das primeiras estradas e, em 1951, a venda dos primeiros lotes (IBGE, 2023). Posteriormente, em julho de 1960, o patrimônio foi elevado à condição de distrito de Ivatuba e tornou-se município pela Lei Estadual nº 4842, de 2 de março de 1964.

Pelo brevíssimo quadro exposto acima, as informações disponíveis online sobre a história da cidade são escassas, limitando-se ao já citado portal do IBGE e da prefeitura municipal. O município de Doutor Camargo é citado apenas uma vez no livro produzido pela CMNP em comemoração aos 50 anos da empresa, no contexto de um quadro com as datas e a população dos municípios fundados pela companhia (CMNP, 1977). A escassez de informações sobre o município é igualmente percebida pela reduzida produção acadêmica que trata especificamente da sua história. Em nossas pesquisas online encontramos um trabalho sobre a participação popular na elaboração do plano diretor em 2006 (BARBOSA; NUNES; SILVA, 2023), e dois trabalhos de conclusão do curso Normal Superior da Universidade Estadual de Maringá, que versam sobre aspectos gerais do município a partir do recolhimento de narrativas orais dos moradores da cidade (Broque *et al.*, 2009; Gava *et al.*, 2009).

Ora, se os estudos acadêmicos sobre a história do município são limitados, inexistentes são os trabalhos que exploram a sua relação com a pessoa Antônio Candido de Camargo e o motivo da escolha de seu nome para o distrito e depois município. Num primeiro momento de pesquisa, chegamos facilmente às informações e à uma biografia básicas, que nos dão conta da sua vida profissional e acadêmica como médico, sem que a intrigante relação entre a pessoa homenageada e a cidade que a homenageia seja explicitada.

Assim, descobrimos que o nome escolhido para o município faz referência ao cidadão e médico Antônio Cândido de Camargo (1864-1947), nascido em Campinas (SP). Antônio Camargo formou-se em medicina pela Faculdade de Genebra, Suíça, em 1891. Ao retornar ao

Brasil, em 1893, seu diploma de médico foi reconhecido pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, e em 1896, passou a clinicar na Santa Casa de Limeira (SP), no entanto, por questões políticas, mudou-se para a capital paulista, onde viveu por quatro décadas, e exerceu uma importante atuação profissional como professor na Faculdade de Medicina de São Paulo, clinicando e colaborando para a fundação do Instituto Paulista e do Hospital do Câncer A. C. Camargo³. Foi membro da Academia de Medicina de São Paulo (Begliomini, s/d), e primeiro presidente da Associação Paulista de Medicina no biênio 1934-1935⁴.

Contudo, como dito, os sites e páginas oficiais com resumos biográficos do cirurgião paulistano não indicam os motivos de tal homenagem. A página da Academia de Medicina de São Paulo informa apenas que:

Seu nome é também honrado com a patronímica da cadeira no 66 da augusta Academia de Medicina de São Paulo; numa praça no bairro da Barra Funda da cidade de São Paulo; numa rua no bairro Jardim Piratininga da cidade de Limeira, assim como dá nome à cidade Doutor Camargo [sic], município localizado no noroeste do estado do Paraná, na região metropolitana de Maringá (Begliomini, s/d, n.p).

Não obstante a sua aparentemente notável carreira médica, não se sabe por que os membros da CMNP teriam escolhido homenageá-lo. A versão mais difundida para a explicação desse fato, presente inclusive na memória coletiva dos residentes no município de Dr. Camargo, é que ele tinha o hábito de vir caçar macacos, perdizes e onças nas redondezas do Rio Ivaí. Em alguns outros casos, escuta-se que ele seria parte do quadro de funcionários da Companhia (Broque *et al.*, 2009; Gava *et al.*, 2009) – hipótese pouco provável, haja vista a falta de evidências no atual estado da nossa pesquisa. Por exemplo, é de se supor que ele seria mencionado no livro da Companhia, mas não inteiramente descartável, pois os arquivos privados da CMNP permanecem interditados à consulta dos historiadores.

Devido a essa escassez e porque se aproximava o aniversário de 60 anos do município para escrever sua história, foi firmado um convênio entre a Prefeitura de Doutor Camargo e a Universidade Estadual de Maringá⁵. Trabalhando com fontes variadas, utilizamo-nos de fontes jornalísticas online digitalizadas na Hemeroteca Nacional da Fundação Biblioteca Nacional, fizemos um levantamento das atas no acervo municipal e aproveitamos as fontes orais⁶. O projeto foi dividido em dois campos de pesquisa. O primeiro se ocupou de escrever a

³ Para mais, ver em: <https://accamargo.org.br/institucional/nossa-historia>.

⁴ Para mais, ver em: <https://www.apm.org.br/ex-diretoria/diretorias-gestoes-antonio-candido-de-camargo/>.

⁵ Projeto de Extensão 2275/2022, intitulado “História e Memória do Município de Doutor Camargo”, desenvolvido pelo Departamento de História da Universidade Estadual do Maringá (UEM) sob a coordenação do professor José Carlos Gimenez.

⁶ Pretendemos colher depoimentos em trabalho de campo, mas algumas entrevistas com pioneiros já foram realizadas e estão disponíveis em vídeos do *site* da prefeitura municipal. Para mais, ver em: <http://doutorcamargo.pr.gov.br//index.php?sessao=b054603368kcb0&id=1538>

história do município desde a sua fundação como patrimônio até o tempo presente. O segundo objetivou investigar sobre os motivos que levaram a Companhia Norte do Paraná a homenagear a localidade com o nome de um médico cirurgião paulistano que faleceu em 21 de janeiro de 1947, e que no futuro se tornaria município.

QUANDO A FAMA E O DESCONHECIMENTO NÃO SÃO INCOMPATÍVEIS

Neste artigo, pretendemos expor parcialmente os resultados obtidos até então com o projeto de pesquisa e extensão, tratando das principais descobertas feitas por meio do levantamento das fontes, as quais permitiram jogar luz sobre um Antônio Cândido de Camargo muito mais complexo e politicamente atuante do que as informações vulgarizadas nos portais e a memória fazem crer. Buscamos demonstrar como Dr. Camargo foi, mais do que apenas médico, um notável político e empresário paulista, um “capitalista” antenado com os novos tempos da primeira metade do século XX no Brasil e com tudo o que esses tempos significavam em termos de novas maneiras de fazer riqueza e investir capital.

Como resultado do projeto em andamento, dois artigos foram já publicados por nossa equipe: um dedicado à arqueologia e à presença de povos originários no município de Doutor Camargo (Garcia; Macella; Mota, 2024) e outro com reflexões e apontamentos sobre a toponímia (Gimenez; Lupion; Mota, 2024). Embora possa parecer inicialmente de pouca relevância saber por que membros da CMNP tenham decidido pela homenagem, essa questão nos intrigava cada vez mais conforme avançávamos nas pesquisas e descobríamos mais sobre Dr. Camargo.

Fazendo um levantamento no portal da Hemeroteca Nacional, encontramos seu nome referenciado mais de 250 vezes em jornais e revistas nacionais, entre o ano de 1879 (quando ele ainda cursava direito na Faculdade de Direito de São Paulo, curso que abandonou) até 1948, ano seguinte à sua morte. Ao todo, nosso levantamento se deparou com 39 jornais e revistas de diferentes estados cujas matérias Dr. Antônio Cândido de Camargo aparecia. Dos 39 jornais e revistas, o mais relevante é o *Correio Paulistano* (SP), com 174 exemplares citando Camargo (65,17% do total). *O Jornal* (RJ) vem em segundo lugar, com 10 exemplares (3,75%), seguido do empate entre a *Gazeta de Notícias* (RJ) e *Correio de São Paulo* (SP), com 8 exemplares (3% cada). Nota-se, primeiramente, que as mídias em que ele ganha mais espaço são as sediadas em São Paulo e Rio de Janeiro, as capitais comerciais, industriais e federal (no caso do Rio) do país à época. Além de que, a enorme disparidade nos números entre o jornal que mais o cita e o segundo e terceiro lugares chama à atenção.

Nesse período de 69 anos de “vida publicada”, a média de matérias que o citam é de mais

ou menos quatro por ano. Contudo, deve-se considerar o estranho fato de que, aparecendo com bastante frequência nos jornais em determinado ano, nosso personagem some de maneira curiosa em outros. Ele aparece em 15 matérias no ano de 1915, em 10 nos anos de 1918, 1920 e 1923, mas não recebe uma menção sequer em 1925. Há oito aparições em 1929 e uma em 1930, para sumir por completo em 1931. No decorrer dessa década, ocorre o mesmo. Impressionantes 27 menções no ano de 1934 e 13 em 1935, por exemplo, mas nada é publicado sobre Antônio Cândido de Camargo em 1940.

Os anos “silenciosos” intrigam porque percebemos pelas matérias que Dr. Camargo era um homem público, que gostava de aparecer e ser visto, de comparecer a jantares e eventos com importantes nomes da medicina e da ciência brasileiras, bem como frequentava velórios de pessoas ilustres. Ele estava frequentemente cercado de empresários de vulto e de nomes que, se não eram já parte da política nacional, estavam relacionados por parentesco a “figurões” da política ou em poucos anos assumiriam tal posição.

Para dar alguns exemplos: uma matéria de 6 de setembro de 1915 noticia um almoço em homenagem ao Dr. Aloysio de Castro, diretor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em razão do seu regresso à capital federal, e a presença de pessoas que o acompanharam no embarque na estação de trem no dia 5 de setembro daquele ano. Entre os vários presentes, Dr. Camargo, Dr. Arnaldo Vieira de Carvalho e Dr. Oscar Rodrigues Alves (DR. ALOYSIO [...], 1915). Em setembro de 1917, Camargo comparece ao enterro do dr. Zacharias Vinhas, empresário ligado ao *Light and Power*, onde também esteve o engenheiro civil Dr. Gastão de Mesquita Filho (CHRONICA [...], 1917). Em 1919, ele patrocinou um baile para “auxiliar” na construção de um monumento ao poeta Olavo Bilac, ocasião em que o *Correio Paulistano* noticiou a presença de pessoas ilustres, como Washington Luís e Andrea Matarazzo (Chronica [...], 1919).

MÉDICO, EMPRESÁRIO, POLÍTICO

Por meio do levantamento e da planilha que elaboramos a partir das matérias de jornais pesquisados, foi possível perceber que havia muito mais em Antônio Cândido de Camargo do que um notável cirurgião da capital paulista. Assim, pudemos separar as matérias e a vida do nosso objeto de estudo em quatro categorias: as que abarcavam a sua vida política, a sua atuação como empresário, a sua vida social e cultural (na realidade imbricada na política e apenas arbitrariamente separada) e, por fim, mas não menos importante, a sua propalada atuação médica. Esta etapa envolveu, aliás, o levantamento de uma bibliografia complementar a respeito dos temas aos quais nossa pessoa de interesse aparecia atrelada. Devemos também

ressaltar que não chegamos ainda ao momento de realizar análises teórico-metodológicas e a crítica das fontes levantadas – no caso, os jornais e revistas encontrados por meio da Hemeroteca Nacional. Nossos esforços, por ora, consistiram na catalogação das fontes e no lançamento de um primeiro olhar que, se não possibilita ainda a construção de teses sólidas, pelo menos fornece ótimas pistas e hipóteses para o seguimento das etapas posteriores da pesquisa, além de permitir complexificar a memória que se construiu a respeito do médico cujo nome foi dado à cidade paranaense.

Os jornais consultados passam a imagem de um Antônio Camargo profundamente envolvido com a política, antes mesmo de sua mudança para a capital paulista em outubro de 1907 (De Gouvêa, 1907)⁷. Um exemplar de *d'A Nação*, de 17 de agosto de 1897, nos informa que o nosso médico compôs o diretório do Partido Republicano Federal (PRF) em Limeira (DIVERSOS, 1897). Outro exemplar do mesmo jornal, dessa vez de 21 de maio de 1898, contém um protesto da Câmara Municipal de Limeira relatado pelo escrivão interino do Juízo Federal de S. Paulo, denunciando um alistamento ao PRF em Limeira por “[...] mesas organizadas clandestinamente á falsa fé e por quem não tinha atribuições para fazer o” (Secção [...], 1898, p. 3). Segundo a denúncia, a Câmara, da qual Camargo parece ter sido o vice-presidente, teria sido induzida a erro e não teria ela mesmo cumprido o papel de realizar o alistamento, embora não seja explicitado na matéria que “indução” teria sido essa.

De qualquer forma, dispensando a necessidade de aprofundar a análise neste momento, percebemos o envolvimento precoce de Camargo com a vida política, ainda num pequeno município do interior paulista. O Partido Republicano Federal, ao qual ele estava filiado, surgira em 1893 pela fusão num único partido de vários clubes republicanos estaduais, numa primeira tentativa de se criar um partido político de atuação nacional. Seus objetivos eram, ao mesmo tempo, prestar apoio a Floriano Peixoto, segundo Presidente da República e cujo governo enfrentava revoltas civis e militares, assegurando assim o recém-fundado republicanismo; e eleger diretamente o primeiro presidente civil da nossa história republicana: Antônio Prudente de Moraes (Barbosa, 2021; Backes, 2021). O partido foi fundado, entre outros, por Francisco Glicério e Manoel Ferraz de Campos Salles, que governaria como Presidente da República entre 1898 e 1902, e sofreria uma grande cisão em 1897 em virtude de desentendimentos entre Glicério e Prudente de Moraes (Witter, 1975). O ingresso de Dr.

⁷ Até esse momento, vinha residindo em Limeira (SP) por anos, desde que retornou da Suíça, onde havia estudado e se formado em medicina, conforme se lê numa reportagem de *d'O Puritano* de outubro de 1907, na qual Herculano de Gouvêa, o autor, lamenta a mudança de Dr. Camargo para São Paulo capital e lhe presta homenagens. Curioso notar que já em momento tão prematuro de sua carreira, o redator da reportagem utilizava palavras engrandecedoras para se referir a Camargo: “Mudou-se, há pouco, de Limeira para S Paulo, o eminente médico, o abalisado cirurgião cujo nome glorioso encima estas pallidas e despretensiosas linhas” (DE GOUVÊA, 1907, p. 3).

Camargo no PRF se deu, portanto, no mesmo ano da cisão.

A partir de 1907, residindo já na capital paulista, Dr. Camargo vinculou-se ao Partido Republicano Paulista (PRP), pelo qual concorreu ao cargo de deputado distrital em 1910 (Eleições [...], 1910), o que talvez explique o motivo de o jornal *Correio Paulistano*, porta-voz oficial do PRP, ser o veículo em que o médico mais é mencionado.

Os jornais, por não serem explícitos, abrem margem para a dúvida de se ele teria, ao longo da década de 1930, passado para o Partido Constitucionalista (PC), como dão a entender duas matérias: uma de 29 de setembro de 1934, pela *Gazeta Popular*, noticia a ida de Camargo ao município de São Carlos (SP), de trem, no dia seguinte, a fim de entregar as bandeiras do PC no contexto de uma festividade em homenagem ao interventor de São Paulo e candidato a presidente do estado, o Sr. Armando de Sales Oliveira (O GRANDE [...], 1934); a segunda, do *Diário Carioca*, datada de março de 1936, fala do aparecimento de “nomes de prestígio”, Dr. Camargo incluso, no cenário político devido às “[...]” vagas que se deram com a renúncia de alguns elementos e a incompatibilidade de outros [no PC] [...]” (A Situação [...], 1936). No que pese essa possibilidade, ele continua presente em exemplares do *Correio Paulistano* até à sua morte, e depois aparece em homenagens póstumas nos anos de 1947 e 1948.

O lado “empreendedor” do Dr. Camargo é tão desconhecido quanto o político, e talvez seja o mais difícil de pesquisar em campo, mas a leitura das matérias dá-nos uma boa dimensão inicial. Em 1904, tem-se notícia de que o médico, ainda residente em Limeira (SP), iniciou suas atividades empresariais como membro do conselho fiscal da recém-criada Companhia Paulista de Electricidade nesse mesmo local, mas com planos de iluminar Descalvado, Franca, Batatais e outras cidades (Factos [...], 1904), como Itapira (Telegrammas, 1904), São Carlos (DE Almeida, 1904), Bragança (SP), Itapetininga (SP) e Piracicaba (SP) (Tellegramas, 1905). No ano de seu falecimento, estava à frente do cargo de presidente-diretor, depois passado por eleição ao seu filho, José Moraes de Camargo (Companhia [...], 1947). Além da eletricidade, arriscou-se no ramo ferroviário, quando ele e sócios tentaram conseguir uma concessão para uma estrada de ferro entre São Paulo e Ponto da Trindade (Notas, 1912), foi presidente da Companhia Madeiras e Carvão São Sebastião (Companhia [...], 1929), presidente da Companhia Cinematographica Brasileira e membro do Conselho Fiscal da empresa Prudência Capitalização (Varias, 1933).

CONCLUSÃO

Antônio Cândido de Camargo, portanto, foi muito mais do que um cirurgião da capital paulista. Sua figura possuía o que parece ser uma variada atuação como empresário e como

político. cremos que esses breves apontamentos, possibilitados pelo levantamento e catalogação das fontes jornalísticas disponíveis na Hemeroteca Nacional, são capazes de demonstrar a simplicidade da memória acerca do médico e as necessidades e potencialidades da pesquisa, seja ela biográfica ou concernente aos temas a ele associados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACKES, Ana Luiza. Da propaganda à Presidência: a presidência de Campos Salles. In: RICCI, Paolo et al. (org.). As eleições na Primeira República (1889-1930). Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2021. p. 76-85.

BARBOSA, Leonardo Cassimiro; NUNES, Layane Alves; SILVA, Beatriz Fleury. A participação popular em municípios de pequeno porte: alcances e limites, a partir da experiência metodológica da revisão do plano diretor do município de Doutor Camargo – PR. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, Curitiba, v. 12, n. 3, p. 615-644, set./dez. 2023. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/14059>. Acesso em: 3 mar. 2025.

BARBOSA, Luciano Senna Peres. Vai começar a chamada: sucessão presidencial e o voto direto em 1894. In: RICCI, Paolo et al. (org.). As eleições na Primeira República (1889-1930). Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2021. p. 66.

Begliomini, Helio. Biografia de Antônio Cândido de Camargo. Academia de Medicina de São Paulo, s/d. Disponível em: <https://www.academiamedicinasaopaulo.org.br/membros-academicos/antonio-candido-de-camargo/>. Acesso em: 4 fev. 2025.

BROQUE, Patricia Aparecida de Souza et al. Caracterização do município de Doutor Camargo. 2009. Disponível em: https://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/26/280715150032_caracteristica_de_dr_camargo_pdf.pdf. Acesso em: 3 mar. 2025.

CMNP – Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná. Depoimentos sobre a maior obra do gênero realizada por uma empresa privada. Publicação Comemorativa do Cinquentenário da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, 24 de setembro de 1975. 2. ed, 1977.

GARCIA, Julia Mahamut; MACELLA, Marcio Augusto Uliana; MOTA, Lucio Tadeu. Povos originários no município de Doutor Camargo no médio rio Ivaí, estado do Paraná. Revista Arqueologia Pública, v. 19, set. 2009. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rap/article/view/8675933>. Acesso em: 3 mar. 2025.

GAVA, Leonice Aparecida Camargo dos Santos et al. Caracterização do município de Doutor Camargo – Paraná. 2009. Disponível em: https://www.controlemunicipal.com.br/inga/sistema/arquivos/26/280715150032_historico_odedr_camargofinal_pdf.pdf. Acesso em: 3 mar. 2025.

GIMENEZ, José Carlos; LUPION, Marcia Regina de Oliveira; MOTA, Lucio Tadeu. Doutor Camargo, médico, topônimo e arte perdida de nomear cidades. Cordis, São Paulo, n. 33, dez. 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/67889>. Acesso em: 3 mar. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Doutor Camargo. História & Fotos. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/doutor-camargo/historico>. Acesso em: 4 fev. 2025.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Caderno Estatístico – Doutor Camargo. 2025. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/cadernos/MontaCadPdf1.php?Municipio=87155>. Acesso em: 2 fev. 2025.

WITTER, José Sebastião. O Partido Republicano Federal e o processo político-partidário brasileiro. Revista de História, São Paulo, v. 52, n. 103, p. 483-499, 1975. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/7650>. Acesso em: 9 fev. 2025.

FONTES

A GRANDE Companhia e os seus planos. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, ano 36, n. 135, p. 2, 14 maio 1912. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&pesq=%22Dr.%20Ant%C3%B4nio%20Candido%20Camargo%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.br&pagfis=30040. Acesso em: 9 fev. 2025.

A SITUAÇÃO política: as chapas do P.C. Diário Carioca, Rio de Janeiro, ano 9, n. 2.337, p. 4, 1 mar. 1936. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093092_02&pesq=%22Dr.%20Ant%C3%B4nio%20Candido%20Camargo%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=23591. Acesso em: 8 fev. 2025.

CHRONICA social: festas e bailes. Correio Paulistano, São Paulo, n. 20.180, p. 3, 8 set. 1919. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=%22Dr.%20Ant%C3%B4nio%20C%C3%A2ndido%20Camargo%22&hf=memoria.bn.br&pagfis=50448. Acesso em: 6 fev. 2025.

CHRONICA social: neurologia. Correio Paulistano, São Paulo, n. 19.450, p. 2, 1 set. 1917. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&Pesq=%22Dr.%20Ant%C3%B4nio%20Candido%20Camargo%22&pagfis=43605. Acesso em: 6 fev. 2025.

COMPANHIA Madeiras e Carvão São Sebastião – Assembleia Geral Extraordinária, em 17 de agosto de 1929. Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, ano 102, n. 227, p. 20, 22 set. 1929. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_11&pesq=%22Dr.%20Ant%C3%B4nio%20Candido%20Camargo%22&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.br&pagfis=37701. Acesso em: 9 fev. 2025.

COMPANHIA Paulista de Eletricidade. Ata da Assembleia Geral Ordinária da Companhia Paulista de Eletricidade, realizada em 27 de abril de 1947. Correio Paulistano, São Paulo, ano 93, n. 27.951, p. 15, 20 maio 1947. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_09&pesq=%22Comp%20anhia%20Paulista%20de%20Electricidade%22&pasta=ano%20194&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=33062. Acesso em: 9 fev. 2025.

DE ALMEIDA, Antonio Raposo. Correios do Rio. “A Empresa de Luz Elétrica de S. Carlos do Pinhal foi vendida à Companhia Paulista de Eletricidade, com sede na cidade de Limeira”. Diário de Santos, Santos, ano 23, n. 67, p. 1, 29 dez. 1904. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=892777&pesq=%22Companhi%20Paulista%20de%20Electricidade%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.br&pagfis=2>

279. Acesso em: 9 fev. 2025.

DE GOUVÊA, Herculano. Dr. Antonio Candido de Camargo. O Puritano, Rio de Janeiro, ano 9, n. 414, p. 3, 31 out. 1907. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=128414&pesq=%22Dr.%20Ant%C3%B4nio%20Candido%20Camargo%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.br&pagfis=2025>. Acesso em: 8 fev. 2025.

DIVERSOS. [Anúncio da formação do Diretório do Partido Republicano Federal no município de Limeira]. A Nação, São Paulo, ano 1, n. 17, p. 2, 17 ago. 1897. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=823279&pesq=%22Dr.%20Ant%C3%B4nio%20Candido%20Camargo%22&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.br&pagfis=61>. Acesso em: 8 fev. 2025.

DR. ALOYSIO de Castro: o almoço oferecido pela classe médica. Correio Paulistano, São Paulo, n. 18.730, p. 5, 6 set. 1915. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&Pesq=%22Dr.%20Ant%C3%B4nio%20Candido%20Camargo%22&pagfis=36948. Acesso em: 5 fev. 2025.

ELEIÇÕES estaduais: resultado conhecido. Correio Paulistano, São Paulo, n. 16.703, p. 4, 4 fev. 1910. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&Pesq=%22Dr.%20Ant%C3%B4nio%20Candido%20Camargo%22&pagfis=17502. Acesso em: 9 fev. 2025.

FACTOS diversos: Companhia Paulista de Electricidade. Correio Paulistano, São Paulo, n. 14.774, p. 3, 28 set. 1904. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&pesq=%22Comp%20anhia%20Paulista%20de%20Electricidade%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.br&pagfis=5189. Acesso em: 9 fev. 2025.

NOTAS. “Os srs. Silverio Ignarra Sobrinho, dr. Antonio Candido de Camargo o dr. Alonso Goyanaz da Fonseca [sic] pediram ao governo concessão de uma estrada de ferro eléctrica entre S. Paulo e Ponto da Trindade, passando por Ubatuba”. Correio Paulistano, São Paulo, n. 17.637, p. 1, 30 ago. 1912. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=090972_06&Pesq=%22Dr.%20Ant%C3%B4nio%20Candido%20Camargo%22&pagfis=26054. Acesso em: 9 fev. 2025.

O GRANDE almoço, do dia 6 de outubro, em homenagem ao Sr. Armando de Sales Oliveira. Gazeta Popular, Santos, ano 4, n. 1.130, p. 1, 29 set. 1934. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=892670&pesq=%22Dr.%20Ant%C3%B4nio%20Candido%20Camargo%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.br&pagfis=4902>. Acesso em: 9 fev. 2025.

SECÇÃO do público. “[...] em S. Paulo, as cidades de Bragança, Limeira e Itapetininga, cujas instalações, e mais de Piracicaba, que lhe foi vendida, pertencem à Companhia Paulista de Electricidade”. Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, ano 22, n. 46, p. 3, 15 fev. 1906. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_04&Pesq=%22Comp%20anhia%20Paulista%20de%20Electricidade%22&pagfis=11511. Acesso em: 9 fev. 2025.

SECÇÃO livre: protesto contra a constituição das mesas seccionais de Limeira. A Nação: órgão do Partido Republicano Federal, ano 2, n. 231, p. 3, 21 maio 1898. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=823279&pesq=%22Dr.%20Ant%C3%B4nio%20Candido%20Camargo%22&pagfis=11511>. Acesso em: 9 fev. 2025.

t%C3%B4nio%20Candido%20Camargo%22&pasta=ano%20189&hf=memoria.bn.br&pagfis=729. Acesso em: 8 fev. 2025.

TELEGRAMAS: Companhia de Electricidade [sic]. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, ano 14, n. 358, p. 4, 23 dez. 1904. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=030015_02&pesq=%22Companhia%20Paulista%20de%20Electricidade%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.br&pagfis=15489. Acesso em: 9 fev. 2025.

TELLEGRAMAS: S. Paulo. “A Companhia Paulista de Electricidade pretende inaugurar dentro de um mês a instalação de luz na cidade de Bragança”. A Notícia, Rio de Janeiro, ano 12, n. 134, p. 1, 4 jun. 1905. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=830380&pesq=%22Companhia%20Paulista%20de%20Electricidade%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.br&pagfis=11579>. Acesso em: 9 fev. 2025.

VÁRIAS. Prudência Capitalização. Diário de Pernambuco, Recife, ano 108, n. 111, p. 3, 17 maio 1933. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=029033_11&pesq=%22Prud%C3%Aancia%20Capitaliza%C3%A7%C3%A3o%22&pasta=ano%20193&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=8890. Acesso em: 9 fev. 2025.

A GEADA DE 1975 E SUAS NUANCES REGIONAIS NO NORTE DO PARANÁ: NUANCES E TRANSFORMAÇÕES

Carlos Elias Barros Sobreira Rodrigues



O período de 1975 representa um dos eventos climáticos mais impactantes na história do norte do Paraná. Considerada um divisor de águas na economia e na estrutura social da região, este evento climático não apenas devastou a principal cultura agrícola da época, o café, como também impulsionou um processo de transformações que redefiniu a organização do território e as dinâmicas de trabalho e migração da população.

Este artigo tem como objetivo investigar os impactos históricos do incidente de 1975, enfatizando as particularidades locais e as memórias das comunidades afetadas. Enquanto as pesquisas anteriores analisam a cobertura jornalística do evento em cidades como Curitiba e Maringá, este estudo amplia o olhar para municípios específicos, buscando compreender como diferentes localidades vivenciaram e ressignificaram esse desastre climático.

A pesquisa se baseia em uma abordagem historiográfica, utilizando fontes como relatos orais, arquivos locais e registros jornalísticos para traçar um panorama das consequências imediatas e das mudanças de longo prazo que marcaram a região. A geada de 1975 não foi apenas um fenômeno climático isolado, mas um evento que desencadeou novas dinâmicas econômicas, migrações populacionais e reconstruções identitárias.

Dessa forma, este estudo busca contribuir para a preservação da memória histórica local e para o reconhecimento da diversidade de respostas e estratégias adotadas pelas comunidades afetadas. A história regional, ao dialogar com as experiências vividas por diferentes grupos, se torna um instrumento essencial para a compreensão dos desafios enfrentados e das soluções encontradas diante de eventos extremos.

HISTÓRIA AMBIENTAL COMO CAMPO DE ANÁLISE

Este trabalho se desenvolve sob a ótica da História Ambiental, um campo historiográfico que busca compreender a relação entre sociedades humanas e o meio ambiente ao longo do tempo. A História Ambiental não se limita a analisar desastres naturais e suas consequências, mas também investiga como as comunidades interagem, modificam e se adaptam ao meio em que estão inseridas. Segundo Worster (1988), a História Ambiental se estrutura em três dimensões: a material, que estuda as interações físicas entre humanos e a natureza; a cultural, que analisa as percepções e representações do ambiente; e a política, que observa os impactos das decisões econômicas e sociais sobre o uso dos recursos naturais.

A geada de 1975 no Paraná pode ser analisada sob essa perspectiva, pois se trata de um evento climático que não apenas alterou as dinâmicas econômicas da região, mas também influenciou mudanças culturais e sociais. Como destaca Richard Grove (1992), eventos ambientais extremos frequentemente atuam como catalisadores de transformações históricas,

forçando sociedades a redefinirem sua estrutura econômica e seus modos de ocupação territorial. Foi o que ocorreu em Londrina e Maringá, onde a destruição dos cafezais levou à transição para um modelo de produção agrícola mais diversificado, impulsionando a industrialização e reconfigurando o espaço urbano.

Por outro lado, Apucarana seguiu uma trajetória diferente, demonstrando que a relação entre sociedade e meio ambiente não é homogênea, mas depende das particularidades locais. Donald Worster (1993) argumenta que as respostas a eventos ambientais são determinadas por fatores históricos, econômicos e culturais, o que explica por que algumas cidades abandonaram a cafeicultura após a geada enquanto outras, como Apucarana, modernizaram suas práticas e mantiveram a tradição cafeeira. O conceito de resiliência socioecológica, discutido por autores como Berkes e Folke (1998), ajuda a compreender como certas sociedades conseguem absorver impactos ambientais sem alterar completamente suas estruturas produtivas, enquanto outras passam por mudanças abruptas.

Além disso, a História Ambiental também permite refletir sobre os impactos sociais da geada de 1975. Como aponta William Cronon (1992), eventos ambientais não são neutros, pois suas consequências são desigualmente distribuídas entre diferentes grupos sociais. No caso do Paraná, a destruição dos cafezais afetou principalmente pequenos produtores e trabalhadores rurais, levando ao êxodo rural e ao crescimento de periferias urbanas com infraestrutura precária. O conceito de justiça ambiental, discutido por Martinez-Alier (2002), é fundamental para compreender como eventos climáticos podem amplificar desigualdades sociais, beneficiando grandes proprietários que tinham capital para diversificar suas atividades, enquanto os pequenos agricultores enfrentaram dificuldades para se adaptar.

Dessa forma, a abordagem da História Ambiental permite analisar a geada de 1975 não apenas como um fenômeno climático isolado, mas como um evento que reconfigurou as relações entre sociedade e natureza no Paraná. A destruição dos cafezais em Londrina e Maringá impulsionou mudanças econômicas estruturais, enquanto Apucarana seguiu um caminho de adaptação e continuidade. Esse contraste demonstra a importância de estudar eventos ambientais dentro de um contexto histórico mais amplo, levando em consideração fatores econômicos, culturais e sociais que moldam as respostas humanas às transformações do meio ambiente.

CONTEXTO HISTÓRICO E CLIMÁTICO: A FACE HUMANA DA TRAGÉDIA

No início da década de 1970, o Paraná se consolidou como um dos principais produtores de café do Brasil, com aproximadamente 1,8 milhão de hectares dedicados à cultura cafeeira, representando cerca de 50% da produção nacional. A região norte do estado, beneficiada pela

fertilidade da terra roxa, destacou-se nesse cenário, atraindo migrantes e investimentos que impulsionaram o desenvolvimento econômico local (MENDONÇA, 1999). Entretanto, essas ameaças estavam atreladas a uma vulnerabilidade climática significativa. Em 18 de julho de 1975, uma intensa massa de ar polar atingiu o sul do Brasil, provocando temperaturas extremamente baixas no Paraná. Cidades como Curitiba registraram neve, enquanto em outras regiões as temperaturas caíram abaixo de zero. Esse apareceu culminando na chamada "geada negra", caracterizada pelo congelamento interno das plantas, levando-as à morte sem a formação típica de cristais de gelo na superfície. (Rodrigues, 2023).

As consequências para a agricultura paranaense foram devastadoras. As máquinas de café, principais riquezas da região, foram dizimadas. A produção, que na safra de 1975 havia alcançado 10,2 milhões de sacas, caiu drasticamente no ano seguinte, com apenas 3,8 mil sacas colhidas, representando uma redução de 48% para 0,1% da produção nacional (Rodrigues, 2023). O impacto econômico foi imediato, afetando não apenas os grandes produtores, mas também pequenos agricultores e trabalhadores rurais que dependem da cafeicultura para sua subsistência. Além das perdas econômicas, as consequências de 1975 provocaram mudanças significativas na organização social e espacial do Paraná. O êxodo rural intensificou-se, com milhares de pessoas migrando para outras regiões em busca de novas oportunidades. Estima-se que cerca de 2,6 milhões de pessoas deixaram o estado após o desastre. Cidades que antes prosperavam com a cultura do café enfrentaram desafios econômicos e sociais, necessitando de estratégias de reinvenção para superar uma crise. (Panobianco, 2010). Este evento de extremo climático não apenas evidenciou a fragilidade de uma economia baseada na monocultura, mas também serviu como ocorrência para a diversificação agrícola e industrial no Paraná. A necessidade de adaptação levou à introdução de novas culturas e ao desenvolvimento de setores industriais, redefinindo a trajetória econômica do estado nas décadas seguintes.

O norte do estado foi, sem dúvidas, o principal prejudicado pelos eventos ali sucedidos, porém, cada região, mesmo em uma pequena distância uma da outra, sofreu impactos desiguais, como podemos atestar nos casos específicos de Londrina, Maringá e Apucarana. Maringá era um dos principais polos cafeeiros do Paraná, com vastas plantações que impulsionavam o desenvolvimento regional. No entanto, na madrugada de 18 de julho de 1975, temperaturas extremamente baixas congelaram as lavouras, resultando na destruição quase total dos cafezais. (Maringá Histórica, 2022).

A perda das plantações de café levou a uma crise econômica significativa. Produtores rurais, como Marco Bruschi Neto, de 76 anos na época, perderam não apenas os cafezais, mas também culturas como o trigo. O sítio de sua família, localizado na Estrada Pinguim, em Maringá, ficou completamente coberto de gelo. Bruschi Neto relembra: "A terra estava muito

molhada porque tinha chovido bastante dias antes, então congelou a superfície da terra. Pela quantidade de gelo, a gente já sabia que não ia salvar nada. E não sobrou: nem café, nem trigo e nem pastagem. Foram dias muito difíceis." (GMC Online, 2022).

A destruição das lavouras resultou em desemprego em massa, forçando muitos trabalhadores rurais a migrarem para outras regiões ou a buscarem alternativas de subsistência nas áreas urbanas. Esse êxodo rural contribuiu para o crescimento desordenado das periferias urbanas, trazendo desafios sociais adicionais para Maringá.

Em resposta à crise, houve uma necessidade urgente de diversificação econômica. Maringá começou a investir em outras culturas agrícolas, como soja e milho, e a promover a industrialização para reduzir a dependência do café. Essa transição não foi fácil e exigiu tempo, mas foi fundamental para a recuperação econômica da região.

Em Londrina, o impacto foi tão severo que, em poucas horas, a cidade perdeu o título de “Capital Mundial do Café”, uma posição que havia consolidado ao longo de décadas. Segundo um estudo publicado por Ogawa em 2020, a geada devastou a base econômica da cidade, forçando milhares de produtores a abandonarem a cultura cafeeira e reestruturarem suas atividades agrícolas ou migrarem para outros setores (Ogawa, 2020).

O colapso da economia cafeeira levou Londrina a enfrentar uma das maiores crises de sua história. Os cafezais, que ocupavam grandes extensões de terra e sustentavam uma rede de trabalhadores, empresários e exportadores, foram completamente destruídos. Rezende, destaca que os cafeicultores, sem alternativas imediatas, viram-se obrigados a erradicar suas plantações e buscar novas formas de subsistência, acelerando um processo de transição econômica que já se desenhava na região (Rezende, 2024). Grandes fazendeiros conseguiram diversificar suas atividades, investindo no plantio de soja e milho, que passaram a dominar a paisagem agrícola local. Entretanto, pequenos produtores e trabalhadores rurais foram os mais afetados, pois não tinham recursos para se adaptar à nova realidade. O desemprego em massa tornou-se um problema urgente, levando milhares de famílias a abandonarem suas terras e migrarem para outras regiões do Brasil. O êxodo rural foi intenso, contribuindo para o crescimento desordenado das cidades próximas, com periferias surgindo de forma rápida e sem planejamento adequado.

Além das mudanças econômicas, a geada também impactou a organização social da cidade. De acordo com Pellegrini (2017), a migração forçada da população rural para o meio urbano intensificou a desigualdade social, criando bolsões de pobreza e ampliando os desafios estruturais de Londrina (Pellegrini, 2017). O setor industrial, que começava a se desenvolver, não foi capaz de absorver toda a mão de obra excedente, o que resultou em um aumento do desemprego e na precarização do trabalho urbano. Muitas famílias que antes viviam da

cafeicultura passaram a depender do trabalho informal ou a enfrentar condições precárias em novas ocupações.

O legado da **Geada Negra** de 1975, porém, não foi apenas de destruição. O evento forçou Londrina a se reinventar, acelerando sua transição de uma economia baseada na monocultura para um modelo mais diversificado. Segundo Rodrigues (2023), o setor agrícola foi modernizado, e a industrialização começou a ganhar força na cidade, promovendo uma nova matriz produtiva e garantindo a recuperação econômica nas décadas seguintes (RODRIGUES, 2023). Essa diversificação permitiu que Londrina se tornasse um polo agroindustrial e universitário, mantendo sua importância regional, ainda que sem a hegemonia do café.

A geada de 1975 foi um divisor de águas para Londrina, redefinindo não apenas sua economia, mas também sua identidade. O evento evidenciou a vulnerabilidade de uma economia baseada na monocultura e ressaltou a necessidade de adaptação e inovação diante das adversidades climáticas. Décadas depois, a cidade se consolidou como um dos principais centros urbanos do Paraná, mas as cicatrizes daquele inverno rigoroso permanecem na memória coletiva da população londrinense.

Apucarana também sofreu impactos severos na esteira desta destruição. A devastação das lavouras de café causou uma crise econômica significativa em Apucarana. Produtores rurais perderam suas principais fontes de renda, e a destruição das plantações resultou em desemprego em massa. Muitos trabalhadores rurais foram forçados a migrar para outras regiões ou buscar alternativas de subsistência nas áreas urbanas, contribuindo para o crescimento desordenado das periferias e trazendo desafios sociais adicionais para a cidade. (Brasileiro, 2023).

Em resposta à crise, houve uma necessidade urgente de diversificação econômica. Apucarana começou a investir em outras culturas agrícolas e a promover a industrialização para reduzir a dependência do café. Essa transição exigiu tempo e esforço, mas foi fundamental para a recuperação econômica da região. A modernização no trato, com a introdução de tecnologias como plantadeiras e colheitadeiras, visou suprir o fim da figura do "bóia-fria" e contou com a efetiva participação do poder público municipal, mantendo a tradição da cafeicultura na cidade alta do norte do Paraná.

Atualmente, quase 50 anos após a trágica ocorrência da Geada Negra, Apucarana continua sendo um dos poucos municípios da região que segue incentivando a cafeicultura e apoiando os produtores. A modernização no trato, com a introdução de tecnologias como plantadeiras e colheitadeiras, visou suprir o fim da figura do "bóia-fria" e contou com a efetiva participação do poder público municipal, mantendo a tradição da cafeicultura na cidade alta do norte do Paraná. Estes fatos citados nos levam a entender que o evento de 1975 foi um divisor

de águas para a economia do norte do Paraná, afetando de maneira significativa as cidades de Londrina, Maringá e Apucarana, embora cada uma tenha trilhado caminhos distintos na recuperação pós-catástrofe. Londrina, que até então era reconhecida como a **"Capital Mundial do Café"**, viu seu título desaparecer junto com os cafezais que dominavam sua paisagem. A destruição das lavouras não apenas levou ao colapso da economia local, mas também forçou a cidade a reestruturar sua base produtiva. A transição para culturas como a soja e o milho, aliada à industrialização e ao fortalecimento do setor de serviços, fez com que Londrina se tornasse um polo econômico diversificado, consolidando-se como um dos principais centros urbanos do Paraná. O mesmo aconteceu com Maringá, cuja economia também estava fortemente atrelada ao café até 1975. Após a geada, a cidade teve que se reinventar e encontrou na diversificação agrícola e na industrialização uma nova vocação. O crescimento do setor industrial, aliado ao fortalecimento do comércio e da prestação de serviços, garantiu a recuperação da cidade, que hoje é uma das mais dinâmicas do estado.

Por outro lado, Apucarana seguiu um caminho diferente. Ao contrário de Londrina e Maringá, que abandonaram o café como cultura predominante, Apucarana apostou na continuidade da cafeicultura, adaptando-se às novas condições de produção. Com o apoio do poder público e a modernização das técnicas agrícolas, a cidade conseguiu manter sua tradição cafeeira, ainda que em um contexto menos dependente da monocultura. Enquanto a mecanização substituiu a mão de obra antes abundante, o município preservou sua identidade agrícola e permanece até hoje como um dos poucos da região que segue investindo e incentivando a produção de café.

FIGURA 1: MANCHETE FOLHA DE LONDRINA DIA 19 DE JULHO DE 1975



Fonte: Folha de Londrina

Este evento climático, portanto, gerou impactos profundos e diferentes trajetórias para essas cidades. Londrina e Maringá foram forçadas a abandonar a cultura que outrora sustentava suas economias, tornando-se centros urbanos mais diversificados e impulsionados pelo comércio e pela indústria. Apucarana, por sua vez, manteve-se fiel às suas raízes agrícolas, demonstrando que, apesar dos desafios impostos pela destruição das lavouras, o café ainda poderia ser um pilar econômico se conduzido com modernização e planejamento. Esses diferentes caminhos ilustram como um mesmo evento pode ter desdobramentos diversos, dependendo das escolhas estratégicas e das condições específicas de cada localidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BERKES, F.; FOLKE, C. **Linking Social and Ecological Systems: Management Practices and Social Mechanisms for Building Resilience**. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

BONDARICK, Roberto. **A Geada Negra de 1975**. Folha de Londrina, Londrina, p.5, 26 de Julho de 2010.

CRONON, W. **Nature's Metropolis: Chicago and the Great West**. New York: W.W. Norton & Company, 1992.

GROVE, R. **Ecology, Climate and Empire: Colonialism and Global Environmental History, 1400-1940**. Cambridge: White Horse Press, 1992.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **The Environmentalism of the Poor: A Study of Ecological Conflicts and Valuation**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2002.

MENDONÇA, E. S. **Propriedades químicas de uma Terra Roxa Estruturada influenciadas pela cobertura vegetal de inverno e pela adubação orgânica e mineral**. Viçosa, UFV, 1999.

PEÑA, Luciana. **Inverno de 1975: Relembre a geada Negra em Maringá e Região**. Maringá, GMC Online, 16 Mai. 2021. Disponível em: <https://gmconline.com.br/noticias/cidade/invernode-1975-relembre-a-geada-negra-em-maringa-e-regiao-fotos-2/> Acesso em 18 Mai. 2021

RODRIGUES, C. E. B. S. **História Ambiental em debate: o caso da “geada negra” de 1975 no Norte do Paraná**. In: Revista Ars Historica v. 25 (2023): Dossiê Diálogos em História Ambiental.

WORSTER, D. **The Ends of the Earth: Perspectives on Modern Environmental History**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

WORSTER, D. **The Wealth of Nature: Environmental History and the Ecological Imagination**. New York: Oxford University Press, 1993.

BREVES APONTAMENTOS SOBRE A HISTÓRIA E MEMÓRIA DA EDUCAÇÃO EM CIANORTE

Gabriela Ferneda de Oliveira



Daniel Longhini Vicençon



Marli Delmonico de Araujo Futata



O objetivo do capítulo é apresentar os primeiros resultados do Projeto de Iniciação Científica (PIC) que está em andamento, o qual, estuda as memórias das origens escolares de Cianorte, por meio dos relatos dos pioneiros. Trata-se de pesquisa história e bibliográfica, circunscrita ao campo da História da Educação.

Cianorte foi fundada pela Companhia Melhoramento Norte do Paraná (CMNP) em 26 de julho de 1953 e, obteve seu reconhecimento legal em 1955. Os interesses da CMNP estavam vinculados à venda de terras e lotes e, para isso, foi necessário iniciar um processo de desmatamento em toda região.

Os compradores de terras eram de diversas regiões, como São Paulo, Minas Gerais e tinham como objetivo o cultivo do café. Com o aumento populacional, houve a necessidade de criar escolas para atender as demandas da cidade que estava se desenvolvendo.

O que se pôde perceber é que o início da escolarização de Cianorte foi marcado pela criação de escolas rurais, devido ao grande número de pessoas que moravam na zona rural. Em contrapartida, o desenvolvimento escolar urbano foi mais lento, uma vez que as atividades econômicas da região se concentravam no campo.

Desta forma, para analisar o contexto histórico das primeiras instituições escolares de Cianorte, primeiramente será analisado o contexto histórico da fundação de Cianorte e, em seguida, será apresentado uma contextualização das primeiras instituições escolares de Cianorte.

CIANORTE: FUNDAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO

A fundação de Cianorte ocorreu em 26 de julho de 1953, sendo que o reconhecimento legal ocorreu somente em 1955. No hiato de dois anos, as questões legais da cidade foram designadas para Peabiru. Com a elevação de Cianorte para município, foi necessário por parte da CMNP, organizar a política local. Wilson Ferreira Varella foi solicitado para se candidatar. É importante destacar que, naquele período, o acesso aos assuntos políticos era restrito, uma vez que poucas pessoas possuíam rádio ou mesmo sabiam ler e escrever.

Eram raras as famílias que possuíam um rádio naquela época. [...] O papel dos partidos políticos era de suma importância, pois através de seus cabos eleitorais é que o povo do interior tomava conhecimento, pelo menos dos nomes dos candidatos. Jornal não circulava por estas paragens (Varella, 1955, p. 182)

A apuração das eleições ocorreu em 12 de outubro de 1955, dando vitória para o candidato Wilson Ferreira Varella, candidato único. Por meio da organização da política municipal, Cianorte iniciou seu processo de consolidação. Além disso, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, ajudava com recursos e materiais necessários para o desenvolvimento do mandato e com a fundação de Cianorte.

No aspecto econômico, vale destacar que o café provocou um intenso tráfego de pessoas e mercadorias, além do grande fluxo de pessoas (colocavam as famílias para as colheitas do café). Com as primeiras colheitas surgiram máquinas de café e os produtores comercializavam a sua safra em Cianorte e região, o que garantia a circulação de dinheiro no local e contribuía para o aquecimento das atividades comerciais (Cioffi *et all*, 1955). Entretanto, é importante considerar que “a euforia da expansão econômica esteve mais no discurso da CMNP e no empenho dos pioneiros em fazer prosperar o município, do que propriamente nos resultados” (Martins, 2016, p. 213).

Em relação à segurança pública, não aconteciam muitas ocorrências com frequência, a primeira delegacia foi implantada em 1956. Em 1959 foi instalado a junta do serviço militar para o alistamento dos jovens cianortenses. E depois foi investido no serviço fiscal (fazenda) cujo objetivo seria a fiscalização de impostos.

Sobre a saúde pública, de acordo com o desenvolvimento de Cianorte a prefeitura construiu vários postos de saúde de pronto atendimento, contratou vários profissionais como médicos, dentistas, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais, entre outros, para atuarem no setor de saúde da cidade. O Centro de Saúde foi promovido a Conselho Municipal de Saúde que como poder deliberativo tinha como objetivo administrar este setor (Varella, 1995).

Conforme o desenvolvimento de Cianorte, viu-se a necessidade de criar escolas para atender as demandas de Cianorte, então devido ao fato de que a maior parte da população se concentrava no campo devido ao plantio do café Wilsson Varella construiu 26 escolas rurais. Para a formação de professores construiu a escola Normal Regional Silva Jardim, criou o Ginásio Estadual para a educação de 1ª a 4ª série e mais tarde conseguiu uma biblioteca municipal.

ORIGENS DAS PRIMEIRAS ESCOLAS EM CIANORTE

O campo de investigação sobre a história das instituições escolares está relacionado ao âmbito da História da Educação. O objetivo de compreender a trajetória ou mesmo o impacto de uma instituição escolar no período que foi criada, é, de certa forma, uma possibilidade de compreender a história e a filosofia educacional do Brasil, visto que tais espaços disseminam os valores e os ideais educacionais do período (Franqui, 2023). Por isso, investigar as origens escolares de Cianorte pode permitir, também, a compreensão da realidade educacional do país.

As duas primeiras décadas de Cianorte foram marcados pela construção dos primeiros espaços públicos, das primeiras casas. Além disso, observa-se, também, no período, a constante propaganda da CMNP para chamar a atenção do maior número de pessoas, com objetivo de

conquistar novos moradores.

Com a chegada de novos munícipes, foi necessário criar escolas, para atender a demanda. Nas primeiras décadas, surgiram escolas e institutos de educação, sejam eles confessionais, como é o caso da Escola Evangélica de Cianorte, criada pelo pastor luterano John Alisson Abel, em 1953.

FIGURA 3: PRIMEIRA TURMA DA ESCOLA EVANGÉLICA DE CIANORTE



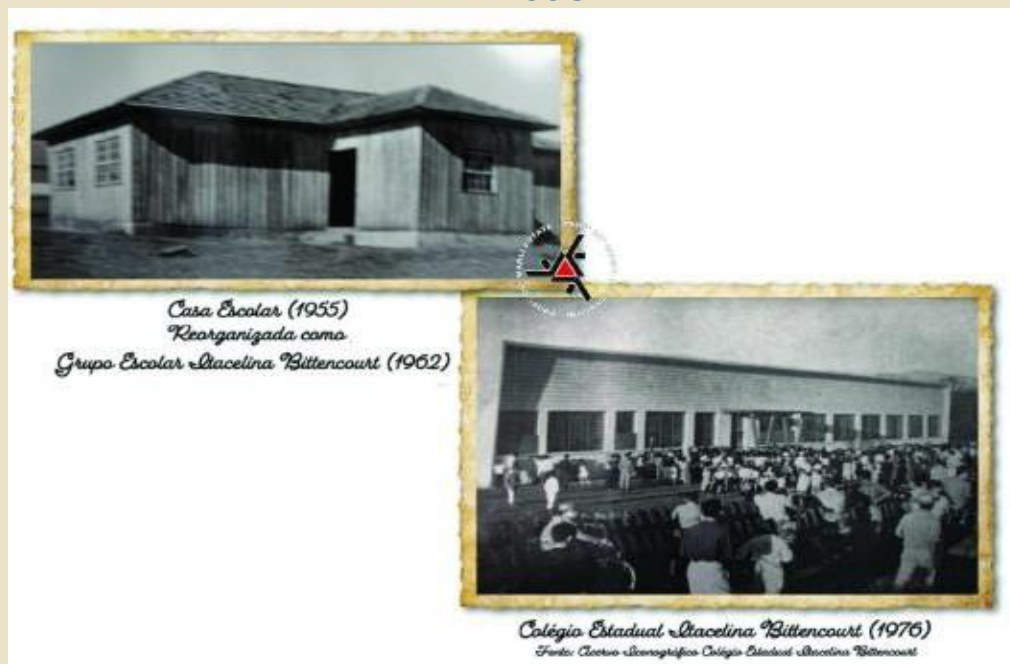
Fonte: Cioffi; Praxedes; Varella; Mesquista (1995)

A Escola Evangélica, em suas atividades, fazia valer seu caráter confessional, uma vez que em suas atividades escolares, não abandonava os preceitos da fé. Além disso, a escola foi criada no contexto urbano e, por isso, atendia um público específico.

No caso do poder estadual, a primeira instituição criada foi a Casa Escolar de Cianorte, em 1955. Trata-se da primeira instituição escolar pública na cidade. Atualmente, a escola recebe o nome de Colégio Estadual Itacelina Bittencourt.

A cidade crescia a olhos vistos e a população escolar aumentava sensivelmente. E a Casa Escolar Cianorte, com apenas duas salas de aula ficou insuficiente para abrigar a demanda de alunos. Assim, foram alugados salões na Avenida Goiás e nas imediações da atual rodoviária, onde os alunos assistiam aulas sem banheiro, sem água e nada, absolutamente nada de conforto, no frio e no calor. Mal tinha um quadro negro (Varella, p. 286, 2019).

FIGURA 4. CASA ESCOLAR E COLÉGIO ESTADUAL ITACELINA BITTENCOURT



Fonte: Acervo pessoal Marli Delmonico de Araujo Futata

As memórias sobre as origens da educação em Cianorte foram registradas pelos pioneiros mediante a entrevistas realizadas por meio do projeto Resgate Cultural, organizado pelas professoras Helena Cioffi, Irene Gimenes Praxedes, Izaura Aparecida Tomaroli Varela e Wilma Kobayashi Mesquista, entre os anos de 1984 a 1992, publicaram o livro “Cianorte – Sua história contada pelos pioneiros” com o objetivo de registrar os relatos sobre o contexto de fundação da cidade⁸.

Além das escolas urbanas, surgiu a necessidade de criar escolas rurais para atender as demandas da população. Afinal, a maior parte da população concentrada na zona rural, devido o fluxo de pessoas que trabalhavam no cultivo do café (Lima; Schelbauer, 2015).

O objetivo das escolas rurais era atender as necessidades dos filhos dos agricultores. Foi uma exigência da época, que pode ser bem contextualizada e relacionada com a expansão do café na região. As escolas foram construídas com materiais da própria região, sempre com estruturas simples, com vistas no baixo custo concomitante ao objetivo de democratizar o acesso à educação de forma sistemática (Lima; Schelbauer, 2015). Além disso, outros fatores são importantes para uma análise crítica da época, sendo a questão da jornada de trabalho dos professores e suas respectivas formações:

Nestes espaços e condições as escolas rurais conseguiram ampliar o número de vagas. Mas o desdobramento em turnos por vezes significou o aumento da carga horária de seus professores, muitos sem intervalos entre eles. Grande parte desses profissionais encontrava-se apta a lecionar nas séries primárias, porém a ausência de habilitação

⁸ Sobre isso, ver em: Martins (2021)

específica e de formação mínima marcaram esta realidade (Lima; Schelbauer, 2015, p. 66).

Se, o número de escolas aumentava, era necessário, portanto, formar os professores. Por isso, em 1957, foi criada a Escola Normal Regional Silva Jardim, que tinha como objetivo a formação de professores.

Se havia dificuldade de se obter professores para zona urbana, imagine na zona rural. Em todas as escolas construídas na zona rural não haviam professores habilitados em algumas, quem ensinava só era alfabetizado e a qualidade do ensino, claro, era deficiente. Assim construíram também casas para professores junto à escola isolada, pois, quando chovia, com as estradas intransitáveis era possível a atuação dos professores que não precisavam se descolar [...]. Estas professoras pioneiras trabalhavam com todas as dificuldades possíveis, mas eram felizes com o que faziam (Varella, p. 286, 2019).

A educação foi um tema central no contexto de fundação de Cianorte. A necessidade de formar os jovens, da zona urbana e rural, impulsionou a criação de escolas. Mas, devido às condições materiais do período, não é estranho verificar as diversas dificuldades que os professores e estudantes enfrentaram: falta de espaço adequado, falta de materiais e até mesmo, pouca formação profissional (Varella, 2019).

Um dado importante para ser considerado é o índice nacional de alfabetização. Naquele contexto histórico, as políticas educacionais no Brasil não estavam amplamente desenvolvidas, o que afetava diretamente a população mais pobre, que não conseguia ter acesso a alfabetização e ao letramento. Na década de 1950, por exemplo, entre os jovens de 15 anos ou mais, a taxa de analfabetismo correspondia cerca de metade da população desta faixa etária no Brasil, conforme informa na tabela abaixo:

**TABELA 2: ANALFABETISMO NA FAIXA ETÁRIA DE 15 ANOS OU MAIS –
BRASIL 1900/2010**

Ano	População com 15 anos ou mais (em milhares)		
	Total ¹	Analfabeta ¹	Taxa de analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6
2010	144.814	13.933	9,6

Fonte: Elaboração própria com dados do Censo Demográfico do IBGE.

Tabela de Braga; Mazzeu (2017)

Cianorte não fugia da realidade nacional. Ou seja, é possível afirmar que, no âmbito educacional, seja a nível federal, estadual ou municipal, as políticas públicas não conseguiam universalizar o acesso à educação. Por isso, as diversas escolas criadas na época, embora tentassem cumprir o objetivo de universalizar a educação, elas não conseguiram romper com um problema crônico que existia no país.

CONCLUSÃO

A primeira década da história de Cianorte foi assinalada pela sua consolidação política e jurídica. Não obstante, nesse período, observa-se o empenho da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em contribuir com a implantação do hospital, rede bancária, correios e, também escolas na cidade.

Com a chegada de diversos munícipes, a educação se tornou um tema central. Por isso, foram criadas escolas na zona urbana da cidade, com destaque para a primeira escola pública cianortense, a Casa Escolar, de 1955. No âmbito privado, destaca-se Escola Evangélica que era organizada por meio do ensino confessional.

A zona rural recebeu o maior número de escolas, uma vez que a maior parte da população da cidade trabalha com o cultivo do café. Construídas com materiais simples, os espaços formais de educação assumiram o objetivo de universalizar a educação. Objetivo que não foi cumprido.

As primeiras escolas, sejam elas na zona urbana ou rural, não conseguiram romper uma realidade que estava posta em nível nacional: o baixo índice de escolarização. Mesmo com a criação de diversas instituições de ensino, a maior parte da população não foi alfabetizada e letrada, o que resultou na permanência de uma sociedade desigual, economicamente e culturalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRAGA, Ana Carolina.; MAZZEU, Francisco José Carvalho. O analfabetismo no Brasil: lições da história. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 21, n. 1, p. 24-46, 2017.
- CIOFFI, Helena; PRAXEDES, Irene; VARELLA, Izaura; MESQUITA, Wilma. **Cianorte: sua história contada pelos pioneiros**. Cianorte: Gráfica Ideal, 1995.
- FRANQUI, Renata. **O Colégio Coração de Jesus no contexto de consolidação do município de Nova Esperança/PR**. Curitiba: Editora CRV, 2023.
- LIMA, Rosangela de; SCHELBAUER, Analete Regina. As escolas rurais e a organização do ensino primário em Cianorte-PR (1950-1990). **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 61, p. 51-71, 2015.
- MARTINS, Gelise Cristine Ponce. **A construção da história oficial de Cianorte e a consolidação da memória coletiva, através do projeto Resgate Cultural (1953-1975)**. 2021. 350p. Tese. (Doutorado em História) – Universidade Estadual de Maringá, 2021.
- MARTINS, Gelise Cristine Ponce. As memórias de Braz Ponce Martins e o desbravamento das novas frentes no noroeste e oeste do Paraná (1946-1975). In: ROMPATTO, Maurílio; GUILHERME, Cássio Augusto; CRESTANI, Leandro de Araújo (orgs.). **História do Paraná: migrações, política e relações interculturais na reocupação das regiões norte, noroeste e oeste do estado**. Toledo: Editora Fasul, 2016, p. 206-240.
- VARELLA, Izaura Aparecida Tomaroli. **Sob as sombras das perobas da minha terra: contando a história dos primeiros vinte anos de Cianorte – 1953 a 1973**. Cianorte: Midiograf, 2019.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EM QUEDAS DO IGUAÇU – PR

Janete Alves Ferreira Rodrigues



Astor Weber



A criação de espaços de memória, como museus ou centros de documentação, é uma maneira de valorizar a história, a cultura e a educação. Esses espaços de memórias ajudam a construir uma narrativa de pertencimento e reconhecimento das contribuições humanas ao longo da formação de nossas sociedades. As histórias, desafios superados, conquistas e falhas servem como lições importantes para o presente e o futuro. Se não protegermos a memória coletiva, corremos o risco de perder o saber acumulado ao longo do tempo, tanto em relação a grandes eventos históricos quanto aos aspectos culturais e cotidianos da sociedade.

Quando a memória coletiva é preservada, ela fortalece os laços entre as pessoas, promovendo um sentimento de solidariedade e união. As histórias compartilhadas, as tradições comuns e os valores originados do passado ajudam a consolidar os laços, criando um ambiente mais harmonioso e colaborativo. Sem essa memória compartilhada, cresce o risco de fragmentação e isolamento entre diferentes grupos. Assim, a memória torna-se uma ferramenta fundamental para fortalecer as lutas por igualdade, dignidade e direitos humanos, desempenhando um papel essencial na promoção da paz e na convivência em sociedades cada vez mais pluralistas. A memória histórica é o que mantém vivos os traços culturais de uma comunidade, como suas tradições, língua, valores e crenças. Ao proteger essa memória, preservamos a identidade do grupo, permitindo que as pessoas se conectem com seu passado e compreendam suas origens. Isso contribui para a construção de um senso de pertencimento e continuidade, elementos essenciais para o processo social.

A importância da História na formação dos sujeitos e das ciências é incalculável. Sua capacidade de moldar personalidades e influenciar o pensamento humano é inestimável. Para Hobsbawm (1998, p. 30) “O passado continua a ser a ferramenta analítica mais útil para lidar com a mudança constante, mas em uma nova forma”. Portanto, o valor da história está nas mãos dos próprios sujeitos. A humanidade é capaz de pensar, conhecer e, principalmente, projetar a história de maneira consciente, compreendendo sua materialização e, ao mesmo tempo, a capacidade de moldar seu futuro. Diante da importância da preservação de lugares de memória pretende-se valorizar a cultura local do município de Quedas do Iguaçu, Paraná, promovendo a preservação, ampliação e o acesso ao acervo disponível na recém-criada Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, consolidando-a como um espaço de referência para a valorização da memória histórica e cultural do município.

O interesse por este estudo surgiu da oportunidade de expor um acervo existente na escola onde lecionava. Inicialmente, a proposta era apresentar os objetos e compartilhar um pouco da história do município de Quedas do Iguaçu, no estado do Paraná. Porém, ao longo do tempo e em diálogo com a equipe do colégio e com meu orientador, identificamos a possibilidade de expandir a ideia para algo mais abrangente: a criação de um espaço dedicado

exclusivamente às memórias da comunidade que pudesse contribuir com a valorização da memória histórica e cultural do município. Essa iniciativa tornou-se ainda mais relevante ao constatar que, atualmente, a cidade não possui um local específico para preservar e divulgar sua história e cultura. Assim, deu-se início ao processo de idealização e legalização deste espaço.

O trabalho abrange diversas atividades essenciais, incluindo a organização do material disponível, a legalização do espaço, a coleta de informações junto à comunidade, a divulgação da proposta e a catalogação do acervo. Além disso, envolve a elaboração de um livro tomo para registrar e documentar os itens. Até o momento, esse livro conta com 26 páginas, reunindo informações sobre objetos, fotografias e livros que compõem o acervo inicial. Vale ressaltar que as fotografias e os livros foram descritos de forma agrupada, pois ainda demandam uma análise mais detalhada para sua classificação e descrições precisas. Espera-se que este projeto vá além da simples organização e exposição de itens históricos.

O objetivo é criar um espaço vivo, que sirva como um ponto de encontro para a preservação e valorização das raízes culturais do município. A iniciativa busca resgatar as tradições locais, fortalecer o senso de pertencimento dos moradores e oferecer uma oportunidade para que a identidade cultural de Quedas do Iguaçu seja reconhecida, celebrada e transmitida às futuras gerações.

Além de seu caráter cultural, o projeto tem o potencial de se tornar um importante agente de transformação social. Por meio de ações colaborativas, pretende envolver a comunidade em atividades que despertem o interesse pela história local, promovendo a educação patrimonial e fortalecendo os laços comunitários. Dessa forma, acredita-se que a iniciativa possa contribuir para o desenvolvimento sustentável e cultural da região, estimulando não apenas a preservação do passado, mas também a construção de um futuro mais conectado com suas raízes.

Este estudo tem como objetivo principal estimular a visitação pública, e que pesquisadores possam explorar e investigar a história do município de Quedas do Iguaçu, contribuindo para a ampliação do conhecimento histórico e da sua cultura. Ao fomentar o interesse acadêmico e a curiosidade sobre o local, espera-se incentivar uma produção contínua de estudos e projetos que valorizem e documentem as memórias locais, consolidando a região como um campo fértil para pesquisas.

Outro objetivo central é promover a preservação e ampliar o acesso ao acervo disponível na recém-criada Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, consolidando-a como um espaço de referência para a valorização da memória histórica e cultural local, criando um espaço que combine memória, educação e cultura. Essa meta inclui não apenas a organização e

conservação do material já existente, mas também a criação de estratégias que facilitem tanto visitas públicas quanto a realização de pesquisas acadêmicas. Assim, o Memorial poderá servir como um ponto de encontro entre a comunidade, estudantes e pesquisadores, promovendo o diálogo e o reconhecimento das histórias que compõem a identidade local.

Além da preservação física do acervo, o desenvolvimento de um formato digital é uma meta essencial para ampliar o alcance e a acessibilidade do material. A digitalização permitirá que o acervo esteja disponível a um público mais amplo, incluindo aqueles que não têm acesso presencial à Sala Memorial. No entanto, a implementação dessa iniciativa demanda planejamento, tempo e recursos específicos, tornando-se um objetivo a médio e longo prazo no escopo do projeto.

Atualmente, o projeto está na fase de formalização do espaço, um processo que envolve não apenas aspectos legais e logísticos, mas também uma interação ativa com a comunidade. Reuniões têm sido realizadas com moradores, representantes locais e possíveis parceiros para identificar as principais necessidades e demandas relacionadas ao Memorial. Essa abordagem colaborativa busca garantir que as decisões tomadas reflitam os anseios da comunidade, tornando o Memorial um espaço verdadeiramente inclusivo e representativo.

Em síntese, este estudo pretende ir além da simples organização de um acervo histórico, funcionando como um catalisador para a valorização da memória coletiva e o fortalecimento da identidade cultural da região. Ao promover o diálogo entre passado, presente e futuro, o projeto busca criar um legado significativo para as próximas gerações, ao mesmo tempo que impulsiona o desenvolvimento cultural e educacional de Quedas do Iguaçu.

O município de Quedas do Iguaçu na década de 1930, esteve diretamente vinculado ao distrito de Laranjeiras do Sul e ao município de Guarapuava. Embora frequentemente associado à região Sudoeste do Paraná devido à proximidade geográfica, dados específicos de localização revelam que Quedas do Iguaçu está situado na região Centro Sul do estado, no Terceiro Planalto Paranaense, também conhecido como Planalto de Guarapuava.

De acordo com Monteiro (2002), até meados do século XVIII, o território entre a Vila de Guarapuava e a Colônia Militar de Foz do Iguaçu era amplamente inexplorado e ocupado por populações indígenas. O primeiro registro documental sobre posse de terras na região remonta a 1853, ano em que o Paraná foi emancipado da província de São Paulo.

A construção da identidade local teve início em 1898, com a criação do Distrito Policial, e se consolidou gradativamente com a instalação da Colônia Militar Mallet, em 1901, sob a liderança do 1º Batalhão de Engenharia. A missão inicial era estabelecer uma linha telegráfica entre Guarapuava e Foz do Iguaçu, conectando regiões até então isoladas. Em 1911, o Distrito Judiciário de Laranjeiras foi criado, seguido pela formação do Território Federal do Iguaçu em

1943, com Foz do Iguaçu como capital, posteriormente transferida para a cidade de Iguaçu (antiga Vila Laranjeiras).

Com a extinção do Território Federal do Iguaçu em 1946, a cidade de Iguaçu foi transformada para o status de distrito de Guarapuava. Entretanto, por meio da atuação de lideranças locais, ainda naquele ano, o distrito foi elevado à categoria de município, inicialmente chamado de Iguaçu, passando a se chamar Laranjeiras do Sul em 1947.

A história de Quedas do Iguaçu é marcada por reorganizações administrativas. Em 18 de outubro de 1967, a Lei Estadual n.º 5.668 formalizou o desmembramento do município de Laranjeiras do Sul, criando Quedas do Iguaçu a partir da elevação do distrito de Campo Novo.

Na década de 1940, o governo do Paraná deu início ao processo de colonização às margens do rio Iguaçu, em colaboração com o governo polonês. Imigrantes poloneses foram incentivados a ocupar a área, e a Companhia Mercantil Paranaense S.A. foi criada para gerenciar o projeto. Assim nasceu a Colônia Jagoda, nomeada em homenagem à filha do embaixador polonês da época.

A administração da colônia passou pelas mãos da Empresa Agrícola Industrial do Iguaçu e da Companhia de Papel e Celulose Iguaçu. Os primeiros colonos enfrentaram grandes desafios, como desbravar a mata fechada, construir abrigos de tábuas de pinheiros e abrir estradas rudimentares. O transporte dependia de carroças, e as primeiras habitações concentraram-se na área que hoje corresponde à Praça Pedro Alzides Giraldi, onde um casarão central abrigava serviços essenciais como farmácia, armazém e uma sala de reuniões.

A emancipação de Quedas do Iguaçu ocorreu em 15 de dezembro de 1968, marcando o início de uma nova fase, com autonomia para definir seus rumos políticos, econômicos e sociais.

Na década de 1970, a construção da Usina Hidrelétrica de Salto Osório trouxe transformações significativas para o município. Além de impulsionar o desenvolvimento econômico e industrial, a obra também apresentou desafios ambientais que exigiram medidas de mitigação e o planejamento de estratégias sustentáveis. Esse período foi crucial para moldar o perfil econômico e estrutural da região, marcando o início de sua modernização.

A preservação ambiental tem se consolidado como uma preocupação central no município, evidenciando a necessidade de equilibrar o desenvolvimento econômico com a conservação dos recursos naturais e ecossistemas sensíveis.

Quedas do Iguaçu apresenta um vasto potencial econômico, com setores como agronegócio, comércio, saúde, educação e lazer desempenhando papéis fundamentais no desenvolvimento local. O agronegócio, em particular, destaca-se pela produção diversificada e pela adoção gradual de tecnologias mais sustentáveis. Paralelamente, investimentos em infraestrutura e inovação tecnológica são imprescindíveis para consolidar o município como

um modelo de desenvolvimento equilibrado, que atenda às demandas crescentes da população e respeite os limites impostos pelo meio ambiente.

Além das questões ambientais, a preservação do patrimônio cultural emerge como um pilar essencial para o fortalecimento da identidade e da coesão social no município. A valorização de relatos, objetos e registros históricos é fundamental para manter viva a memória da região e enriquecer a compreensão de sua trajetória. Esse compromisso não apenas reforça o senso de pertencimento da comunidade, mas também estimula iniciativas voltadas à valorização da rica herança cultural e histórica local.

Um exemplo emblemático desse esforço é a criação do memorial dedicado à história da comunidade. Mais do que um arquivo físico, o memorial terá um recurso educacional dinâmico e acessível. Sua estrutura organizada oferecerá aos pesquisadores, estudantes e interessados em geral a possibilidade de explorar um acervo que conectará o passado local a contextos mais amplos, incentivando novas investigações e recuperando narrativas frequentemente negligenciadas.

O memorial também desempenha um papel importante no resgate de histórias de grupos e comunidades sub-representadas em fontes tradicionais, ampliando o entendimento da diversidade cultural e social da região. Nesse sentido, o espaço transcende seu propósito inicial, tornando-se um agente transformador que contribui para a inclusão e o reconhecimento de múltiplas vozes.

A criação de espaços memoriais não apenas preserva o passado, mas também estimula o desenvolvimento de outros setores, como o turismo cultural. Além de atender à comunidade acadêmica e local, esses espaços atraem visitantes interessados em conhecer a história local, fortalecendo o turismo regional e gerando impacto positivo na economia. A interação entre memória, cultura e desenvolvimento turístico reforça o papel do memorial como um catalisador de novas oportunidades econômicas e culturais.

Mais do que celebrar a história, o memorial inspira reflexões sobre o futuro, conectando a comunidade com suas raízes e promovendo o diálogo intergeracional. Essa conexão fortalece o engajamento cívico, estimulando a participação ativa da população na construção de um futuro mais inclusivo e sustentável. Dessa forma, o memorial consolida-se como um espaço de aprendizado, encontro e valorização da identidade cultural do município, ampliando sua relevância como um patrimônio vivo e ativo.

Em suma, as iniciativas voltadas à preservação ambiental e cultural em Quedas do Iguaçu ilustram o compromisso do município em construir um modelo de desenvolvimento integrado. Ao conciliar progresso econômico com sustentabilidade e valorização histórica, o município reafirma sua identidade como uma região que alia tradição e modernidade, honrando o passado

enquanto constrói um futuro promissor.

CONCLUSÃO

A memória e a história de Quedas do Iguaçu representam mais do que simples registros de eventos passados; elas constituem os alicerces sobre os quais a identidade cultural e social da comunidade foi edificada. Ao preservar e valorizar essas memórias, a população tem a oportunidade de se reconectar com suas origens, ressignificando o passado como um elemento essencial para projetar um futuro com continuidade, pertencimento e propósito. Portanto, a criação da Sala Memorial Sigismundo Gdaniec, pode justamente colaborar nessa preservação e valorização da cultura local.

A criação de espaços de memória, como memoriais e centros culturais, assim como a promoção de iniciativas voltadas à preservação histórica, transcende a função de registrar fatos. Esses esforços promovem o fortalecimento do vínculo entre os cidadãos e suas raízes, além de incentivar o respeito e o apreço pelo patrimônio local. Tais ações desempenham um papel vital ao integrar história e cultura ao cotidiano, tornando-as ferramentas para a formação de novas gerações conscientes de seu valor e de seu legado.

Quedas do Iguaçu, em sua trajetória histórica, revela um percurso singular, marcado por etapas de colonização, desenvolvimento agrícola e industrial, e pela resiliência de uma comunidade dedicada à construção de uma identidade própria. Desde os primeiros passos como distrito até a consolidação como município autônomo, o espírito empreendedor e a capacidade de adaptação de seus habitantes foram fundamentais para moldar uma cultura rica, diversa e profundamente enraizada nas tradições trazidas por imigrantes e pioneiros.

Essa história é mais do que um conjunto de marcos cronológicos; é um testemunho vivo da capacidade de superar desafios e abraçar oportunidades. Cada transformação social, econômica e ambiental contribuiu para construir um mosaico de experiências que enriquece o município. Honrar essa história é reconhecer o esforço coletivo que fez do município um lugar singular, onde o passado e o presente se entrelaçam de maneira harmônica para criar um futuro promissor.

Ao promover o diálogo entre gerações, fortalecer o senso de pertencimento e inspirar ações conscientes, o compromisso com a preservação da memória histórica também se alinha com os ideais de desenvolvimento sustentável. A valorização da cultura local e do legado histórico não apenas reforça a identidade do município, mas também cria oportunidades para o turismo cultural, a educação e a inovação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Sônia de Aguiar. **Laboratório de História Oral: Memórias e experiências docentes**. 1ª Edição, Quedas do Iguaçu, 2009.

DUTRA, Eradi Antônio Buss; WAJMAR, Josef. **Colônia Jagoda**. 1ª Edição, Quedas do Iguaçu, 2018.

IPHAN - Programa de Cidades Históricas (PCH) <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/33/programa-cidades-historicas-pch>

NORA, Pierre. **Entre memória e História**. A problemática dos lugares. São Paulo, vol. p.1-178. Dez.1993.

SILVA, Antônio Monteiro. **Quedas do Iguaçu Nossa História Nossa Gente**. 1ª Edição, Quedas do Iguaçu, 2002.

VIEIRA, Suzane Veronese. **A História, a Memória e a Ideologia na Leitura**, 1ª Edição, 2012.

WACHOWICZ, Ruy Christovam. **História do Paraná**. 7ª Edição, Curitiba, 1995.

**NOMES DE CIDADES:
ARTICULAÇÃO ENTRE
ELEMENTOS NATURAIS,
CULTURAIS E RELAÇÕES DE
PODER**

Marcia Regina de Oliveira Lupion



I

Considerando a cidade e suas representações como algo inerente ao homem, o capítulo objetiva apresentar uma análise da toponímia como um reflexo da interação humana com o espaço, seja por meio de elementos naturais, culturais ou relações de poder. De forma específica a discussão enseja articular a escolha de nomes geográficos com a constituição das cidades uma vez que tal articulação demonstra o quanto os nomes das cidades refletem suas origens histórico-culturais bem como se inserem no contexto mais amplo da identidade e disputa pela memória local.

Ao escolher a problemática citada, considera-se que a análise proposta fornece uma compreensão crítica e abrangente das dinâmicas que levam à escolha dos nomes das cidades e das relações de poder de indivíduos ou grupos locais que envolvem essas escolhas, uma vez que, em muitos casos, a nomeação serve para perpetuar memórias selecionadas das elites políticas e econômicas, ignorando a história de grupos marginalizados. Com essa abordagem, pretendo colaborar, e quiçá, enriquecer a discussão sobre toponímia ao conectar identidade com questões de memória e cultural.

Partindo do estudo de caso realizado no município de Dr. Camargo e, sob o escrutínio da história regional, foi possível interrogar como a escolha dos nomes de cidades são referenciais sob os quais estão ocultos projetos de criação e manutenção da memória sobre o poder local. O caso em tela levou à busca de nomes de cidades presentes no site IBGE | Cidades bem como em estudos que versam sobre como determinadas denominações se fizeram possíveis. O estudo recorreu ainda ao campo das toponímias para compreender como se costuma denominar localidades, sejam elas naturais ou artificiais, e para isso contou com as pesquisas elaboradas por Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick enquanto teóricos da história regional, como Janaína Amado, fortaleceram a argumentação ao enriquecer o debate teórico e conceitual. Com Sandra Jatay Pesavento, os aspectos culturais da cidade tomam forma como elementos que promovem a identidade local e de seus viventes, bem como suas sociabilidades e sensibilidades.

II

As cidades sempre exerceram um fascínio sobre os indivíduos, quer seja nos viventes desse espaço, quer seja entre aqueles que pouco ou nada conhecem do ambiente urbano. O imaginário criado sobre e a partir das cidades, principalmente a partir do século XIX, remetem àquele espaço ideais de progresso e de civilização, que foram sendo corroídos ao longo do último século. Imbuída de uma dinâmica própria marcada pela aceleração e pela mudança, a

cidade reflete suas contradições ao permitir a convivência simultânea de bairros marcados pela carência de estrutura e outros nos quais graça a elegância e a infraestrutura adequada. Sandra Pesavento (2002), ao analisar cidades como Paris, Rio de Janeiro e Porto Alegre, põem em destaque que a cidade surge como um problema e um objeto de reflexão principalmente a partir do ponto de vista das representações uma vez que “a cidade é, sobretudo, uma *materialidade* erigida pelo homem, é uma ação humana sobre a natureza” (Pesavento, 2007). A materialidade das formas denuncia que a cidade é uma criação humana quando praças, ruas, traçados urbanos, avenidas, edifícios, localização e mesmo o nome do município refletem as formas como os indivíduos representam o espaço urbano, dele se ocupam, trabalham, se divertem e o historicizam.

Sendo uma ação humana sobre a natureza, as cidades e suas denominações permitem verificar as articulações que determinam as relações de poder em âmbito regional ou local. Por suas especificidades a abordagem regional tem a vantagem de oferecer uma articulação entre um espaço particular, uma região, dentro de uma determinada organização social mais ampla, uma nação por exemplo, e permite conhecer detalhes que poderiam ser perdidos, ou considerados irrelevantes em análises de síntese. Sobre essa articulação, Janaína Amado explica que surgem

(...) novas óticas de análise ao estudo de cunho nacional, podendo apresentar todas as questões fundamentais da História (como movimentos sociais, a ação do Estado, as atividades econômicas, a identidade cultural, etc.) a partir de um ângulo de visão que faz aflorar o específico, o próprio, o particular (Amado, 1990, p. 12).

Dessa forma, o enfoque regional permite compreender como os batismos municipais não são meros identificadores espaciais ou administrativos, e sim, parte de uma teia de narrativas multimodais que pretendem dar sentido, fortalecer e manter relações de poder de grupos privilegiados.

III

O caso da denominação do município de Dr. Camargo, no noroeste paranaense, colabora para justificar a afirmativa acima. Tendo sido criado como patrimônio provavelmente no ano de 1948, a localidade já apresentava a denominação de Dr. Camargo, homenagem prestada ao médico paulista, negro, pioneiro no estudo e tratamento do câncer no Brasil, empresário e político, que nunca teria posto os pés no então patrimônio ou posterior distrito e município. A que se deve a honraria então? As poucas evidências sobre a homenagem levaram a inferências construídas a partir do encontro de informações presentes em jornais da época que permitem colocar o médico nos mesmos espaços sociais que os empresários que

administravam a Companhia de Terras Norte do Paraná, posteriormente rebatizada de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (Correio Paulistano, 1912).

Tendo a morte do renomado médico ocorrido no ano de 1947, mesma data de fundação do patrimônio, infere-se que os empresários escolheram essa personagem para dar nome ao futuro município considerando apenas elementos ligados às relações interpessoais que possam ter existido entre os diretores da Companhia e o médico-empresário. Colabora com essa inferência o fato de a Companhia ter denominado o patrimônio e depois município de Lobato em homenagem ao escritor brasileiro Monteiro Lobato falecido no mesmo ano de fundação do patrimônio em 1948 (Lupion, 2004), e o município de Presidente Castelo Branco, cuja instalação administrativa se deu em 21 de dezembro de 1964 em “homenagem ao Presidente da República Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco” (IBG | Cidades, 2025), e também ao Golpe Militar ocorrido naquele ano.

Tendo negociado mais de 545 mil alqueires no Norte e Noroeste do Paraná, a Companhia utilizou estratégias diversas para nominar rios, córregos e patrimônios que depois se tornaram distritos e municípios. Agrimensores e topógrafos utilizaram o dicionário guarani; seus países de origem e mesmo nomes de santos para nomear certos acidentes geográficos, outros mantiveram-se da forma como eram conhecidos por moradores locais. Houve casos em que nomes de namoradas, esposas, marcas de cigarro ou times de futebol foram a referência utilizada pelos funcionários da Companhia para batizar as novas localidades (Companhia, 1977). Ou seja, não somente os diretores da empresa eram responsáveis pelos batismos, mas, também os funcionários que utilizavam critérios um tanto banais para executar esse serviço.

Longe desse formato banal, as toponímias brasileiras encontram uma historicidade em que a cultura e o próprio contato do homem com natureza interferem na escolha dos batismos. Partindo de estudos que consideram a *onomástica*, ou do estudo de nomes próprios, Dick argumenta que a predileção por determinados termos identificadores ocorre sob a orientação de “interditos de marcas, cujas causas originam-se nos próprios costumes e hábitos do grupo, definidores da macrovisão de sua cultura” (Dick, 1998, p. 99). Sob essa perspectiva, os topônimos resultariam de uma relação antropocultural e histórica com espaço e levaria a identificação entre o sujeito e o ambiente. Nesse sentido, os topônimos seriam o resultado de ações e intenções humanas individuais ou coletivas que, além de buscar orientação espacial representam costumes e identidades coletivas que “que se expressam pela subjetividade com que certos símbolos são construídos para nominar determinados espaços bem como encerram relações de poder por se constituírem em símbolos e representações de grupos que desejam sobreviver na lembrança coletiva” (Lupion, 2024).

A característica antropocultural dos topônimos levou o IBGE a destacar que os batismos

permitem que sejam recuperadas características sócio-históricas, culturais e físico-geográficas por caracterizam como “um conjunto étnico, etimológico, histórico, referenciado geograficamente e inserido num contexto temporal” (Brasil, 2011). Ou seja, os topônimos remetem às identidades locais, quer sejam elas coletivas ou ligadas ao ambiente do entorno como por exemplo, o município de São Jorge do Ivaí, cujo denominação resulta da soma do nome do santo padroeiro municipal e do rio Ivaí, quando demarca sua localização no espaço geográfico, na malha hídrica estadual e na cultura religiosa católica predominante na população (Brasil, 2022a).

Em estudo realizado no ano de 1989, Dick e a equipe de pesquisadores da Universidade Paulista revelaram que existem determinados padrões na constituição dos topônimos na cultura brasileira. O estudo foi realizado no Estado de São Paulo e foram analisados 573 topônimos municipais e sua identificação linguística e os padrões reconhecidos na categoria *acidentes geográficos*, foram os nomes ligados à vegetação, aos animais, ao relevo, às águas ou acidentes hidronímicos, às pedras e natureza do solo e, na categoria *religiosidade*, grassam os nomes de santos,ãos e santas, divinos ou sagrados bem como *nomes próprios de pessoas* com ou sem títulos nobiliárquicos ou políticos que passam a nominar cidades ou municípios. Dick informa ainda, que no Estado de São Paulo muitas denominações resultam da presença de povos originários e remetem ao período histórico de existência das ocupações indígenas. Nesses locais teria predominado os topônimos ligados às línguas tupi e guarani, enquanto no norte e nordeste adotou-se com maior frequência nomes de origem portuguesa ou híbridos (DICK, s/d). No Paraná, existe uma semelhança entre os topônimos adotados em outros estados como, por exemplo, o nome do município de Guarapuava que resulta da soma dos termos ligados ao léxico tupi-guarani onde, *guará*=lobo e *puava*=bravo, nome dado aos campos gerais, local em que predominavam as populações indígenas guarani (Brasil, 2023).

Por outro lado, são muitas as evidências que mostram como os topônimos foram utilizados para demarcar espaços de poder político e econômico como é o caso da cidade de Braganey, no sudoeste do Estado. O mandato de Ney Aminthas de Barros Braga aconteceu entre os anos de 1979 a 1982, e a municipalização se deu no dia 01 de fevereiro de 1983. Nesse período, foi sancionada a Lei n. 6.454 de 24 de outubro de 1974, que dispõe, dentre outros encaminhamentos, sobre a impossibilidade de equipamentos públicos prestarem homenagens a personalidades vivas. Mas, mas, numa jogada política, a junção do sobrenome ao prenome permitiu que a homenagem, ainda que às avessas, fosse feita e o município de Braganey foi constituído (Brasil, 2022b). Com essa jogada, o ex-governador manteve viva a memória do seu mandato bem como sua atuação na política estadual.

Outro exemplo em que o topônimo é utilizado para manutenção de uma memória

específica foi descrito tangencialmente por Cézar Felipe Cardoso, em dissertação defendida em 2020 sobre o papel da Sociedade Territorial Ubá Ltda no Vale do Ivaí. O autor registra uma série de mudanças na denominação do município de São João do Ivaí, que inicia seus dias como equipamento público sob o topônimo São João assim que o comerciante Orozimbro Martins tornou-se responsável pelas primeiras construções no local. Posteriormente, com a venda dos direitos territoriais ao bispo José Martins Vieira, a localidade passou a se chamar São João da Ocalina, em homenagem à mãe do bispo, fato que teria descontentado a população local. Uma terceira venda territorial teria posto fim a esse aborrecimento quando, Durval Costa restituiu o nome de São João à localidade momento em que ao hagiotopônimo São João é acrescido do referencial geográfico Ivaí, rio que dá nome ao Vale (Cardoso, 2020, p. 37). Os memorialistas são-joanenses Hélio Scicchitano e José Queiroz acreditam que a retomada do nome inicial de São João do Ivaí se deve principalmente ao fato de que:

Existiu gente de fé. Para desbravar o sertão. Gente que veio e foi. Gente que ficou. Com algumas alegrias e não poucas tristezas. Gente que abriu picadas, que trabalhou, que viveu, amou e construiu. Vencendo todos os desafios. Gente que plantou e colheu. Que formou e educou. Que fez o tempo correr numa escalada de amor ao progresso. Existe hoje São João do Ivaí (Scicchitano; Queiroz, 1980, p. 9 apud Cardoso, 2020, p. 37).

Nesse caso, o desejo de manter a memória sobre *o espírito empreendedor dos primeiros habitantes* de São João do Ivaí aparece como o elemento motivador da manutenção do nome do município, enquanto o hagiotopônimo faz referência à cultura religiosa da população inicial notadamente praticante do catolicismo. Elementos simbólicos que permitem que os habitantes do local se reconheçam e se identifiquem com o espaço em sua forma geográfica, histórica e cultural.

Um terceiro exemplo refere-se ao extinto distrito de Cidade Nova, que após disputas políticas passou, no ano de 1963, a se chamar Telêmaco Borba. A mudança de nome se deu após o neto de Telêmaco Augusto Enéias Morosini Borba, o deputado Guataçara Borba Carneiro, entrar com o pedido de mudança de nome do distrito.

Desejoso de homenagear o avô, Guataçara Carneiro enfrentou resistência da população local que via nas indústrias de celulose Klabin um representante mais adequado para receber a honraria. Enquanto o deputado trazia a memória do esforço do avô, militar paranaense com atuação na fronteira entre o Paraná e Santa Catarina durante a Revolução Federalista, autodidata e diretor do Aldeamento Indígena de São Pedro de Alcântara, escritor do *Pequeno vocabulário de línguas portuguesa e Kaingang*, do *Vocabulário das línguas Cayuguas e Chavantes*, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense (Vargas, 2008), a população preferia que o nome da cidade fosse atrelado às indústrias Klabin. O historiador Maurício Gonçalves Margalho (2008), informa

que *Klabin Irmãos e Cia* reorganizou o espaço para o atendimento às necessidades da produção incluindo residências destinadas aos funcionários nos arredores da indústria. Esse loteamento teria sido denominado Cidade Nova. Exatamente o distrito escolhido por Guataçara Carneiro para homenagear o avô. A também historiadora local Ana Flávia Braun Vieira traz detalhes mais precisos sobre a Klabin e a compra de terrenos que dariam origem ao distrito de Cidade Nova. Em seu relato, Vieira (2020), traz evidências de que, apoiada pelo governo estadual, mediador das negociações em relação à compra do terreno e de incentivos à produção de celulose, e financiada pelo Banco do Brasil, a Klabin passou a ser considerada ou a se auto identificar como a grande mentora e construtora do progresso na região do Tibagi. Coube ao Jornal O Tibagi difundir a memória sobre o protagonismo da empresa de celulose na constituição econômica e social local, e com isso, se sobrepor às memórias que comunicam acerca sobre grupos outros que exerceram domínio na localidade, como indígenas, tropeiros, bandeirantes, jesuítas e exploradores em geral que também são parte da história da região (Vieria, 2020, p. 48).

A construção de memórias sobre o nome geográfico Telêmaco Borba envolve, portanto, duas motivações: a participação da indústria de celulose Klabin na região pós década de 1940, e o desejo pessoal do deputado Guataçara Borba Carneiro em homenagear um familiar com referências ligadas ao período de ocupação da região pelo não indígena em fins do século XIX (Lupion, 2024).

Guataçara Carneiro foi mais feliz nessa disputa, embora a população visse mais mérito o desempenho das indústrias Klabin no desenvolvimento local. Longe de ter esgotado a intrincada contenda envolvendo a mudança de nome do distrito, é certo registrar que ao reivindicar o protagonismo no desenvolvimento local, as indústrias Klabin passaram a demarcar um momento de inflexão na história da região e, quando o nome “Telêmaco Borba” foi escolhido em 1964 para rebatizar o Distrito de Cidade Nova, o mesmo foi questionado pela população local que reconhece as narrativas sobre as indústrias Klabin como as mais adequadas para fundamentarem o nome da cidade encontrando pouca correspondência na biografia do homenageado bem como na narrativa histórica que remonta ao período anterior à chegada da família Klabin.

IV

Os exemplos apresentados confirmam o que Dick informa em seus estudos: que os nomes geográficos são resultado de relações antropoculturais e históricas entre os seres humanos e o espaço; que geram relações de identidade com esses espaços e tornam-se símbolos dos conhecimentos detidos pela população. Falam ainda de como as cidades tem sua identidade inventada ao acionar eventos geográficos e culturais para constituírem seus mitos

de origem ou então, quando elegendo como heróis personalidades da economia e da política como se tais fossem algo como “pais ancestrais” ou “pais fundadores” cuja vida foi dedicada à construção municipal. Esta última acepção atribui significados exógenos à cultura e à história das cidades, define tradições comemorativas que investem mais na biografia do homenageado que identidade dos homens e das mulheres que contribuíram para o estabelecimento municipal.

Sandra Pesavento tem razão ao dizer que “a cidade é, sobretudo, uma *materialidade* erigida pelo homem, é uma ação humana sobre a natureza” (Pesavento, 2007, p. 13); local em que as sensibilidades e as sociabilidades são criadas e recriadas e onde as memórias são construídas. No entanto, é esse ato construtor que torna os topônimos citadinos tão relevantes, posto que são motivos de disputas por poderes políticos e econômicos de grupos ou indivíduos que buscam, na construção de memórias históricas quase sempre excludentes, demarcar seu espaço como agentes históricos com predomínio sobre determinadas cidades ou regiões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. In: SILVA, Marcos A. da. (Coord.). **República em migalhas: história regional e local**. São Paulo: Editora Marco Zero, 1990, p. 12.
- CARDOSO, Cezar Felipe. A terra não estava vazia e a mata não era virgem: a história da Fazenda Ubá no Vale do Ivaí-Pr (1853-1929). 184 f., 2020. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2020, p. 36.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico: um estudo dialetológico. s/l, s/d. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/10/06.pdf>> Acesso 28 ago. 2023.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Os nomes como marcadores ideológicos. **Acta Semiótica Et Lingvística**. v. 7. n. 1, 1998, p. 99.
- LUPION, M. R. de O., GIMENEZ, J. C., & MOTA, L. T. (2024). Doutor Camargo, médico, topônimo e a arte perdida de nomear cidades. **Cordis: Revista Eletrônica De História Social Da Cidade**, (33), e67889. <https://doi.org/10.23925/2176-4174.v3.2024e67889>.
- LUPION, Marcia Regina de Oliveira. **Nas Águas de Lobato**: a construção de um espaço social na zona rural de Lobato, norte do Paraná (1949-1973). 196 f. 2003. Dissertação (Programa de Pós- Graduação UEM/UEL), 2003.
- PESAVENTO, Sandra Jatay. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Brasileira de História**, vol. 27, nº 53, jun. 2007. PESAVENTO, Sandra Jatay. **O imaginário da cidade**: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.
- SCICCHITANO, Hélio; QUEIROZ, José Queiroz. *São João do Ivaí a rainha do algodão, 1980*, p. 9 apud CARDOSO, Cezar Felipe. A terra não estava vazia e a mata não era virgem: a história da Fazenda Ubá no Vale do Ivaí-Pr (1853-1929). 184 f., 2020. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual de Maringá. Maringá, 2020, p. 37.
- VARGAS, Túlio. **O Maragato**: a vida lendária de Telêmaco Borba. 2. ed. Curitiba: Juruá Editora, 2008.
- VIEIRA, Ana Flávia Braun. **Para além do papel**: o jornal *O Tibagi* e a construção do discurso fundador de Telêmaco Borba – PR. [edição eletrônica]. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020.

FONTES

- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Braganey, 2022b.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Guarapuava, 2022c.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Presidente Castelo Branco, 2025. BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. São João do Ivaí, 2022.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Telêmaco Borba, 2024.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. São Jorge do Ivaí, 2023.

BRASIL. Lei n. 6.454, de 24 de outubro de 1974. Dispõe sobre a denominação de logradouros, obras serviços e monumentos públicos, e dá outras providências.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2. ed. São Paulo: Editora “Ave Maria” Ltda, 1977 [1975].

CORREIO PAULISTANO. São Paulo. 1 de setembro de 1912. p. 2.

C
A
P
Í
T
U
L
O

O
8

HISTÓRIA E MEMÓRIA EM EXTENSÃO: A ESCOLA MUNICIPAL DOUTOR OSVALDO CRUZ

Alana Lorrana de Santana Martins Ramos



Camila Lourenço Valim



Jean Carlos Moreno



Patrícia Fantin Lazzarotti

Extensão Universitária é a iniciativa da universidade que visa compartilhar o conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa com o público externo. Essa ação envolve a articulação do conhecimento científico gerado na instituição com as necessidades da comunidade, resultando em uma interação transformadora que impacta a realidade social.

Segundo Paulo Freire (1977), o ato de conhecer, na dimensão humana, não se resume a receber passivamente conteúdos apresentados por outros. Pelo contrário, o conhecimento exige uma presença ativa e curiosa do sujeito diante do mundo. Ele requer uma ação transformadora sobre a realidade, uma busca constante, intervenção e reinvenção. Além disso, a reflexão crítica sobre o próprio ato de conhecer é essencial para reconhecer como se dá esse processo e os condicionamentos a que estamos submetidos. Portanto, o ato de conhecer não é uma tarefa de objetos, mas sim de sujeitos. Somente como sujeito, o homem pode verdadeiramente conhecer e transformar sua realidade. A partir desse pensamento freireano, podemos refletir sobre o processo de aprendizagem na extensão universitária, destacando os sujeitos envolvidos e seus papéis na construção do conhecimento.

Nos últimos anos, a extensão universitária tem avançado significativamente. Isso se deve ao desenvolvimento de projetos em áreas temáticas específicas, como cultura, saúde, meio ambiente, direitos humanos, educação, trabalho e comunicação. Professores e alunos envolvidos com a prática extensionista têm participado de congressos periódicos promovidos pelas Pró-Reitorias de Extensão das universidades públicas. Nesses eventos, eles refletem sobre os desafios teórico-metodológicos inerentes a um ramo de produção do conhecimento com objetivos específicos, estreitamente relacionados à pesquisa e ao ensino acadêmico.

A extensão universitária desempenha um papel crucial na construção de pontes entre a academia e a sociedade, promovendo a troca de conhecimento, a inclusão social e o desenvolvimento humano. Ela vai muito além de uma atividade extracurricular; é um compromisso fundamental das instituições de ensino superior com a comunidade circundante. Através de parcerias colaborativas, as universidades podem contribuir para o fortalecimento de organizações locais, a melhoria das condições de vida e o empoderamento de grupos marginalizados. Esses projetos levam o conhecimento produzido dentro das universidades para além de seus muros, beneficiando diretamente a sociedade. Ela visa estender os conhecimentos e recursos acadêmicos para resolver problemas reais da comunidade, assim como identificar necessidades específicas e colaborar na busca por soluções inovadoras e eficazes, sendo este um dos seus principais objetivos.

Para Silva (2011), a Extensão Universitária fortifica o vínculo entre a universidade e a comunidade, facilitando a comunicação entre ambos e permitindo a implementação de iniciativas educacionais e sociais que visam superar as situações de desigualdade e exclusão

que ainda persistem. Sendo assim, os projetos de extensão possuem papel essencial, tanto na vida dos acadêmicos, que colocam em prática tudo o que aprenderam em sala de aula, quanto na vida das pessoas que usufruem deste aprendizado. A população recebe o aprendizado e é beneficiada no que se diz respeito ao desenvolvimento na vida de cada ser, provocando assim, mudanças sociais.

É através da extensão que a comunidade acadêmica tem a possibilidade de elaborar e vivenciar na prática o conhecimento adquirido, indo além da formação profissional oferecida em sala de aula, e assim é possível desenvolver uma visão mais globalizada e conscientizar os estudantes das diferentes realidades, das diferentes comunidades e entender o seu papel enquanto sujeito social. DEUS (2020), complementa ao dizer que as transformações na sociedade demandam que a universidade e, especialmente, a Extensão Universitária, realizem ações imediatas e contínuas para promover a troca e compartilhamento de experiências e conhecimentos. Isso é essencial para garantir a preservação dos direitos já conquistados pelos diversos grupos sociais.

Para Nogueira (2000) o processo educacional, essencial para a formação dos alunos e a capacitação dos professores, bem como para a interação com a sociedade, envolve relações que são multidisciplinares, interdisciplinares e transdisciplinares. Castro (2009, p. XY) vai direto ao ponto:

[...] no caso da Extensão, o que percebemos é que ela produz conhecimento a partir da experiência e, assim, tem uma capacidade de narrar sobre o seu fazer. O conhecimento narrativo ele não fecha, ele deixa sempre aberto, ao final, para a possibilidade de se criar outros finais ou se iniciar outros processos. Assim, a forma de produção da narrativa não pretende ser verdadeira objetivamente, mas ser também subjetiva. Além disto, o que se verifica na Extensão é um fazer que sempre pressupõe a presença de um outro que não é somente o aluno ou professor, mas um ouvinte.

Partindo dessa fala, as atividades podem ser compreendidas como a base conceitual e prática do Projeto Pedagógico dos cursos. Seu objetivo é promover os propósitos, garantindo intencionalidade e resultados para todos os programas e atividades. É essencial que esses trabalhos combinem teoria e prática, evitando que se tornem superficiais ou distantes. Além disso, destaca-se a importância de conectar essas ações à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, considerando o conhecimento como um meio de emancipação. Nesse contexto, acadêmicos e grupos sociais interagem como comunidades interpretativas da realidade social em que vivem. A extensão, por sua vez, se torna um espaço/tempo de inter-multi-transdisciplinaridade, oferecendo oportunidades para enfrentar os desafios de múltiplas configurações.

Na universidade, o curso de História possui grande potencial para desenvolver projetos de extensão universitária que atendam a esse compromisso. Esses projetos envolvem a

preservação do patrimônio histórico-documental das populações brasileiras e a promoção da interação cultural com diversos segmentos sociais. Além disso, no contexto acadêmico, a extensão universitária em História pode resultar na criação de ferramentas que contribuam para o aprofundamento da pesquisa histórica.

Segundo Del Masso (2012) nos cursos de História, já se observa uma certa tradição em iniciativas semelhantes. No entanto, muitas vezes essas ações não são abordadas como parte de uma reflexão específica sobre a Extensão Universitária. Somente nos últimos quatro anos, esse campo tem recebido reflexões mais aprofundadas, tanto de natureza técnica quanto teórica. A título de exemplo, podemos mencionar os acervos cartográficos digitais disponíveis online. Esses recursos têm origem na pesquisa histórica e contam com a participação ativa de alunos de graduação.

Catálogos temáticos, que contêm referências de documentos de valor histórico-cultural, podem ser disponibilizados em ambientes virtuais, como Bibliotecas Digitais, Arquivos e laboratórios de pesquisa, ou na forma de e-books nas páginas das editoras universitárias são algumas representações das formas de ação extensionista em História.

Ao serem produzidos com a participação ativa de estudantes de graduação do curso de História, esses catálogos têm múltiplos benefícios como a contribuição para a formação profissional na área, estimulam a pesquisa acadêmica em temas específicos e facilitam o acesso de professores do Ensino Médio e agentes culturais a documentos que fazem parte do patrimônio histórico-documental das populações brasileiras, muitas vezes subutilizados devido à falta de organização.

MEMÓRIA E HISTÓRIA: LEMBRANÇAS, AFETOS E PERTENCIMENTOS

O Projeto de Extensão que aqui apresentamos, envolve uma discussão fundamental para o desenvolvimento da consciência histórica: sua relação com a memória e, portanto, com os afetos e as identidades sociais. Serão fundamentais quatro autores cujas obras abordam temas que enriquecem o embasamento do projeto, como as análises sobre os espaços e o tempo, os usos de imagens e fotografias e os usos da história oral. Destacam-se, portanto, José Barros (2006), com *História, espaço e tempo: interações necessárias*; Luciana Silva (2009), com *Transformações urbanas e imaginário fotográfico: a cidade de São Paulo sob a visão de três grandes fotógrafos*; Ana Maria Mauad (1996), com *Através da imagem: fotografia e história-interfaces*; e Alessandro Portelli (2016), com *História oral como arte da escuta*.

Primeiramente, conforme demonstra Barros (2006), o espaço e o tempo são territórios do historiador. Nesse sentido, compreende-se que o ambiente escolar, não menos que um espaço /projeto da modernidade, é resultado de sobreposições de experiências e vivências em diferentes tempos. Dessa

forma, tendo a escola como um espaço de relacionamentos, encontros e interações sociais, delimita-se a possibilidade de se produzir um conhecimento histórico a partir de estudos e análises dessas relações de ocupação e mudanças no espaço escolar ao longo do tempo.

Com isso, as paisagens da escola, cristalizadas em recortes imagéticos, são afirmadas e estabelecidas como um dos pilares deste projeto. Ao se ter como objetivo consolidado a visualização de traços das transformações proporcionadas por sujeitos inseridos no cotidiano educacional da Escola Municipal Doutor Osvaldo Cruz, compreende-se que o uso de métodos de análise fotográfica é indispensável. Para tanto, em relação ao uso de imagens como um elo entre o passado e o presente, entende-se que as fotografias são responsáveis pela permanência das memórias construídas nesses locais, e que observá-las implica perceber as transformações que se desenvolveram ao longo das décadas.

Contudo, além das percepções sobre as transformações evidenciadas através da documentação fotográfica, é necessário ponderar a respeito das subjetividades e narrativas que as fotografias possuem e retratam. As fotografias permitem que percebamos o que era relevante para aqueles que vivenciaram o ambiente escolar há algumas décadas - como há quarenta ou cinquenta anos - afinal, uma fotografia nessa época era algo raro e não acessível à população em geral. Portanto, as imagens encontradas trazem em si a valorização de determinados eventos e ambientes.

A partir disso, salienta-se que a análise fotográfica enquanto fonte histórica demanda cuidados, principalmente frente à consideração de que diferentes métodos e abordagens permitem identificar distintas informações. Dessa forma, segundo Silva (2009), ao se observar espaços através da fotografia, é sempre importante nos lembrarmos da interação das pessoas que cristalizaram cenas, as quais certamente possuíam valor para elas. Embora o estudo da autora tenha sido sobre a atuação de fotógrafos ao captarem imagens da transformação urbana da cidade de São Paulo, as mesmas considerações podem ser aplicadas para a análise de fotografias que captam os ambientes escolares amparados neste projeto.

Para a composição de cada imagem, houve uma espécie de atração, ou reconhecimento do objeto retratado [...] com algo que estava no imaginário do fotógrafo, algo ligado a uma sensação, a um sentimento que, quando da visão da cena que viria a ser a fotografia, causou uma imediata reação interna, uma conexão de pensamentos, e o artista decidiu (quase intuitivamente) que necessitava registrar aquele momento [...] (Silva, 2009, p.170).

Além disso, Mauad (1996) destaca que a fotografia ocupa uma posição complexa como fonte histórica, exigindo análise tanto como documento quanto como monumento. No primeiro caso, a autora delimita a fotografia como um índice das materialidades do passado, capaz de representar objetos, pessoas, lugares e suas condições específicas. Já no segundo, Mauad (1996) a interpreta como símbolo, uma construção que a sociedade escolheu preservar como representação de si mesma.

Ademais, a autora observa que "se a fotografia informa, ela também conforma uma

determinada visão de mundo" (p. XY), sendo, portanto, não apenas um registro, mas um elemento ativo na organização de narrativas e significados sociais. É defendida, portanto, a necessidade de uma análise contextualizada que reconheça as múltiplas camadas de sentido presentes no documento fotográfico. Assim, sustenta-se que o estudo crítico da fotografia deve ultrapassar seu caráter ilustrativo, adotando uma perspectiva interdisciplinar, capaz de explorar seu papel ativo na construção de narrativas históricas. Segundo Mauad (1996, p. 11), "a fotografia deve ser considerada como produto cultural, fruto de trabalho social de produção sógnica. Neste sentido, toda a produção da mensagem fotográfica está associada aos meios técnicos de produção cultural".

Em sequência, podemos destacar outra base que sustenta a relação do nosso projeto com a construção social do pertencimento. No que diz respeito à *história oral*, Portelli (2016) afirma que esta pode ser compreendida como um processo que rompe com a visão estática que conserva os eventos históricos como elementos cristalizados. Pelo contrário, destaca que essa abordagem propõe tratá-los como fenômenos vivos, atravessados pelas subjetividades tanto do narrador quanto do ouvinte ou leitor. Dessa forma, as entrevistas gravadas são transformadas em fontes capazes de ampliar a compreensão do passado, complementando outros registros documentais.

Portelli (2016) argumenta que a história oral articula de forma íntima a história dos eventos, a história da memória e a interpretação desses acontecimentos a partir dela, a qual deve ser entendida não como um depósito estático de informações, mas como um processo contínuo de reconstrução e elaboração de significados. Desse modo, o autor destaca que a memória deve ser concebida como movimento, ao invés de monumento.

A história oral, em essência, é uma tentativa de reconectar o ponto de vista nativo, local, vindo de baixo, e o ponto de vista científico, global, visto de cima: de contextualizar aquilo que é local e de permitir que o global o reconheça. A história oral, então, junta a história vinda de cima e a história vinda de baixo em um mesmo texto – em uma mesa de negociação – criando um diálogo igualitário entre a consciência que os historiadores têm dos padrões espaciais e temporais mais amplos e a narrativa pessoal, mais pontualmente focada, do narrador local (Portelli 2016, p. 150).

Neste caminho, interrelacionando, espaço, tempo, memória, oralidade e análise fotográfica, desenvolvemos nosso Projeto de Extensão com vistas a estreitar laços afetivos e propor interpretações históricas possíveis para as comunidades escolares atendidas.

O PROJETO DE EXTENSÃO *MEMÓRIA, IMAGEM E CIDADE*

O *Projeto Memória, Imagem e Cidade*, uma iniciativa do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá, coordenado pela Profa. Dra. Neilaine Ramos Rocha de

Lima, reúne mais de 70 estudantes-pesquisadores em uma jornada de construção da história regional. Através de parcerias com diversas instituições, como secretarias municipais de Cultura e Educação, o projeto busca construir e disponibilizar acervos históricos de municípios do Norte do Paraná.

O objetivo principal é construir narrativas históricas sobre a transformação dos espaços urbanos e a forma como as pessoas se relacionam com esses espaços ao longo do tempo. Para isso, o projeto utilizará como fontes principais imagens e depoimentos. Com o intuito de preencher uma lacuna na pesquisa histórica e fortalecer o sentimento de pertencimento à comunidade, este projeto busca construir narrativas sobre a história das cidades, a partir da análise de imagens e relatos orais que evidenciam as transformações do espaço urbano e as relações sociais ao longo do tempo. Levando em conta que, os espaços urbanos atuais são resultados de sobreposições de experiências e vivências em diferentes tempos, que demonstram as permanências e rupturas, as inovações e as tradições de uma cidade.

O lugar não é apenas um território, mas é aquilo que representa a vida e história de uma pessoa, que lhe permite sentir o vínculo entre o espaço e as lembranças. Com isso, temos como objetivo geral a elaboração de conhecimento histórico acerca de diferentes cidades do Paraná, que possa ser acessado por toda a sua população despertando interesse e memória.

O *Projeto Memória, Imagem e Cidade*, ao resgatar a história dos espaços e instituições do norte paranaense, demonstra o potencial da extensão universitária em promover a interação entre a academia e a sociedade. A combinação de fontes visuais e orais permite construir narrativas históricas ricas e complexas, fortalecendo a identidade local e preservando a memória da cidade. Os resultados deste projeto podem servir como inspiração para futuras pesquisas e iniciativas que valorizem o patrimônio histórico e cultural de outras cidades. Ao envolver estudantes, professores e a comunidade em um processo colaborativo, a universidade contribui para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

O SUBPROJETO MEMÓRIAS E IMAGENS DAS INSTITUIÇÕES ESCOLARES

Um dos eixos do projeto *Memória, Imagem e Cidade*, foi denominado *Memórias e Imagens das Instituições Escolares*, coordenado pelo Prof. Dr. Jean Carlos Moreno, que tem como objetivo angariar e disponibilizar documentos e depoimentos sobre a história das escolas de Maringá, iniciando pelas mais antigas, fortalecendo a identidade local e promovendo a interação entre a universidade e a comunidade.

Dentre as várias funções que a extensão universitária tem, busca-se elaborar um processo educativo, gerando uma interação entre a sociedade e academia, com o objetivo final de

cooperar para o desenvolvimento histórico das cidades do Paraná e impactar a formação do historiador. Esse diálogo tem sua eficácia por meio da troca de saberes, construindo uma ação de mão dupla que elabora conhecimento, soluções e possibilita transformações, podendo, até mesmo, promover um diálogo horizontal, onde os saberes escolares e comunitários ganham peso no debate e nos projetos construídos coletivamente. Essa ação extensionista pretende também contribuir para aumentar o acesso às fontes e informações históricas no município de Maringá.

Trata-se de um projeto incipiente, que, em médio prazo, objetiva disponibilizar informações e imagens que contribuam para a construção da identidade institucional da escola, reforçando vínculos com a comunidade escolar, ex-alunos, docentes e demais profissionais que ajudaram a construir a história da educação na cidade.

Diante dessas considerações, compreende-se ser necessário demarcar a importância da extensão como método de interação do saber científico com o saber social, por meio da promoção de um contato dialógico. Nesse sentido, afirma-se que as atividades extensionistas são constituídas como os espaços em que há a consolidação de um “processo educacional interdisciplinar que promove a interação entre universidade e sociedade” (Pneu, 2012, p. XY). Desse modo, tem-se uma troca de saberes que possibilita a ocorrência de transformações e a elaboração do conhecimento, permitindo, inclusive, a superação do discurso hegemônico da academia.

Em relação ao aspecto do caráter hegemônico do discurso acadêmico, Paulo Freire (1985), em suas explicações quanto à compreensão do mundo humano como fundamentalmente comunicativo, presentes na obra *Extensão ou Comunicação?*, destaca a importância do componente da reciprocidade na comunicação, explicitando a indispensabilidade de fomentar uma interação onde não existam hierarquias que submetam os sujeitos a um processo de conscientização unilateral, mas sim um fluxo de intercâmbio recíproco de ideias. Nas palavras do patrono da educação brasileira, “a tarefa do educador não é a de quem se põe como sujeito cognoscente diante de um objeto cognoscível para, depois de conhecê-lo, falar dele discursivamente a seus educandos, cujo papel seria o de arquivadores de seus comunicados” (Freire, 1985, p. 40). Explicita-se, portanto, que estes conceitos direcionam a abordagem pedagógica do projeto, enfatizando o compromisso com a construção de uma via de mão dupla que formula o conhecimento, além de valorizar a interação com os entrevistados e demais envolvidos.

A partir disso, é possível prosseguir para o que diz respeito aos objetivos. Compreende-se que o projeto propõe duas frentes de pesquisa: a organização e captação de imagens da escola e a interação destas imagens, como elo de memória, em entrevistas com antigos membros do

corpo discente, docente e funcionários da instituição. Desse modo, o objetivo geral do projeto é promover a elaboração do conhecimento histórico acerca da educação municipal maringaense, visando disponibilizar os resultados obtidos para que possam ser acessados por toda a população, despertando interesse e memória.

Além disso, o projeto possui também objetivos específicos, dentre os quais está compreendida a organização de um acervo de fotografias da escola, as quais serão obtidas através da própria instituição e por meio de ex-alunos, professores e funcionários. Nesse cenário, as imagens coletadas poderão ser utilizadas para formar uma exposição, tanto física quanto online, retratando as transformações históricas nos espaços e ambientes escolares. Semelhantemente, constitui outro objetivo secundário do projeto a captação de depoimentos em forma de entrevistas de ex-alunos, docentes e demais profissionais que fizeram parte da trajetória da instituição.

Desta forma, nossa primeira ação, ainda em desenvolvimento, é a construção e implementação do projeto *História e Memória em Extensão: A Escola Municipal Doutor Osvaldo Cruz*. Trata-se de uma atividade extensionista que tem como finalidade mapear e organizar informações a respeito de uma das mais importantes e antigas instituições escolares do município de Maringá, ainda em funcionamento.

Embora o Município de Maringá tenha sido criado no ano de 1951, com execução administrativa no ano de 1952, anterior a isto, no ano de 1942, o núcleo populacional que demarcaria o início do Município já se desenvolvia e se instalava no espaço hoje conhecido como “Maringá Velho”. Considerando este período de início dos processos de urbanização, tem-se a estrutura educacional como deveras rudimentar, sendo estabelecida sobre ações improvisadas pelos próprios habitantes, cujas casas eram utilizadas como espaço para aulas. Com o processo de expansão econômica e o crescimento populacional, emergiu entre os moradores a demanda pela criação de uma escola capaz de abranger o crescente número de crianças em idade escolar que habitavam a região. Motivados por essa demanda, um grupo de habitantes passou a reivindicar tal melhoria junto ao então Prefeito de Mandaguari, município ao qual Maringá ainda pertencia politicamente.

A partir deste interesse, em 1946, foi inaugurada a primeira escola de Maringá, localizada no Maringá Velho, sob o nome de “Casa Escolar”, passando à denominação de “Escola Isolada do Maringá Velho”, em 1947.

A Escola funcionou numa construção rústica de madeira, construída pelos próprios moradores, que também se encarregaram da confecção dos bancos escolares. Inicialmente o prédio construído tinha capacidade para abrigar 18 alunos, porém o sucesso alcançado por essa iniciativa acarretou uma procura maior de vagas, o que obrigou seus patrocinadores a empreenderem campanhas em prol da ampliação das salas de aula. Foi necessário também que a escola funcionasse em vários períodos a fim de atender ao requisito de 40 alunos matriculados e que os pais construíssem as carteiras para

que seus filhos pudessem sentar-se (Schaffrath, 2006, p. 11).

Contudo, no início da década de 1950, a Escola Isolada do Maringá Velho foi dizimada por um incêndio. Conforme relato do Acervo Maringá Histórica, até hoje não se sabe explicar o motivo do fogo ter se iniciado.

Ainda em 1947, houve a criação da Escola Municipal Rural Castro Alves, localizada na Estrada Pinguim. Em 9 de maio de 1980, com a inauguração de um novo prédio em alvenaria, a escola teve seu nome alterado para João Gentilin. A instituição foi desativada em 2005 e, em 2014, o prédio foi demolido para a construção de uma avenida na Cidade Industrial.

No final dos anos 1940, conforme registros do Patrimônio Público Municipal de Maringá, o crescimento do povoado resultou no aumento da demanda por educação, o que levou à criação de uma segunda escola pública na cidade. Em 1948, portanto, foi estabelecido o "Grupo Escolar do Maringá Novo", cuja construção contou com a doação de madeiras pela Companhia de Terras Norte do Paraná. Em 2 de setembro de 1955, a escola passou a ser chamada "Grupo Escolar Dr. Osvaldo Cruz", nome escolhido pelos próprios alunos.

Dado o objetivo do projeto, é preciso enfatizar a complexidade do tema: houve uma limitação significativa em centrar a análise exclusivamente na primeira escola municipal, visto que esta já não mais existe. Diante dessa circunstância, foi possível redirecionarmos o foco para a segunda escola municipal de Maringá, a qual permanece em funcionamento. Ao direcionarmos o foco para a segunda escola municipal de Maringá, temos a possibilidade de realizar visitas à instituição, com a oportunidade de estabelecermos contato com pessoas que ainda atuam no local. Em adição, podemos buscar relatos daqueles que trabalharam ou estudaram na escola no passado.

EXPECTATIVAS

O projeto que aqui apresentamos se fundamenta no propósito de promover a valorização e o reconhecimento de múltiplas perspectivas e memórias, sejam elas individuais ou coletivas, atribuindo-lhes papel central na construção da narrativa histórica da Escola Municipal Doutor Osvaldo Cruz. Dessa forma, relatos orais e registros fotográficos serão incorporados como instrumentos capazes de materializar, tensionar e produzir sentido para a memória histórica. Com isso, busca-se transcender o simples resgate de memórias, promovendo uma integração mais profunda entre diferentes contextos e ressaltando a relevância de narrativas que formam elos entre o passado e o presente.

A existência de histórias não narradas sobre as vivências escolares que permeiam os contextos da Escola Municipal Doutor Osvaldo Cruz evidencia uma lacuna que pode ser preenchida. As poucas informações encontradas dizem mais sobre a formação e consolidação

física da escola, desde sua fundação até a atualidade. No entanto, certamente existem narrativas sobre experiências vividas na instituição que podem ser registradas em prol da preservação da memória que engloba a instituição e a comunidade a ela integrada. Assim, ao reunirem-se pessoas interessadas em compartilhar suas memórias, há a possibilidade de alcançar um ponto de convergência, promovendo o resgate e compartilhamento dessas vivências por meio de imagens fotográficas e narrativas orais, as quais são fontes de memórias tanto individuais quanto coletivas e serão expostas em um portal de memórias online para que a comunidade possa acessar.

Para concluir, é indispensável ponderar quanto aos impactos que almejamos alcançar através deste projeto, dentre os quais está a criação de um espaço favorável ao diálogo e ao compartilhamento de vivências, possibilitando que alunos, membros da comunidade escolar, profissionais do corpo docente e demais funcionários da escola possam interagir e contribuir ativamente para a construção de uma memória coletiva que consolide e mantenha viva a história da instituição

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, José A. História, espaço e tempo: interações necessárias. **Varia História**. vol.22, n.36, 2006.

CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. **Reunião anual da ANPED**, v. 27, p. 1-16, 2004.

DEL MASSO, M. C. Sl. **Guia de Extensão Universitária da UNESP**. 3 ed., São Paulo, PROEX, Cultura Acadêmica Editora, 2012.

DEUS, Sandra de. **Extensão universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria-RS: Ed. PRE-UFSM, 2020.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS. PNEU-Política Nacional de Extensão Universitária. Manaus-AM, 2012. 41 p.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1985.

MARINGÁ HISTÓRICA. Casa Escolar - A primeira da cidade. Disponível em: <https://www.maringahistorica.com.br/index.php/2012/11/casa-escolar-primeira-da-cidade.htm>

l#:~:text=%EF%BB%BFEm%20mar%C3%A7o%20de%201946,pequena%20mesa%20para%20a%20mestra. Acesso em: 10 jan. 2025.

MARINGÁ HISTÓRICA. Grupo Escolar Dr. Oswaldo Cruz. Disponível em: <https://www.maringahistorica.com.br/index.php/2012/11/casa-escolar-primeira-da-cidade.htm>

l#:~:text=%EF%BB%BFEm%20mar%C3%A7o%20de%201946,pequena%20mesa%20para%20a%20mestra. Acesso em: 10 jan. 2025.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: fotografia e história interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, 1996.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.). (2000). **Extensão Universitária. Diretrizes conceituais e políticas**. Documentos básicos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras 1987 – 2000. Belo Horizonte: PROEXT/UFGM/Fórum.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

SCHAFFRATH, M. dos A. S. **A escola normal em Maringá-PR: o ensino público como projeto político**. Disponível em: https://www.histedbr.fe.unicamp.br/pf-histedbr/marlete_schaffrath_artigo_0.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

SILVA, Valéria. **Ensino, pesquisa e extensão: Uma análise das atividades desenvolvidas no GGPAM e suas contribuições para a formação acadêmica**. Vitória, novembro de 2011. Base de dados do Scielo. Disponível em: https://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensa_o_universitaria.pdf. Acesso em: 10 jan. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. O que é a extensão universitária | Pró-Reitoria de Extensão. Disponível em: <https://proex.ufes.br/o-que-e-extensao-universitaria#:~:text=A%20Extensão%20Universitária%20é,%20portanto,pessoa%20e%20su%20sustentabilidade%20ambiental%20e>. Acesso em: 10 jan. 2025.

**“POLÍTICO EMPRESÁRIO”,
“EMPRESÁRIO POLÍTICO”: A
PARTICIPAÇÃO NA POLÍTICA
BRASILEIRA DE HERMANN
MORAES BARROS**

Davi A. S. Talizin



Hermann Moraes Barros nasceu em 30 de setembro de 1907, em São Paulo. Filho caçula de Antônio Moraes Barros e de Isaura A. Moraes Barros. Seu avô paterno foi Manuel de Antônio Barros (1836-1902), que exerceu o cargo de Senador por São Paulo de 1895 a 1902 e foi Deputado Provincial, como um dos fundadores do Partido Republicano, participou ativamente para o fim da monarquia no Brasil.⁹ O Partido Republicano surge ligado às novas condições da lavoura cafeeira.

Seu tio-avô, Prudente de Moraes (1841-1902)¹⁰, foi o terceiro presidente do Brasil, além disso foi o responsável por presidir a assembleias Constituinte que estabeleceu o presidencialismo como sistema de governo, garantindo aos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil o direito à liberdade, à segurança individual e à propriedade privada. O texto não faz referência às mulheres (Fausto, 2019, p. 216).

Seu pai foi Deputado Estadual pelo Partido Republicano Paulista (PRP), partido esse que surgiu em 1873 e defendia majoritariamente a burguesia cafeeira e o modelo político federativo para o Brasil. Os republicanos paulistas se diferenciavam dos demais pela forma que enfatizavam a ideia de federação, pelo menor interesse nas liberdades civis e políticas e por conta de sua composição - a elite paulista - evitou tomar uma posição clara acerca da escravidão (Fausto, 2019, p. 195).

Hermann casou-se em 1941 com Maria de Souza Galvão, com quem teve uma filha. Hermann cursou Direito na Universidade de Direito de São Paulo, futura USP, iniciado em 1927 e formando-se em 1931, nela participou do diretório de estudantes de seu curso e de jogos sendo até mesmo premiado. Em sua juventude foi um dedicado atleta de Tênis, jogando por diversas vezes campeonatos promovidos pelo Clube Atlético Paulistano¹¹, além de seu envolvimento com campeonatos onde representou seu curso.

Sua participação no esporte corrobora que Hermann além de pertencer a um campo de influência política, também possuía um grande capital econômico, segundo Bourdieu:

⁹ Ver Franco, Afonso Arinos de Melo. **História e Teoria dos partidos políticos no Brasil**. São Paulo, Editora Alfa-Omega. 1974.

¹⁰ Terceiro Presidente da República, seu mandato marca o fim da presença de figuras do exército na presidência da República - com exceção de Hermes da Fonseca, eleito para o período de 1910-1914 - Floriano não compareceu à posse, demonstrando sua contrariedade à eleição do paulista (Fausto, 2019, p. 220-221) Foi, também, presidente da Constituinte entre 21/11/1890 a 24/02/1891

¹¹ Em primeiro lugar, por ser ele o clube mais representativo da elite paulistana. No clássico trabalho de Rosenfeld (2000), por exemplo, o Paulistano figura como o par oposto do futebol de várzea devido à constante evocação de seu ethos aristocrático." Silva, Diana Mendes Machado da. **Entre o ethos aristocrático e o associativismo: futebol amador e competência esportiva na cidade de São Paulo (1920-1930)**. História Unisinos; São Leopoldo Vol. 19, Ed. 3, (Sep-Dec 2015): p. 298.

O campo das práticas esportivas é o lugar de lutas que, entre outras coisas, disputam o monopólio de imposição da definição legítima da prática esportiva e da função legítima da atividade esportiva, amadorismo contra profissionalismo, esporte-prática contra esporte-espetáculo, esporte distintivo – **de elite** – [...] ¹²

A prática esportiva, no geral, quando se trata de campeonatos profissionais pertence a núcleos sociais com maior capital econômico. Concluímos, então, que além de pertencer a uma família com grande Capital Político, Moraes Barros também pertencia a uma família da grande Capital Econômico, o colocando dentro da elite brasileira.

VIDA POLÍTICA

Desde o surgimento do Partido Democrático (PD) Hermann se juntou à agremiação e nela permaneceu até 1945. Fundado em 1927, por membros da Aliança Libertadora do Rio Grande do Sul e por membros do Partido Democrático de São Paulo.

A Aliança Libertadora formava um movimento revolucionário que pretendia transformar as instituições, proporcionando a moralização eleitoral e a independência judiciária. (Granato, 2020, p. 144). Já o Partido Democrático de São Paulo objetivava “republicanizar a república”, ou seja, resgatar os valores democráticos, morais e políticos esquecidos pelas práticas ao longo das décadas da Primeira República.

O Partido Democrático Nacional é essencialmente composto por oligarcas dissidentes latifundiários ou profissionais liberais. Sua participação ativa na Revolução de 1930 ressalta o caráter elitista e oligárquico de suas ambições durante este evento histórico, ilustrando um exemplo de "modernização conservadora" no Brasil daquela época (Granato, 2020, p. 144).

Hermann Moraes Barros foi um ativista político contra a eleição de Washington Luís à presidência da República, que foi eleito e tornou-se o último presidente da chamada República Velha.

Esse contexto de transição entre a República Velha e o Governo Vargas foi turbulento. A historiografia produzida sobre esse período enfatiza a alternância de poder entre Minas Gerais e São Paulo (Ferreira; Pinto, 2022, p. 375), o que ficou conhecido como República Café com Leite. Recentemente, a historiadora francesa Armelle Enders, ressaltou em suas análises haver um caráter instável entre essa aliança (Enders, 1993. Apud Ferreira; Pinto, 2022, p. 375). Nas eleições seguintes Washington Luís quebrou a tradição da Política dos Governadores ao indicar o paulista Júlio Prestes ao cargo de presidente.

Apesar de Hermann ser paulista, ele pertencia ao Partido Democrático, partido esse que apoiou a candidatura do governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas. Vargas perdeu as

¹² Bourdieu, Pierre. Exposição introdutória ao Congresso Internacional do HISPA, realizado no INSEP (Paris), março de 1978. Grifo nosso.

eleições, porém, durante o mês de outubro de 1930, vários levantes se formaram, primeiramente em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, posteriormente espalharam-se para estados do nordeste.

Em 24 de outubro de 1930, os generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Leite de Castro e o almirante Isaías Noronha depuseram Washington Luís e pretendiam manter o governo nas mãos de uma junta provisória. Essa junta não conseguiu se manter no poder devido a pressões dos movimentos populares, então Getúlio Vargas toma o poder, e tomou posse como presidente da república em novembro de 1930 (Ferreira; Pinto, 2022, p. 391-392).

Após Vargas assumir o poder, Hermann passou a ser opositor ao governo, pois acreditava que São Paulo havia sido entregue nas mãos de interventores não paulistas, o que de fato aconteceu. Esses interventores foram nomeados diretamente por Vargas, muitos ficavam pouco tempo no governo de São Paulo, mas sempre não pertenciam ao campo político que agradava aos membros do Partido Democrático e a Hermann.

A partir disso, participou ativamente da Revolução Constitucionalista de 1932, que eclodiu em São Paulo em 09 de julho de 1932, sendo um movimento contra o governo Vargas. Os revoltosos esperavam o apoio do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, porém esse apoio não veio. O movimento ficou restrito à região de São Paulo. A classe média se simpatizou com o movimento, mas esse reuniu também cafeicultores e industriais (Fausto, 2019, p. 296).

O motivo para a revolução foi a luta pela constitucionalização do país. Muitas pessoas doaram joias e outros bens na campanha que ficou conhecida como “Ouro para o bem de São Paulo”. A superioridade do exército era evidente, no setor sul, as forças do exército contava com 18 mil homens, enquanto os paulistas eram 8.500 homens. Apesar do desequilíbrio de forças, a luta durou quase três meses. A maior parte dos revoltosos eram ligados ao Partido Democrático, entre eles Hermann Moraes Barros, atuando na Coluna Romão Gomes, foi um dos que assinaram o documento que fundava o MMDC.¹³

A Revolução Constitucionalista trouxe para o governo consequências importantes. Segundo Boris Fausto, embora vitorioso, o governo percebeu mais claramente a impossibilidade de ignorar a elite paulista, os derrotados [...] compreenderam que teriam de estabelecer algum tipo de compromisso com o poder central” (Fausto, 2019, p. 299). Assim, em agosto de 1933, Vargas nomeou um interventor civil e paulista vinculado ao Partido

¹³ Na oposição, permaneciam as dúvidas acerca da convocação de eleições e do controle dos "tenentes". O governo era muito criticado por contemporizar na punição de um grupo tenentista que empastelara no Rio de Janeiro o Diário Carioca, logo após ser promulgado o Código Eleitoral. Em março de 1932, a Frente Única Gaúcha - formada pelos partidos regionais - rompeu com Getúlio. Este fato levou os grupos que já conspiravam em São Paulo, em sua maioria ligados ao PD, a acelerar os preparativos para uma revolução. Um episódio dramático, ligado à tentativa de invasão da sede de um jornal tenentista, acendeu os ânimos. Quatro rapazes (Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo) foram mortos a tiros, disparados da sede do jornal. Formou-se assim, ao lado de outros agrupamentos, o MMDC. Afinal, em 9 de julho de 1932, estourou em São Paulo a revolução contra o governo federal. Fausto, Boris. **História do Brasil**. São Paulo, EDUSP, 2019 p. 293

Democrático, Armando de Salles Oliveira, cunhado de Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal *O Estado de São Paulo*.

Após o movimento constitucionalista, Vargas convocou a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte para que se elaborasse uma constituição para o Brasil. Essa assembleia foi criada e Vargas passou a exercer um governo constitucional a partir de 15 de julho de 1934 e ficaria no cargo até 3 de maio de 1938, a partir de então haveria eleições diretas para presidente.

Porém, não foi isso que aconteceu. Vargas deu um golpe e se instaurou o Estado Novo (1937-1945), nesse período se governou no estilo autoritário, após o fim desse período houve a abertura política, então o Brasil viveu seu maior tempo de experiência democrática até então, de 1945 a 1964 - ano do Golpe Militar.

Após o fim do Governo Vargas e a reabertura política Hermann se filiou à União Democrática Nacional (UDN). Formada em abril herdeira da tradição dos partidos democráticos estaduais, que se opuseram ao Estado Novo. Segundo Afonso Arinos de Melo Franco

A União Democrática Nacional é a legítima herdeira da tradição liberal da reforma dos costumes políticos e administrativos [...] Seus ideais mobilizadores, sua confiança no progresso democrático, sua preocupação com as liberdades individuais fazem dela o padrão do liberalismo burguês [...] (FRANCO, 1974, p. 88.)

Hermann foi candidato a Deputado Federal por duas vezes primeiramente em outubro de 1954, nas eleições seguintes concorreu novamente ao cargo, obtendo semelhantes resultados. Porém, em sua segunda candidatura alcançou cargo de suplente, assumindo o mandato por duas vezes, de 23 de abril a 31 de julho de 1957, e também no período de 10 a 26 de março de 1958.

Em 1964, foi um apoiador do Golpe Militar de 1964¹⁴. E em algumas citações que Hermann aparece, em matérias de jornais, participa de comemorações ao regime de exceção instalado.

O Golpe de 1964, foi compreendido por Hermann Moraes Barros como um movimento estrategicamente político contra a subversão do regime comunista no Brasil. As reformas de base propostas por João Goulart representavam para a elite brasileira a abertura do país para o regime comunista, que se encontrava em ascensão no leste europeu. Para Napolitano (2021), o

¹⁴ “O movimento de 31 de março de 1964 tinha sido lançado aparentemente para livrar o país da corrupção e do comunismo e para restaurar a democracia, mas o novo regime começou a mudar as instituições do país através de decretos, chamados de Atos Institucionais (AI). Eles eram justificados como decorrência “do exercício do Poder Constituinte, inerente a todas as revoluções” “Fausto, 2019 p. 597.

**IMAGEM 01 – COMEMORAÇÃO
AO 10º ANIVERSÁRIO DO GOLPE
DE 1964**

REVOLUCIONARIO DA 1.^a HORA



Fonte: O Cruzeiro, Revista (RJ), Ano 1974, Edição 00016

O primeiro ministro da Alemanha Ocidental, Konrad Adenauer, acompanhado pelo marechal Cordelias de Faria e Hermann de Moraes Barros, visita o Brasil em 1964, para comemorar o décimo aniversário da Revolução de Março de 1964. Ao fundo, Paulo Zingg, ex-secretário da Educação.

O primeiro contato de Hermann Moraes Barros com a Companhia de Terras Norte do Paraná deu-se em 1925, quando ele visitou pela primeira vez as áreas a ela pertencentes. Ele conta como foi: Sempre ouvia extasiado as descrições que meu pai, Antônio Moraes Barros, e o meu cunhado, Gastão de Mesquita Filho, faziam das florestas e dos rios do Norte do Paraná. Meu pai era caçador e advogado especialista em questões ligadas à posse e domínio de terras; e Gastão construía a estrada de ferro entre Ourinhos e Cambará. Assim foi que acompanhei de perto as negociações para a compra dos 515 mil alqueires de terras roxas pelos ingleses, desde 1925, quando fui passar férias na fazenda União (Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná. 1975, p. 106).

O historiador José Henrique Rollo Gonçalves, destaca a importância de Hermann Moraes Barros também para a colonização de Umuarama, em uma citação de Schiavone, no Jornal Folha do Norte do Paraná, em 29 de Junho de 1965,

Ali, a exemplo do que a Melhoramentos fez em Maringá, tudo foi feito por obra exclusiva do pioneirismo de Hermann Moraes Barros, de Cassio da Costa Vidigal e tantos outros homens brilhantes, que mesmo sendo comerciantes, nunca se esqueceram da condição humana do povo que reside nas cidades fundadas por eles. [...] Ali tudo se fez, a exemplo ainda de Maringá, sem a cobertura do poder público. As primeiras escolas, os hospitais, as estradas, tudo enfim, é obra de iniciativa particular, com o Estado aparecendo somente na época de colher os louros, principalmente os louros eleitorais (Schiavone, 1965, p. 3).

Já a Companhia Melhoramentos do Paraná: imóveis, materiais e construções foi constituída em 1º de agosto de 1946 como uma empresa de expansão da Companhia de Terras Norte do Paraná. Hermann foi vice- presidente dessa companhia.

IMAGEM 02: HERMANN MORAES BARROS



Fonte: COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná.** 2. ed. São Paulo: Editora “Ave Maria” Ltda, 1977 [1975]. p. 98.

Quanto a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, a partir de 1950, Hermann se torna diretor e participa ativamente da colonização do estado:

Foram essas as razões que levaram a Diretoria a aprovar o nome de Hermann Moraes Barros para o difícil cargo de Diretor Gerente da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, em janeiro de 1950. O futuro demonstraria que essa decisão dos diretores fora das mais acertadas. Durante 25 anos de 1950 ao ano do cinquentenário, 1975 Hermann Moraes Barros se revelou incansável executivo da empresa, cujos rumos foram por ele alterados no sentido de se realizar uma colonização no sentido social e político, ao mesmo tempo em que se abriam oportunidades para seguir a orientação traçada por Gastão de Mesquita Filho no sentido de diversificar as atividades da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Foi sob a supervisão de Hermann Moraes Barros que se negociou, com êxito, a compra da Gleba Umuarama, com cerca de 40 mil alqueires, a qual permitiria ampliar as atividades colonizadoras de acordo com a nova mentalidade que servia de base para as atividades da empresa (Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná. 1975, p. 103).

Além da colonização do Norte do Paraná, as fontes demonstram que Hermann também participou da colonização do sul do Pará, sendo presidente da empresa Melhoramentos Sul do Pará, essa também possuía capital da Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Hermann também fez parte do Conselheiro Fiscal da Indústria Paulista de Porcelana “Argilex” S/A, e da diretoria do Banco Sul-Americano do Brasil S/A, futuro Banco Itaú.

CONCLUSÃO

A trajetória de Hermann Moraes Barros evidencia, portanto, a intersecção entre capital político, econômico e social na formação de uma elite dirigente que, ao longo do século XX, atuou tanto na esfera partidária quanto empresarial. Filho e herdeiro de uma tradição republicana, sua vida política esteve marcada pelo envolvimento em movimentos decisivos, como a Revolução Constitucionalista de 1932 e o apoio ao Golpe de 1964, revelando a continuidade da posição de sua família no campo das disputas de poder nacionais. No campo empresarial, sua participação na Companhia de Terras Norte do Paraná e, posteriormente, na Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, foi central para o processo de colonização e urbanização do interior paranaense, conectando diretamente a lógica do capital cafeeiro paulista à expansão agrícola e urbana do Brasil.

Assim, Hermann Moraes Barros não pode ser compreendido apenas como um agente individual, mas como parte de uma elite política e econômica que moldou os rumos do país, seja pela defesa de seus interesses de classe, seja pela atuação em projetos que transformaram o território nacional e deixaram marcas permanentes na história social e política brasileira.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marcelo de Paiva (org.). A ordem do progresso. Cem anos de política econômica republicana. 1889-1989. Rio de Janeiro : Campus, 1992.
- ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. *Brasil: nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BARROS, José D'Assunção . Fontes Históricas - Introdução aos seus usos historiográficos Petrópolis: Vozes, 2019
- BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. *A União Democrática Nacional: um partido em questão* . In: Caderno do Centro de Estudos de Cultura Contemporânea. São Paulo : Brasiliense, 1978
- BOURDIEU, Pierre. L'illusion biographique. Actes de la Recherche en Sciences Sociales (62-63), 1986 p. 69-72.
- CAPELATO, Maria Helena. Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas, SP: Papirus, 1998.
- CASTRO NETTO, D.A. Propaganda e legitimação na ditadura militar brasileira (1968- 1977). Curitiba: Prismas, 2016.
- D'ARAUJO, M. C.; SOARES, G. A. D. & CASTRO, C. Os anos de chumbo: amemória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares (org.). Visões do golpe. Memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1994.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. O segundo governo Vargas - 1951/54. Rio de Janeiro : Zahar, 1982.
- DOSSE, François. O desafio biográfico: escrever uma vida. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2009.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. V.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; Pinto, Surama Conde Sá. A crise dos anos 1920 e a Revolução de 1930. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Brasil Republicano: O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. V.4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 373-401.
- FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- FICO, Carlos. Reinventando o otimismo: Ditadura, propaganda e imaginação social no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GRANATO, Natália Cristina. O PARTIDO DEMOCRÁTICO NACIONAL DE 1927 A 1929: UM ESTUDO DOS CAPITAIS FAMILIARES E POLÍTICOS DOS SEUS DIRIGENTES. *Revista albuquerque*, vol. 12, n. 24, jul.— dez. de 2020, [S. l.], p. 140-158, 1 dez. 2020. DOI <https://doi.org/10.46401/ajh.2020.v12.10643>. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/10643>, (Acesso em: 27 maio 2024).

TOLEDO, Caio Navarro de. O governo Goulart e o golpe de 64. São Paulo: Brasiliense, 1982.

WEFFORT, Francisco. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

FONTES

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná**. 2. ed. São Paulo: Editora “Ave Maria” Ltda, 1977 [1975].

CORREIO PAULISTANO. São Paulo.

O Cruzeiro: Revista (RJ). Rio de Janeiro

**CAMINHOS DECOLONIAIS DA
HISTÓRIA REGIONAL: ENSAIO
SOBRE O CEMITÉRIO DOS
CABOCLOS, EM PAIÇANDU-PR
(SÉC. XX-XXI; 2014-2020)**

Augusto Bueno Rosin



De que maneira é possível trazer as recentes leituras críticas no campo das Ciências Humanas para o estudo da história da região norte do Estado do Paraná? Como o debate sobre a chamada *colonialidade* – e o consequente ensejo a uma *decolonialidade* – contribuem para lançar mão de novos entendimentos sobre um espaço marcado historicamente por discursos memoriais ou propagandísticos que sustentavam o empreendimento de uma companhia colonizadora? E como um cemitério, tornado patrimônio recentemente, oferece um exercício de reflexão crítica sobre as narrativas até então vigentes?

Partindo dessas indagações, a investigação aqui comunicada está inserida em contexto particular da trajetória do pesquisador, em que finalizada a graduação em História (Licenciatura Plena), pela Universidade Estadual de Maringá (UEM-PR), em 2023, passou a participar da Especialização *lato sensu* em Ciências Humanas e Pensamento Decolonial, pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), no segundo semestre do mesmo ano. Atraído então pelas possibilidades metodológicas da disciplina histórica e com o repertório teórico aprofundado na pós-graduação, busca-se trazer menos uma discussão minuciosa do que compreender parte dos incômodos levantados e que encerram esse percurso acadêmico com a feitura de um artigo enquanto trabalho de conclusão. Etapa a qual estará em andamento até os primeiros meses de 2025.

Dessa forma, o objetivo do texto está definido em operacionalizar a chamada *analítica da colonialidade*, trabalhada por alguns autores na América Latina (Quijano, 1992; Maldonado-Torres, 2008; Mignolo, 2017), para o estudo da história regional do Norte do Estado do Paraná. Para tanto, de maneira específica, busca-se estudar – consciente das narrativas (COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ, 1977; Sanches, 2007) que marcaram o discurso sobre a fundação local – o processo de tombamento do Cemitério dos Caboclos, localizado no município de Paçandu-PR. A pretensão desta última reside na tentativa de oferecer um debate decolonial no campo histórico e estimular algumas possibilidades sobre a temática em questão.

Metodologicamente, como os objetivos já anunciam, estabelece aqui um exercício teórico aliado a uma pesquisa bibliográfica e documental, ou seja, procura testar a *analítica da colonialidade* nas obras memorialistas da região e no processo de tombamento do Cemitério dos Caboclos, em Paçandu-PR. Da coleta dos relatórios e ofícios sobre esse espaço, em consulta pública nos arquivos armazenados digitalmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em processo gerado pelas empresas que trabalharam sobre o cemitério desde 2014, e a publicação da Lei Nº 2.978/2020 que dispôs do tombamento pelo município, definiu-se então que o recorte temporal da pesquisa estaria entre 2014 a 2020. Entretanto, cabe reconhecer que a montagem desta comunicação se valerá também de discutir

questões anteriores a este período como forma de sustentar o que está proposto, transitando então entre os séculos XX e XXI.

Longe de querer instaurar um certo fetiche conceitual, como aproveitar de alguma tendência recorrente dentro do campo das chamadas Ciências Humanas e inseri-lo num discurso superficial, utiliza aqui o termo enquanto uma postura contrária e crítica aos processos de colonização instaurados pela civilização ocidental, cristã e europeia, sendo a *colonialidade* uma lógica sentida viva até hoje nas diversas dimensões do agenciamento de poder (político, econômico, social, memorial, etc.). O caminho pretendido ao longo da escrita será: em primeiro lugar, apresentar o contexto que constituiu o conceito de *colonialidade*, suas características e a “sintetização” na *analítica da colonialidade*; em segundo, balancear tais conceitos nas narrativas memorialistas selecionadas, especialmente em seus endossos poéticos e literários as quais pesam suas formas discursivas; e terceiro, vincular o debate ao processo de tombamento do Cemitério dos Caboclos, procurando tratar como foi descrito a história desse espaço e quais usos atuais oportunizam pensar caminhos decoloniais da história regional.

Com os estudos subalternos sul-asiáticos e os estudos culturais nos Estados Unidos e Inglaterra, entre as décadas de 1970 e 1980, o termo *pós-colonialismo* apareceu como um entendimento sobre os momentos históricos de descolonização do “terceiro-mundo” (África e Ásia) a qual identificava a relação antagonica colonial, a valorização da voz dos colonizados e a denúncia da funcionalidade da produção do conhecimento no exercício de dominação sobre um “outro” (fora da Europa ou Ocidente). Entretanto, na passagem do século XX ao XXI, na América Latina, surgiu por reuniões, seminários e publicações de diversos pesquisadores(as) – podendo aqui citar Aníbal Quijano, Walter D. Mignolo, Nelson Maldonado-Torres, Catherine Walsh e muitos outros – o Grupo Modernidade/Colonialidade e suas intenções de ampliar a discussão até então realizada.

De acordo com Luciana Ballestrin (2013, p. 92-95), esse foi um movimento fundamental para a renovação crítica das ciências sociais a partir da radicalização do argumento pós-colonial com a noção de *giro decolonial*, uma forma de atuar no mundo em nível epistêmico, teórico e político. Sobre os estudos anteriores, compreendiam que as análises da subalternidade, apesar dos avanços no debate sobre a colonização e seus efeitos na contemporaneidade, ainda mantinham a epistemologia ocidental como o cerne de suas investigações, uma crítica eurocêntrica sobre o eurocentrismo, sobretudo se fosse trazida para as realidades históricas latino-americanas.

Das contribuições feitas pelo grupo, ressalta-se o argumento de que a narrativa da *modernidade* foi originada como forma de celebrar os “avanços civilizatórios” e conquistas europeias através do globo desde o século XV, mas que escondia ou minimizava uma lógica

subjacente de seu desdobramento: a *colonialidade*. Esse último conceito procura entender que os modos de relação sociocultural e de poder operados ao longo dos colonialismos históricos (colônias portuguesas e espanholas na América, por exemplo) não cessaram com o encerramento político dos espaços formalmente colonizados, pelo contrário, o contato da cultura europeia (ocidental) e as “outras” culturas seguiram obedecendo uma relação de dominação que atingiu o imaginário das comunidades conquistadas, atuando em sua interioridade (Mignolo, 2017).

Aníbal Quijano (1992) menciona que estrutura colonial de poder produziu diversificadas discriminações socioculturais que, posteriormente, foram entendidas como “raciais”, “étnicas”, “antropológicas” ou “nacionais”. Tais construções intersubjetivas assumiram um caráter *ahistórico*, visto que não foram vistas como parte da história do poder e sim como “fenômenos naturais”:

“La emergencia de la idea de "occidente" o de Europa, es una admisión de identidad, esto es, de relaciones con otras experiencias culturales, de diferencias con las otras culturas. Pero, para esa percepción "europea" u "occidental" en plena formación, esas diferencias fueron admitidas ante todo como desigualdades, en el sentido jerárquico. Y tales desigualdades son percibidas como de naturaleza: sólo la cultura europea es racional, puede contener "sujetos". Las demás, no son racionales. No pueden ser o cobijar "sujetos". En consecuencia, las otras culturas son diferentes en el sentido de ser desiguales, de hecho inferiores, por naturaleza. Solo pueden ser "objetos" de conocimiento y/o de practicas de dominación.” (Quijano, 1992, p.16).

A diferença colonial passou a ser vista como elemento constituinte não somente do passado histórico, mas da composição contemporânea das relações de poder vigentes (como o estabelecimento de regimes políticos parelhos aos moldes ocidentais, eminentemente europeus ou estadunidenses), das subjetividades elaboradas (inferiorização e “exotização” das culturas não-ocidentais) e da produção do conhecimento (formalização de conceitos e discursos que apreendem a realidade sob a universalidade do protagonismo branco, masculino, europeu e cristão), uma heterogeneidade hierárquica que se desenvolve dentro de formas distintas em contextos e momentos históricos distintos. Em outras palavras, segundo Ballestrin (2013), como parte constitutiva e “obscura” da modernidade, o conceito de *colonialidade* foi estendido para outros âmbitos que não somente o do poder, a qual teve sua origem no colonialismo histórico, e que inclui assim as dimensões do saber e do ser.

Não há como pensar uma pós-colonização se todas as suas estruturas fundantes, marcadas aqui no termo da *colonialidade*, ainda continuam existindo, seja na própria organização das sociedades na América Latina como também de suas fabricações discursivas. Dessa maneira, o pensamento e ação do *giro decolonial* surge exatamente como uma opção de estudar criticamente essa longa duração ao se sensibilizar com as táticas, vivências e estratégias que, desde o início da modernidade, resistiram ao assombro, interdições e violências coloniais.

Como afirma Maldonado-Torres (2008):

- “[...] El concepto de giro des-colonial en su expresión más básica busca poner en el centro del debate la cuestión de la colonización como componente constitutivo de la modernidad, y la descolonización como um sinnúmero indefinido de estrategias y formas contestatarias que plantean un cambio radical en las formas hegemónicas actuales de poder, ser, y conocer.” (Maldonado-Torres, 2008, p. 66)

É preciso tomar esses termos e conceitos com cuidado, visto que se sugere uma leitura da *colonialidade* no contexto histórico de formação do Norte do Estado do Paraná por meio do exercício teórico de relação com obras memorialistas e com um espaço cemiterial, recentemente tornado patrimônio. Sustentado pela articulação de Mignolo (2017, p. 10), limita-se aqui a operacionalizar o amplo debate do Grupo Modernidade/Colonialidade e das intenções trazidas por seus autores com uma “sintetização” chamada *analítica da colonialidade*, que é o “trabalho inexorável de desvendar como a matriz [colonial de poder] funciona, e a opção descolonial é o projeto inexorável de tirar todos da miragem da modernidade e da armadilha da colonialidade”.

Portanto, para as finalidades propostas, se houve a continuação de um *modus operandi* da colonização através dos tempos, sobretudo nos territórios alvos dos projetos de dominação imperialista ocidental (América Latina, por exemplo) e que determinou a montagem epistemológica de narrativas que assinalavam a pretensa universalidade da cultura ocidental, da modernidade e seu percurso histórico, por que não (e como) relacionar essa análise crítica com obras que versam sobre a memória de formação do Norte do Estado do Paraná e a região que inclui a cidade de Paiçandu-PR?

Em sua tese de Doutorado em História, Nelson Tomazi (1997) busca realizar uma “arqueologia” do discurso “Norte do Paraná” e a maneira da qual ele foi construído ao longo da (re)ocupação da região situada ao norte do Estado do Paraná. Uma série de ideais e imagens surgem disso: progresso, civilização, modernidade, colonização racional, ocupação planejada e pacífica, riqueza, cafeicultura, terra roxa, pequena propriedade, “terra onde se trabalha”, pioneirismo, entre outros. Apesar da implicação em todo século XX, tal discurso ganha seus principais contornos a partir dos anos 1930 e 1950, legitimando o ponto de vista de quem domina o empreendimento de (re)ocupação – as atividades da Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), posteriormente chamada de Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Para o autor, tais identificações podem ser compreendidas como fantasmagorias, “verdades” tidas como estabelecidas que, ao passo que vislumbravam uma narrativa glorificante, ocultavam a exclusão social e a violência como elementos estruturantes dessa (re)ocupação:

O discurso "Norte do Paraná" explicita a ideia de que há uma comunidade imaginária de interesses econômicos e políticos; e assim procura-se constituir uma solidariedade que tem vínculos com a

própria terra roxa, que é tida como a base física para o sustento de uma visão triunfalista da (re)ocupação. Esta visão tem por finalidade escamotear uma realidade que foi e é contraditória e conflituosa, pois está estruturada num sistema de classes. Entretanto, é necessário aos olhos de quem domina, que esta realidade pareça una, sem conflitos, procurando assim silenciar outros discursos que demonstram e falam sobre as contradições e os conflitos entre os diversos grupos, frações de classe e classes que viveram e vivem na região situada ao norte do estado do Paraná.” (Tomazi, 1997, p. 11)

O interesse do cultivo de café no Paraná, sobretudo na região Noroeste, começou com maior intensidade no início do século XX. Como um exemplo, a mensagem do governador Carlos Cavalcanti de Albuquerque ao Congresso Legislativo do Paraná, em 1915, e seu endosso na construção de uma linha de trem no território. Entretanto, a falta de recursos públicos em comparação a São Paulo (que ainda vivia o auge dos cafezais), seja para políticas de imigração como para a expansão cafeeira, promoveu a alternativa de atrair companhias e capitais privados no processo de (re)ocupação das terras consideradas devolutas (Tomazi, 1997, p. 146).

Dessa maneira, com o empenho da CNTP/CMNP veio consigo o discurso “Norte do Paraná” como construção ideológica da (re)ocupação da região situada ao norte do estado do Paraná, mas que também silenciou a presença autóctone de povos indígenas que vivam no espaço há mais de sete mil anos, dos caboclos e posseiros que passaram por aquele espaço, bem como de suas participações na contemporaneidade. Segundo Tomazi (1997, p. 71), “a mesma visão histórica, baseada nas ideias de progresso e civilização, que justificou a mortandade quando não o extermínio dos índios, foi a que embasou a visão do “novo Eldorado” e que possibilitou a construção do discurso “Norte do Paraná”. Portanto, deixa-se então uma brecha para que se possa pensar esse discurso com a própria analítica da colonialidade visto que ele foi e é um “saber determinado, delimitado e vigiado, que cumpre a função de fazer com que se mantenha o poder nas mesmas bases desde o início da (re)ocupação. Assim temos um **objeto de saber** e um **espaço de poder**: a região situada ao norte do estado do Paraná.” (Tomazi, 1999, p. 114; grifos do autor).

Devido aos limites desse texto, foi selecionado apenas duas obras¹⁵ – consideradas memorialistas pois inscrevem uma narrativa que busca enaltecer a história da região e da companhia colonizadora – para entender a intensidade do discurso “Norte do Paraná” e o imperativo da modernidade e progresso que registram, especialmente de maneira literária ou poética. Nestes últimos aspectos, vale se sustentar nas discussões trazidas por Sandra J. Pesavento (2003) sobre imbricação das produções literárias e históricas a partir de suas

¹⁵ Das pesquisas feitas para a investigação, não foi encontrada nenhuma obra de cunho memorialista própria de Paçandu-PR, o que permite problematizar o quanto sua história de fundação esteve e ainda é arraigada a memória da cidade de Maringá-PR, a qual era pertencente até a emancipação em 1960. Dessa forma, optou-se pela seleção de obras que alimentem esse discurso “Norte do Paraná” no contexto mais próximo e, ao mesmo tempo, abrangente.

naturezas epistemológicas. Por exemplo, a concepção, semelhante à Literatura, da História como narrativa, um encadeamento de ações discursivas que por meio da linguagem contribuem na elaboração de significados no tempo. Assim, tanto a História como a Literatura tomam um lugar de modelo discursivo em que elenca o real enquanto suporte, seja para transformá-lo, ultrapassá-lo ou até negá-lo. Nesse sentido, entende-se que as obras selecionadas assumem esse papel de ressignificar os momentos históricos, condensando noções que inclusive podem residir a colonialidade investigada teoricamente.

Publicada sua primeira edição em setembro de 1975, elaborado pela própria Companhia Melhoramentos Norte do Paraná em comemoração ao cinquentenário de sua fundação e redigido pelo jornalista Rubens Rodrigues dos Santos, o livro *Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná – Depoimentos sobre a maior obra do gênero realizada por uma empresa privada* apresentou o discurso glorificante citado anteriormente. Na obra, é possível observar que se criou uma linha do tempo que remonta uma aliança entre o passado histórico regional, uma suposta liberdade de agir pioneira e a atividade da empresa, esta última vista como protagonista do progresso. E o início do livro já abordava esse objetivo:

A Companhia Melhoramentos Norte do Paraná é uma resultante desse espírito curioso e empreendedor, inerente à natureza de certos homens e manifestado de maneira tão viva naqueles que o destino escolhe para dilatar fronteiras e descobrir novos caminhos. Como se verá no transcorrer desse trabalho, se há uma coisa profundamente arraigada nos pensamentos desses desbravadores, esta é, e será sempre, a necessidade de serem eles livres, de não se sentirem cerceados por imposições e de poderem pensar e agir conforme lhes ditam os anseios mais íntimos de conhecer e de conquistar. A Companhia Melhoramentos do Norte do Paraná também decorre dessa bela e irreprimível aspiração do ser humano. Portanto, a empresa é fruto, ao mesmo tempo, da legítima ambição de engrandecer e da liberdade de transformar a audácia e o esforço de alguns e bens úteis a toda uma coletividade. (CMNP, 1977, p. 7)

Pode-se acrescentar ainda outra parte: “Há cinquenta anos os mesmos ideais inspiram os mesmos homens no trabalho pacífico e incessante em benefício de todos. Portanto, o ato pioneiro – a venda da primeira gleba das magníficas terras roxas do Norte do Paraná – não foi um negócio. Foi uma destinação histórica” (CMNP, 1977, p. 8). Entre os capítulos, excluindo a menção aos autores do trabalho, apresentação e anexos finais, tem-se respectivamente: “3 – Catalisadores do Progresso”; “4 – Progresso do Norte do Paraná”; “5 – Norte do Paraná, exemplo para o mundo”. A observação dessas citações e dos títulos permite, mesmo que de maneira mínima, perceber uma identificação da CNTP/CMNP ao discurso da modernidade. Instituir a civilização com a destruição de “matas virgens” por desbravadores, visto aqui como um esboço muito parecido com o início do colonialismo histórico no continente, marcou a narrativa da obra:

[...] Sem pressa, mas donos de todos os momentos, aqueles personagens se preparam para o primeiro ato de mais uma investida histórica: o reconhecimento pioneiro da região ainda virgem, balizada pelo curso dos rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí, onde a Companhia de Terras Norte do Paraná se

preparava para plantar a civilização.

[...] Homens e máquina, mais uma vez, irmanaram-se na busca do desconhecido. Estrada rude, penetração serpeante pela floresta que espanta e extasia. Árvores imensas, perobas, paus-d'alho, ipês, palmitos em abundância, padrões de terra fértil. Aos olhos dos desbravadores desvendam-se, em paralelo, a fecundidade e a beleza. A mesma fecundidade e a mesma beleza que tempos atrás haviam despertado o entusiasmo de outros homens predestinados para a conquista audaciosa das mesmas terras virgens. Das terras roxas do Norte do Paraná.” (CMNP, 1977, p. 61-63).

Hernann Moraes de Barros, diretor-gerente da companhia durante a década de 1950, deixou um depoimento no livro, vinculando o papel da empresa aos princípios liberais (certeza do lucro e direito a propriedade individual, por exemplo) como fatores do progresso regional:

“[...] E eis que novamente nos surge o exemplo inquestionável, o Norte do Paraná, cuja transformação na mais promissora e na mais democrática das regiões agrícolas brasileiras só foi possível pelo respeito a estes dois fatores básicos de progresso: certeza do lucro e garantia do direito de propriedade.” (CMNP, 1977, p. 185)

O segundo material interessante de mencionar é o livro *Maringá: sua história e sua gente*, de Antenor Sanches (2002). Apesar de não trazer um discurso claro admirador da companhia colonizadora, o ideal de progresso a partir da destruição da “mata virgem” na formação dessa região do norte do Estado do Paraná, a qual formou a cidade Maringá-PR e seus núcleos adjacentes (incluindo Paçandu-PR), apareceu na obra. Sobretudo na parte que registrou algumas trovas e versos sobre a cidade em questão. Como se pode ver adiante, em um poema intitulado “Maringá, onde o progresso nunca parou”, de sua autoria:

“Empresários de visão de todo o Paraná / procuram instalar suas empresas em / Maringá / Cidade onde o progresso nunca parou / continua tão grande conforme começou / A meta principal da sua administração / é a qualidade de vida da população / a cidade industrial está sendo implantada / onde a sua indústria poderá ser instalada. / Na grande e bonita Cidade Canção / o comércio e a indústria tem expansão / os novos loteamentos são bastante / para receber seus novos habitantes / Aqui o progresso é realmente forte / sem igual em todo Paraná do Norte / as empresas têm futuro certo / venham que o campo está aberto.” (Sanches, 2002, p. 176)

Um outro verso intitulado “Ser Pioneiro”, escrito por José Bidóia e coletado por Sanches, destacava o papel do agente “pioneiro” como marcador do progresso na região, vinculando ainda sob um aspecto religioso cristão:

“Pioneiro desbravador / É aquele que da floresta / Faz a casa com amor / E do amor berço da festa / Ser pioneiro é testar os ideais / É perseguir a busca de algo mais, / Por terras “nunca dantes” desbravadas, / Muitas vezes só de mochila as costas / Acordando caprichosas respostas / Do regaço de sonhos e frutos. / Ser pioneiro é colocar a fé nos passos, / Respeitando vitórias e fracassos, / A tudo dando divinos valores. / É unir parentes, amigos, vizinhos... / Pelas trilhas do amor que são caminhos / Acarpetados com ternura e flores. / Quer ser feliz duplamente? / Siga do pioneiro o exemplo / Que faz da fé na semente / Seu pão, seu lar e seu templo. / Quando o pioneiro desmata, / Deus, de acima, lavra em ata / No seu livro de sucesso, / Por saber que ele só faz / Penando na luz, na paz... / E no bendito progresso. / Parabéns para os pioneiros / De todas as latitudes, / De peões a fazendeiros, / Por tão sagradas virtudes. (Bidóia apud Sanches, 2002, p. 197-198)\

Dessa maneira, não se pretende nesta comunicação veicular um anacronismo ou

suspender o contexto histórico das obras selecionadas, mas sim entender como a narrativa do progresso transpareceu em seus momentos de produções e que, por consequência, para fins do exercício teórico pretendido, permite compreender a colonialidade persistente através deles. O discurso “Norte do Paraná”, tão presente nos excertos acima citados, pode ser visto como discurso sobre a modernidade, localizado no tempo e espaço específico abordado. Além disso, ao passo que destacaram os agentes e valores (companhia colonizadora ou o pioneiro) que instituíram a civilização, progresso ou qualquer elemento característico dessa modernização, por um outro lado, existiram memórias, histórias e pessoas que estavam escondidas ou ignoradas desses processos narrativos. Foram indígenas, caboclos¹⁶² e posseiros que possivelmente não estavam alinhados com as intenções empreendedoras, do “avanço civilizacional” ou que de fato estavam à margem de qualquer atenção daqueles que registraram o ideal “Norte do Paraná”.

Trazer para essa investigação o processo de tombamento do Cemitério dos Caboclos, em Paiçandu-PR, pode ser uma alternativa de recuperar memórias que confrontam as narrativas imperantes da modernidade/colonialidade da história regional. Para o tamanho do texto, será limitado discutir sobre a história do espaço nos relatórios de empresas arqueológicas e seus usos atuais como forma de (re)pensar o cemitério recém tornado patrimônio.

Em novembro de 2014, a empresa de consultoria arqueológica Sapienza produziu, sob coordenação da Dra. Deisi S. Eloy de Farias, o *Relatório Final de Diagnóstico e Prospeção Arqueológica na Área de Duplicação, Restauração, Manutenção, Conservação e Operação do Corredor da Pr-323, entre Maringá e Acesso a Francisco Alves*. O material tinha o objetivo de cumprir as exigências legais feitas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e Instituto Ambiental do Paraná – IAP para conceder uma Licença de Instalação para empreendimentos na PR-323, entre Maringá e o acesso a Francisco Alves. A pesquisa resultou na identificação de três sítios arqueológicos e históricos, entre eles o Cemitério dos Caboclos, localizado no município de Paiçandu-PR e descrito da seguinte maneira:

O sítio está implantado em área elevada em direção ao declive do vale, circundado por uma plantação de milho. O local está cercado por uma construção quadrangular com uma gruta ao fundo e cruz de ferro ao centro. O material construtivo utilizado foram rochas sobrepostas com argamassa na parte superior, e na gruta evidencia-se ainda a parte externa de estrutura de arame. No acesso ao sítio há um caminho marcado por pedras que leva da PR 323 até o seu portal de entrada, e ao lado deste caminho há uma grande pedra onde são visíveis marcas de uma antiga placa de indicação, que não se encontra mais no local. Toda a estrutura está pintada de branco. Ao centro, há uma formação circular de concreto e pedra com uma cruz de ferro. (Sapienza, 2014, p. 265).

¹⁶ O entendimento que aqui se dá ao termo seria para “fazer referência a um tipo de camponês pobre, geralmente mestiço e que pratica um tipo de agricultura voltada para a subsistência da unidade familiar, além de ser dono de um modo de vida próprio, semelhante ao indígena e marcado por sua mobilidade nas áreas de fronteira agrária.” (SILVA, 2014, p. 349)

Foi nesta pesquisa que se dispôs as primeiras informações técnicas sobre o cemitério e que contou, além do mapeamento e registro fotográfico do espaço, com uma pesquisa bibliográfica (obras sobre colonização da CTNP/CMNP e de matérias jornalísticas) e de campo (entrevista com moradores e representantes da Prefeitura de Paiçandu). De acordo com o trabalho realizado, o Cemitério dos Caboclos já existia no período em que os primeiros moradores vindos pela propaganda da companhia colonizadora chegaram na região (entre 1920 e 1950) e teria sido utilizado, primordialmente, por um grupo de pessoas que viviam no entorno desse espaço, chamados de “Sutis”. A procedência desse povo foi e ainda é reivindicada em diferentes teorias baseadas nos depoimentos dos pioneiros que começaram a viver próximos e que, inclusive, passaram a enterrar seus membros no local.

“No decorrer do processo de colonização realizado pelas companhias de povoamento, os sutis foram gradativamente removidos das terras a serem colonizadas, adentrando cada vez mais rumo às entranhas da floresta. Segundo os relatos coletados, a comunidade sutil chegou a atingir um número superior a 40 famílias. [...] Não se encontraram registros que tratassem do destino final dos sutis, no entanto pode-se aventar que conforme avançou o processo de colonização realizado pelas companhias de povoamento, estes se mesclaram com a população local.” (Sapienza, 2014, p. 269)

Para além dessa origem, é importante salientar que o relatório da Sapienza (2014) indica três diferentes grupos religiosos que passaram o Cemitério dos Caboclos e manifestaram suas práticas religiosas:

Um dado interessante refere-se ao sincretismo religioso do local. Percebe-se que o cemitério foi apropriado como lugar ritualístico por três grupos: primeiramente pelos sutis, um grupo fechado, com estrutura religiosa e social diferenciada, que casavam entre si e mantinham suas tradições e ritos próprios; em seguida pelos católicos, que trouxeram seus ritos e santos quando construíram a Capela Nossa Senhora das Graças; e por fim pelos grupos vinculados à Umbanda, que fazem uso do cemitério local para o desenvolvimento de seus rituais. (Sapienza, 2014, p. 271)

Com a concessão da Licença de Instalação, uma outra empresa de consultoria arqueológica, a ArqueoLogística, ficou responsável pelo monitoramento das obras e pelas atividades de educação patrimonial, entre 2018 e 2020. Do projeto e relatórios trimestrais produzidos, destaca-se aqui o trabalho de coleta documental, intitulado *Pesquisa e registro documental do Sítio arqueológico histórico “Cemitério dos Caboclos”* (2019). O documento apresenta pesquisas bibliográficas e de campo, e revela a construção recente (pela Prefeitura de Paiçandu, possivelmente na década de 1990) do cerco de pedras que contornam o espaço cemiterial e ainda corrobora as investigações da empresa anterior sobre a existência passada do povo Sutil, visto como obstáculo a CTNP/CMNP e de seu discurso:

A presença de um discurso etnocêntrico, além da identificação das estratégias utilizadas pelas companhias colonizadoras na tomadas das terras do Novo Norte, bem como as ideias de miscigenação e assimilação que compunham as principais narrativas sobre os povos indígenas e afro-brasileiros no período, permitem compreender que, os Sutil foram afastados de suas terras e levados a ocupar outras regiões, sendo assim, eles tiveram que negociar sua sobrevivência, inclusive por meio da negação de sua identidade. (ArqueoLogística, 2019, p. 38)

As entrevistas realizadas pela ArqueoLogística (2019) reforçam os usos múltiplos que o Cemitério dos Caboclos recebe na atualidade, solidificando a importância desse patrimônio na vida social comunitária. E novamente destacam, seja com funcionários da Prefeitura como também por representante de religiões afrobrasileiras a “existência de um sincretismo religioso e da efetiva presença de praticantes do catolicismo, Umbanda e Candomblé” (Arqueológica, 2019, p. 49).

A historicidade desse espaço interessa nesta comunicação especialmente por essa origem ignorada do povo Sutil, como também das atuais expressões religiosas diferentes do modelo cristão, no mesmo lugar em que as obras memorialistas marcaram o progresso da empresa colonizadora. Em 2020, a Lei Municipal Nº 2.978, definiu o tombamento do Cemitério dos Caboclos, considerando o espaço como um importante marco temporal regional, bem como preservador da memória, história e trajetória dos primeiros habitantes. Tornado patrimônio e “visível” para as institucionalidades, de que maneira é possível traçar rotas de valorização dessas outras faces da história regional, deixando-se de alinhar à colonialidade das narrativas imperantes? Talvez Educação Patrimonial decolonial seja um ponto de partida.

Sobre isso, Átila B. Tolentino (2018) busca debater as possibilidades e desafios da ação de uma Educação Patrimonial na perspectiva da decolonialidade. Composto uma ecologia de saberes desta corrente de pensamento, conduz uma conclusão que afirma ser necessário um processo educativo decolonial para romper com a reprodução da patrimonialização enviesada pela dominação (colonial) do saber e poder, sobretudo sobre as memórias de grupos sociais subalternizados e não-hegemônicos. Pois a história da preservação de monumentos esteve atrelada a formação dos Estados-Nação, desde os fins do século XVII, como forma de assumir uma proteção legal de determinados bens que retratavam a herança cultural dessas emergentes nações. O que entrava em jogo a disputa e seleção conservar ou destruir monumentos conforme os valores estabelecidos em questão. E o Brasil seguiu essa tradição.

Se faz necessário, dessa forma, orientar a patrimonialização e seus processos educativos a partir dos próprios agentes, povos e práticas que fizeram ou ainda fazem parte dos espaços que outrora foram marginalizados nas narrativas de progresso e modernidade da história regional. Reconhecer “que os processos de patrimonialização foram e são amplamente influenciados por uma matriz de poder colonialista e pela dominação do sistema capitalista dela decorrente, muitas vezes invisível ou escamoteada” (TOLENTINO, 2018, p. 56). Dessa forma, sob uma Educação Patrimonial decolonial, é possível que Cemitério dos Caboclos seja valorizado fora das óticas memorialistas recorrentes e possa realçar outras memórias regionais.

CONCLUSÃO

A intenção desta comunicação foi exercitar as compreensões vindas da analítica da colonialidade, testá-las nas obras memorialistas selecionadas e vincular o debate da decolonialidade ao Cemitério dos Caboclos, traçando alternativas sobre esse espaço e entorno analisados. Pensar um *giro decolonial*, isto é, uma postura crítica aos discursos da modernidade compele a sensibilizar-se com essas formas de existências ignoradas e que instauram uma questão ao “Norte do Paraná”: que histórias poderiam ter sido contadas por essas pessoas? Teria sido diferente? Essas perguntas são o “se” que a historiografia não compartilha tanto para o seu ofício, mas que aqui foi estimulado para refletir sobre aquilo que foi registrado, nomeado e glorificado e que, ao mesmo tempo, ocultou outras narrativas do passado e presente regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARQUEOLOGÍSTICA, Consultoria Arqueológica. **Pesquisa e registro documental do Sítio arqueológico histórico “Cemitério dos Caboclos”. Duplicação da Rodovia PR-323 - Trecho: Paiçandu – Doutor Camargo, Estado do Paraná.** Agosto, 2018.

BALLESTRIN, Luciana. **América Latina e o giro decolonial.** Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n.11, p. 89-117, 2013.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná.** 2. ed. São Paulo: Editora “Ave Maria” Ltda, 1977.

MALDONADO-TORRES, Nelson. **La descolonización y el giro des-colonial.** Revista Tabula Rasa, Bogotá, n. 9, p. 61-72, 2008.

MIGNOLO, Walter D. **O lado mais escuro da modernidade.** Tradução por Marco Oliveira. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.32, n. 94, p. 1-17, jun., 2017.

PESAVENTO, Sandra J. **O mundo como texto:** leituras da História e da Literatura. História da Educação, ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, n. 14, p. 31-45, set. 2003.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y modernidad/racionalidad.** Perú Indígena, Lima, v. 13, n. 29, p.11-20, 1992.

SANCHES. Antenor. **Maringá:** sua história e sua gente. Maringá: Editora Massoni, 2002.

SAPIENZA, Arqueologia e Gestão do Patrimônio. **Relatório Final de Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na Área de Duplicação, Restauração, Manutenção, Conservação e Operação do Corredor da Pr-323, entre Maringá e Acesso a Francisco Alves.** Tubarão, 2014.

SILVA, Marcio Antônio Both da. **Caboclos.** Revista História Unisinos, São Leopoldo, v. 18, n. 2, p. 338-351, mai.-ago., 2014.

TOLENTINO, Átila Bezerra. **Educação patrimonial decolonial:** perspectivas e entraves nas práticas de patrimonialização federal. Revista Sillogés, Porto Alegre, vol. 1, n.1, p. 41-60, 2018.

TOMAZI, Nelson Dacio. **“Norte do Paraná”:** histórias e fantasmagorias. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1997.

C
A
P
Í
T
U
L
O

1

1

FOTOGRAFIA E EDUCAÇÃO: A DOCUMENTAÇÃO IMAGÉTICA DA ESCOLA PÚBLICA DE MARINGÁ

William Robson Cazavechia



Recentemente, vivemos a pandemia do coronavírus SARS-CoV-2. A crise social de saúde se instalou com a rápida transmissão da covid-19, uma infecção respiratória aguda causada pelo mencionado vírus. A Organização Mundial da Saúde declarou o fim da pandemia em cinco de maio de 2023, após três anos do início da emergência global, declarada em janeiro de 2020¹⁷. Sobrevivemos despedaçados(as) às contradições manifestas entre os impactos das decisões em favor dos interesses financeiros e a luta incessante pela preservação da vida humana. Foram muitas as análises, comentários e estudos publicados, em um curto espaço de tempo, sobre os vários aspectos das transformações cotidianas causadas pelo rápido alastramento da doença. Em alguns casos, as crises foram proporcionadas devido às demandas contingenciais em relação à vertiginosa capacidade infecciosa da covid-19, em outros, foram apenas manifestas as profundas características desumanas do metabolismo social dominado pelo capital¹⁸.

Desde a descoberta do novo coronavírus em 31 de dezembro de 2019, foram propostas várias maneiras pelas quais seria possível conter a proliferação altamente contagiosa do vírus. Mas foram necessários apenas três meses para que a irrefutável declaração sobre o estado pandêmico não deixasse dúvidas sobre a melhor forma de conter o vírus, o isolamento social, a medida do *lockdown*. Passamos vários meses em confinamento social com hospitais lotados, escolas, universidades, prefeituras, centros esportivos e comerciais, rodoviárias, aeroportos, supermercados e *shoppings* fechados por decretos emitidos pelos poderes públicos. Neste contexto, entre estes decretos e disputas políticas, mantivemos, na medida do possível, algumas de nossas atividades. Dentre elas, enquanto realizava a pesquisa de doutoramento pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, elaborei, com o especial apoio da Professora Dra. Ligiane Aparecida da Silva (UFMS), o projeto de cultura **Ausências: um retrato da escola pública maringaense no período da pandemia**¹⁹. Retomei um pouco dessa memória recente sobre o difícil enfrentamento da pandemia, para localizar e contextualizar o objeto do presente capítulo. A aproximação entre fotografia e educação se deve ao ímpeto por registrar em imagens um momento histórico singular da escola pública local e regional. Quando foram baixados os decretos pelo fechamento das escolas públicas de Maringá, instalaram-se ausências que mal sabemos ainda se conseguimos presentificar. O que se segue é uma breve apresentação de um projeto

¹⁷ Para informações detalhadas sobre o histórico da pandemia e suas consequências, consultar: <https://www.paho.org/pt/historico-da-emergencia-internacional-covid-19>.

¹⁸ ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo Pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.

¹⁹ Proposta Cultural realizada a partir dos recursos disponibilizados pela Secretaria de Cultura da Prefeitura de Maringá/PR por meio do edital 002/2021 de incentivo à cultura - concurso Aniceto Matti. O projeto resultou em uma exposição fotográfica aberta à visitação entre os dias 07 de junho e 07 de julho de 2022 na Biblioteca Central dos Estudantes da Universidade Estadual de Maringá (Vídeo: <https://youtu.be/XW7gF4cXOhw>).

fotográfico que definiu por seu objetivo retratar as ausências da escola pública durante a pandemia na cidade de Maringá. Ao fazê-lo consciente de sua condição, o projeto produziu, além de um retrato, um documento histórico imagético.

Na ocasião da apresentação do trabalho ao público da **XXVII Semana de História - história regional - sujeitos - espaços - práticas**, no final do de 2024, fiz uma breve exposição do projeto e seu desenvolvimento no período da produção artístico visual. Exploramos livremente algumas das fronteiras das imagens fotográficas. Estavam presentes a Professora Dra. Marcia Regina Lupion e o Professor Dr. Lúcio Tadeu Mota, aos quais tive o prazer de conhecer naquela ocasião; o Professor Dr. José Carlos Gimenes, um dos proponentes da mesa temática; e o Professor Dr. Daniel Longhini Vicenconi, pesquisador do **Grupo de Pesquisa Sobre Política, Religião e Educação na Modernidade**, que também integro, coordenado pelo Professor Dr. Cezar de Alencar Arnaut de Toledo. Estavam presentes várias pessoas para além destas que compunham a mesa de apresentação de trabalhos ou estavam entre seus apresentadores(as). Fazíamos parte do grupo de trabalho sobre **História local e regional: as múltiplas narrativas do passado**. Naquela ocasião, a apresentação que fiz recebeu o título **Fotografia das Ausências: a escola pública maringaense no período da pandemia**. Mencionei o título por encontrar nele a justificativa para o uso da imagem como se segue. Ao falar sobre a fotografia das ausências, tive a oportunidade de falar sobre vivências e experiências proporcionadas pela execução do projeto. Aqui, o que apresento, são singularidades históricas em linguagem visual.

O projeto expográfico estava previsto e brevemente delineado antes da experimentação fotográfica. A expressão da narrativa em setenta e duas fotografias resultava de uma demarcação para a realização do projeto. Foram selecionadas doze das escolas públicas maringaenses localizadas às margens das quatro direções para as quais aponta o centro da cidade. Os seis painéis da expografia foram definidos por nomeações temático/espaciais da escola. Com este eixo narrativo e brevemente discursivo, desenvolvi a curadoria do ensaio tomando o título **Fotografia e Educação** por conceber o aspecto documental da presente exposição/publicação. Como atestei no projeto e o que se segue resumidamente aqui, a execução considerou a disposição dos espaços escolares e suas respectivas funções. As captações fotográficas das ausências foram feitas nos ambientes e nos espaços que normalmente são frequentados pelos sujeitos da Escola. O roteiro para a captação foi organizado em seis categorias de espaços, representados, na exposição, em forma de painéis²⁰.

²⁰ Os títulos dos painéis foram definidos a partir de cantigas populares amplamente conhecidas integrantes do imaginário escolar. Cada painel recebeu um título como se segue sucessivamente: 01 - Peixe vivo: espaços de ensino aprendizagem; 02 - Ciranda Cirandinha: espaços de interação e lazer; 03 - Quem te Ensinou a Nadar:

O maior desafio da atual atividade curadora foi a de selecionar as fotos que, separadas do conjunto dos seis painéis, manifestassem a crítica estética constituída no conjunto do ensaio. A construção de um retrato dos ambientes escolares nos quais as ausências foram fotografadas visam evidenciar a importância da Escola para a sociedade.

A fotografia capta o que nenhum texto escrito pode captar. Não substitui de modo algum qualquer que seja o texto escrito, especialmente se tratando de uma narrativa histórica cujo objetivo é explicar e explicitar a realidade de um momento histórico presente. Sobretudo, no momento em que a Escola Pública fechou suas portas, a fotografia se revelou capaz de captar a configuração espacial de um instante único, o instante das ausências. A fotografia pôde narrar as ausências nos espaços escolares e proporcionar um efeito estético singular em uma narrativa reveladora do quanto estes espaços são fundamentais para a construção da sociedade, da formação humana e dos espaços públicos de socialização.

A Escola Pública, no Brasil e em qualquer lugar no mundo, é o resultado de conquistas históricas. Enfrentou problemas e as várias contradições que sua própria constituição ensejou. Foi parte de disputas de poder, políticas e econômicas. Foi o lugar a partir do qual se constituíram debates sobre os processos pedagógicos e atividades educativas. Tem sua história narrada em livros diversos e está estampada no rosto de cada criança que a partir dela foi incluída no processo de distribuição e fomento do conhecimento humano. Na Escola Pública, as crianças das regiões periféricas das cidades puderam participar ativamente do processo no qual o gênero humano encontra sua singularidade humana em diversidade pujante de humanidades.

Entretanto, em nenhum outro momento histórico que não o recente presente pandêmico, a Escola Pública teve de fechar as portas para enfrentar uma pandemia de tamanha proporção. Até porque, em períodos anteriores, a Escola Pública não atendia tão grande quantidade de pessoas e comunidades. A covid-19 espalhou-se rapidamente por contágio entre pessoas e as medidas mais efetivas para sua contenção foram o distanciamento social e a consequente interrupção de aglomerações de pessoas nos vários espaços destinados às práticas coletivas, o que inclui as Escolas Públicas. Diante da pandemia, por medidas de segurança, a Escola se viu vazia e nestes espaços vazios podemos retratar as ausências da Escola, as ausências da Escola para a sociedade, e dialeticamente, a partir desse retrato, evidenciar sua importância para a mesma, especialmente se compreendemos que a vida da infância, vivenciada em grande parte no ambiente escolar, é vital para qualquer sociedade.

Por isso, e por ser esse momento histórico recente um momento no qual a imagem

espaços de pedagógicos e de gestão; O Sapo não Lava o Pé: espaços de higienização; 05 - Borboletinha tá na Cozinha: espaços de alimentação; 06 - Capelinha de Melão: espaços de acesso.

fotográfica dispõe de grande visibilidade, dispor dela, da arte de grafar com luz, para narrar a história do momento presente sobre da importância da Escola Pública e os dilemas a ela apresentados devido à epidemia enfrentada pela humanidade se fez uma tarefa necessária. Primeiramente, pelo valor cognitivo da fotografia. Em seguida, pelo valor histórico que a fotografia é capaz de reverberar. Os dois motivos conjugados, congregam conhecimento de ordem ética, política e estética indispensáveis para a compreensão de nossos dias e dos dilemas enfrentados pela Educação. O retrato singular de uma realidade particular como a das escolas municipais de Maringá pode promover a reflexão e desencadear a experiência estética provida de vida e de realidade sensível indispensáveis para a compressão da Educação como um todo. As fotografias são carregadas de polissemias e, por isso mesmo, carecem sempre de legendas suficientes. Sob as determinações de um presente incerto, as fotografias serão capazes de nos falar ao mesmo tempo do passado e do futuro possíveis.

Foi nesse sentido que a Escola Pública de Maringá pôde ser tomada como objeto para o desenvolvimento plástico da arte fotográfica documental. Os espaços vazios estão repletos de ausências. São estas ausências o objeto das captações fotográficas, para as quais a composição da narrativa do projeto expográfico almeja construir sentido artístico, histórico e ético. A exposição das fotos tem por objetivo a explicitação da polissemia dos olhares sobre o passado, o presente e o futuro da Escola Pública maringaense. A hipótese inicial do projeto consistiu no fato de que o fechamento das escolas devido às medidas de biossegurança decorrentes da necessidade de contenção da transmissão do coronavírus, revelou a importância dos ambientes escolares para sociedade como um todo. Para toda a comunidade escolar, incluindo alunos, no caso aqui, especialmente crianças, pais e responsáveis, professores, gestores, pedagogos e servidores, como os responsáveis pela zeladoria e alimentação e prestadores de serviços necessários à manutenção do ambiente escolar, fez-se notória a ausência dos espaços das Escolas. As ausências retratadas nos ambientes escolares, além de oferecer um acervo significativo da escola pública para a cidade de Maringá, registram as ausências sentidas pela sociedade em relação à Escola. Desde os processos sistemáticos de ensino-aprendizagem às questões mais amplas que envolvem a alimentação infantil.

Seguem-se seis fotografias, uma de cada tema/espço da escola pública²¹:



Figura 1 - Fotografia.

Autor: William Cazavechia, 2022.



Figura 2 - Fotografia.

Autor: William Cazavechia, 2022.

²¹ Os direitos autorais estão observados conforme a Lei Nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. As fotografias são de autoria de William Robson Cazavechia e as fotografias do Ensaio Ausências (2023) fazem parte do repositório da Ingirum - Palavra e Imagem.



Figura 3 - Fotografia.

Autor: William Cazavechia, 2022.



Figura 4 - Fotografia.

Autor: William Cazavechia, 2022.



Figura 5 - Fotografia.

Autor: William Cazavechia, 2022.



Figura 6 - Fotografia.

Autor: William Cazavechia, 2022.

C

A

P

Í

T

U

L

O

1

2

DO CIROL AO IMBAÚ: INTERFACES ENTRE O FACEBOOK E A HISTÓRIA

Tiago Suchecki



O município de Imbaú, no estado do Paraná, possui 14.249 habitantes segundo o Instituto Brasileiro de Pesquisa Geográfica e Estatística - IBGE, localiza-se na região dos campos gerais, uma região repleta de muita história, tanto regional como nacional. Contudo, ao realizar uma pesquisa no meio digital, como o google acadêmico, a base de dados da Scientific Eletronic Library Online – SciELO, e a base de periódicos da CAPES, podemos constatar a falta de trabalhos que contemplam a história do município de Imbaú, estado do Paraná. Os poucos que existem estão associados a questão do florestamento, denotando uma carência de trabalhos que abordam a história da cidade.

Devido à escassez das fontes bibliográficas, o mecanismo utilizado para a realização deste trabalho é a história pública, que entrelaça o conhecimento científico com o grande público, ou seja, acadêmicos e os não historiadores. Segundo o historiador Jurandir Malerba,

os historiadores não simplesmente divulgam o conhecimento para o público, mas devem trabalhar em conjunto com as pessoas comuns. O passado seria reconhecido como o terreno social em constante mudança, e os historiadores e o público deveriam cooperar e trocar ideias de modo a que sua expertise pudesse satisfazer as necessidades, desejos e conhecimento cultural do outro (Malerba, 2017, p.10).

Em síntese deve haver uma relação conjunta entre o historiador e o público em si. Este conceito apesar de não ser tão novo assim, vem ganhando espaço e visibilidade no Brasil a partir de 2011, apresentando estas discussões e também a importância de espaços de manutenção e preservação da memória.

Vivemos em uma era em que a tecnologia está se desenvolvendo constantemente, dinamizando todas as áreas da vida social, hoje uma publicação em uma rede social pode desencadear um engajamento com o público maior do que uma notícia jornalística, ou um trabalho acadêmico. A rede social conhecida como *facebook* por exemplo, propicia que seus usuários criem páginas de entretenimento e socialização sobre diversos temas. Entre estas, foram criadas páginas com o intuito de disseminar fotos antigas da cidade, muitas vezes com intuito nostálgico, de lembrar o passado vivido.

Como consequência, seja intencionalmente ou não, estas páginas atuam como espaços de preservação da história e memória local. De acordo com o historiador Bruno Leal Pastor de Carvalho, “é nesses espaços [*facebook, twitter, you tube e orkut*], em grande medida, que acontece a política e o engajamento social nos dias de hoje, além de serem essas redes lugares privilegiados para a formação da opinião pública” (Carvalho, 2014, p. 173).

No livro *História Pública no Brasil: sentidos e Itinerários*, é mencionado que os meios de comunicação “assumiram o papel principal de ligar as experiências coletivas, pode-se afirmar que através de inúmeros jogos narrativos reproduzem o passado dando a ele significações

diversas” (Mauad, Almeida & Santhiago, 2016, p. 131).

A fim de preencher as lacunas deixadas pela historiografia e a escassez de fontes bibliográficas, utilizaremos a página de *facebook* denominada “*Fotos antigas do Imbaú*”, criada em 11 de junho de 2015, pelo munícipe Osvaldo Lima, filho de Edison Lima, um dos pioneiros da cidade, o intuito foi criar um espaço para preservar a memória e a história de Imbaú, por meio de fotografias.

A página conta atualmente com 2.400 seguidores, entre 2015 e 2016 contou com um fluxo intenso de publicações, incluído imagens e textos, além da interação dos munícipes com comentários e relatos. No ano de 2017, não houve publicações e em 2018 contou com apenas uma. Entre os anos de 2019 à 2021 não houveram conteúdos e discussões na página, voltando a ter um pequeno fluxo em 2022. Desde então não há grande interação midiática, segundo o criador da página o motivo é a falta de fontes e materiais para divulgação, contudo os conteúdos acumulados, principalmente nos primeiros anos, nos fornecem subsídios para conseguir fazer uma análise prévia sobre a história do município de Imbaú.

Apesar de todas as críticas que a história pública sofre, principalmente por utilizar fontes não convencionais, como os recursos digitais, considerados como subjetivos. Devemos lembrar do que Paul Thompson (1992) apresentou em defesa as fontes orais, ao ressaltar que nenhuma fonte está livre de subjetividade. As fotografias são produtoras da memória pública, contudo não abordaremos as imagens em uma perspectiva de imagens/monumentos como o documento/monumento de Jacques Le Goff (1994). Para problematizar, será levado em consideração os comentários dos munícipes nas imagens e a percepção do viés que se busca construir a história, de maneira crítica considerado como uma forma de representação da história.

EU MORO NO CIROL

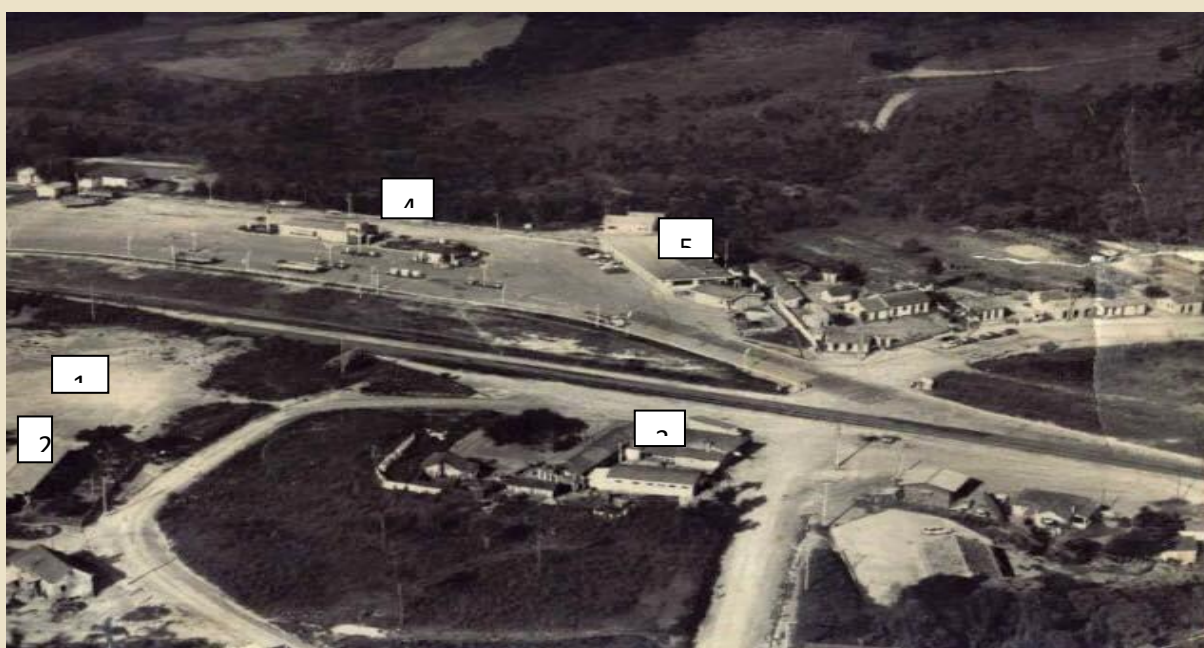
A história de Imbaú tem ligação direta com a empresa de pavimentação asfáltica denominada *Cirol*, esta empresa foi responsável pela construção da rodovia 376, em meados da década de 1960. A rodovia liga a cidade de Dourados no Mato Grosso do Sul até Garuva em Santa Catarina, tendo a maior parte de sua extensão o território paranaense, todo o percurso é conhecido como “Rodovia do Café”.

A partir do início da construção e o fluxo de trabalhadores surgiram diversos povoados e cidades, como Imbaú. Contudo, cabe ressaltar que o município está localizado na região dos campos gerais, em meio a rota dos tropeiros que levavam o gado do Rio Grande do Sul até Sorocaba em São Paulo, pelo caminho de Viamão. O trajeto dos tropeiros auxiliou na formação

e desenvolvimento de vilas que posteriormente se tornaram cidades. Entretanto, foi só com a vinda da empresa *Cirol* que houve a ocupação da região onde hoje é o município de Imbaú, os primeiros moradores vieram para trabalhar na construção ou estabelecer comércio para subsidiar as demandas que haviam, tais como moradia, alimentação e combustível.

Na imagem 1 abaixo podemos verificar uma fotografia do acervo pessoal do munícipe José Carlos da Silva, popularmente conhecido como “Carlão Açúcar”, que foi publicada na página *Fotos Antigas do Imbaú*. Ela ilustra a vista da cidade em 1970, quando a região ainda pertencia ao município de Tibagi – PR.

IMAGEM 1- VISTA AÉREA DO MUNICÍPIO DE IMBAÚ EM 1970



Fonte: Fotos antigas Imbaú (*Facebook*) 10 de fev de 2016. Grifos do autor 2024. Acesso em 15 de out de 2024.

Inseri uma numeração com objetivo de compreender alguns dos pontos de referência salientados pelos munícipes. No número 1 era o local do primeiro campo de futebol do município, ponto de encontro e lazer, em que também jogava o time Imbaú Futebol Clube, fundado pelo munícipe Edison Gomes de Lima, em 1966; na marcação 2 estava a escola Barão do Rio Branco em que muitos dos habitantes estudaram; no número 3 marca a localização do comércio da família Lima, construído em 1960, funcionava como restaurante e alojamento para trabalhadores da empresa *Cirol*, viajantes e também a população da região; no número 4 ficava o Posto Imbaú, na mesma localização em que fica atualmente o posto Shell; e no 5 a Lanchonete Imbaú, que até hoje é um ponto de parada em que muitos viajantes param com objetivo de se alimentar.

Em meio aos pontos destacados percebemos que todos vão se instalando e surgindo em

torno da rodovia 376, como o local não possuía uma denominação específica neste período passou a ser conhecido como *Cirol*, em virtude da influência que a empresa exercia no surgimento do município. Percebemos tal influência ao observarmos a imagem 2, uma fotografia do ônibus da empresa de viação denominada VINSA, cuja sede se localiza na cidade de Telêmaco Borba – PR, cidade que faz fronteira com Imbaú, em cima do ônibus percebemos a denominação “*Cirol*”, como referência da localização de destino.

IMAGEM 2 – ÔNIBUS DA VINSA COM DESTINO AO *CIROL*



Fotes: Fotos antigas Imbaú (Facebook) 11 de jun de 2015. Acesso em 11 de out de 2024.

Entre os relatos dos munícipes podemos compreender que muitos viajaram neste ônibus indo para Telêmaco Borba, a fim de estudar no colégio estadual Wollf Klabin – EFMNP e trabalhar. Todavia, o comentário mais recorrente são as lembranças do motorista, conhecido como “Zecão”, que levava as pessoas todos os dias nesta linha. Atualmente a VINSA continua sendo a principal empresa de transporte coletivo que oferta o serviço de locomoção entre as duas cidades.

Apesar de muitos pioneiros ainda utilizarem a denominação de *Cirol*, hoje o município é conhecido como Imbaú, podemos constatar ainda que a denominação já havia no posto Imbaú que era um dos pontos mais antigos do município, conforme podemos verificar na imagem de número 3, uma fotografia do posto em meados da década de 1970.

IMAGEM 3 – POSTO IMBAÚ



Fonte: Fotos antigas Imbaú (Facebook) 27 de mai de 2018. Acesso em 15 de out de 2024.

O posto foi inaugurado em 25 de julho de 1965, conjuntamente com a rodovia. Na fotografia podemos visualizar a quantidade de carros no local, demonstrando grande fluxo, visto que no período em questão, o posto era o único lugar para abastecimento entre as cidades de Apucarana – PR e Ponta Grossa – PR. Ao fundo podemos observar a lanchonete Imbaú com a arquitetura muito parecida de como é nos dias atuais.

O nome Imbaú advém da língua indígena tupi e significa “beber de bica”, em referência aos rios Imbaú e Imbauzinho, que são dois cursos d’água que perpassam o município. Segundo os relatos dos munícipes, haveria uma bica de água próxima a BR 376, em que muitos bebiam água e se refrescavam, advindo daí o nome da cidade, contudo os pioneiros ainda persistem em chamar a cidade de *Cirol*, com orgulho de terem feito parte do início do desenvolvimento do município.

O INÍCIO DO HOJE

Com a instalação da Rodovia, aos poucos Imbaú foi se desenvolvendo, crescendo e aderindo características de um centro urbano. Muitos buscaram fixar comércios no local e paralelo a isto o loteamento Mandaçaia, que posteriormente chamado de cidade Nova, foi desmembrado município de Tibagi – PR, sendo rebatizado como município de Telêmaco

Borba, em 21 de março de 1964. Tal cidade que obteve grande desenvolvimento com a fábrica de papel Klabin, o que desencadeou um salto no desenvolvimento de Imbaú que passou a ser um distrito de Telêmaco Borba, a partir da lei municipal número 58 de 16 de agosto de 1966.

A imagem 4 é uma fotografia datada de 1963, qual ilustra a “casa irmãos Jangada”, propriedade dos irmãos Walter e Osvaldo Jangada, que era uma casa comercial e mercado, em que as pessoas adquiriam roupas e mantimentos. Podemos observar que na frente do comércio a estrada era de terra, mesmo situando-se ao lado da BR 376. Atualmente ainda permanece o estabelecimento chamado de “Casa Jangada” no centro da cidade, além disso há outros comércios espalhados principalmente no centro cujos proprietários são a família Jangada.

IMAGEM 4 – CASA DOS IRMÃOS JANGADA



Fonte: Fotos antigas Imbaú (*Facebook*) 02 de abr de 2016. Acesso em 11 de out de 2024.

O nome da avenida principal, Ivo Jangada, localizada no centro do município, recebe esse nome em respeito ao pioneiro do município que cedeu parte de suas terras para a construção da estrada e primeiros comércios. Ali os munícipes faziam suas compras na “venda do senhor Albari” e jogavam sinuca no “bar do Gustão”, além de ser o local do tradicional desfile cívico realizado em 07 de setembro, em comemoração à independência do Brasil. Nos dias atuais, a avenida permanece como o ponto de encontro dos munícipes, principalmente nos finais de semana.

Outra grande influência no município é a religiosidade, a imagem 5 abaixo, denota a construção da capela Católica em meados do ano de 1970, cuja madeira e o terreno foi doado pela família Kortz, que também era socio proprietária do posto Imbaú.

IMAGEM 5 – CONSTRUÇÃO DA CAPELA CATÓLICA



Fonte: Fotos antigas Imbaú (*Facebook*) 18 de ago de 2016. Acesso em 29 de out de 2024.

IMAGEM 6 – CAPELA SÃO JOSÉ



Fonte: Fotos antigas Imbaú (*Facebook*) 13 de jun de 2015. Acesso em 29 de out de 2024.

Na imagem 6, podemos observar a capela já construída, batizada de São José, em homenagem ao santo da igreja Católica. A foto é uma memória de 1976, os relatos denotam que ela era pintada de azul claro, e ali muitos munícipes tiveram lembranças relacionadas a construção e também a formação religiosa, realizando catequese. A capela pertencia a Paróquia Nossa Senhora de Fátima, do município de Telêmaco Borba, e foi inaugurada em 27 de dezembro de 1970, um domingo, com a missa celebrada pelo bispo Dom Geraldo Micheletto Pelanda, da diocese de Ponta Grossa.

Segundo o site da Diocese de Ponta Grossa, a partir do povoamento de Imbaú e sua emancipação, era constantemente requisitado a presença do pároco para atender as necessidades pastorais e espirituais. Percebendo a situação de “quase-paróquia”, foi analisado pelos padres da seção 8 de pastoral da diocese de Ponta Grossa e pelo bispo diocesano da época Dom João Braz de Aviz, que fez visitas e após consultas ao conselho presbiteral e ao conselho dos consultores da diocese de Ponta Grossa, criou a paróquia São José em Imbaú, desmembrando da Paróquia Nossa Senhora de Fátima (Diocese de Ponta Grossa, 2024).

A Paróquia foi criada e instalada oficialmente solenemente pelo bispo diocesano em 13 de maio de 2001, o primeiro padre da paróquia foi Nelson Bueno da Silva, que ficou na paróquia até 2006, substituído pelo Pe. Gilberto Balbino de Andrade que permaneceu até 2016, desde então o pároco de Imbaú é o Manssuetto Pontarolo. A igreja permanece no mesmo local que era anteriormente a capela, hoje com a ajuda do projeto igrejas irmãs e a comunidade, foram construídos um centro pastoral, uma casa paroquial e reformas na igreja matriz.

Em 8 de dezembro de 1995 é sancionada pelo governador Jaime Lerner a lei número 11.220, que desmembrou Imbaú de Telêmaco Borba, sendo instalado oficialmente em 1 de janeiro de 1997, com a posse do primeiro prefeito Sidnei da Silva Mendes.

CONCLUSÃO

Tendo em vista os dados apresentados, percebemos as potencialidades que a história pública vem trazendo para as pesquisas historiográficas ao utilizar fontes menos convencionais. Ao analisar as imagens e os relatos dos munícipes nos comentários, salientando suas memórias, podemos compreender que o município de Imbaú possui uma ligação direta com a construção da BR 376, conhecida como *Rodovia do Cafê*, podemos atestar isso a partir da primeira denominação que o município recebeu, *Cirol*, em detrimento a empresa de pavimentação asfáltica que atuou na construção da rodovia.

Percebemos que a construção dos primeiros comércios, como o posto Imbaú surgiram com meios de comércio para subsidiar o fluxo de viajantes que utilizariam a BR 376, assim como os hotéis e restaurantes que inicialmente serviram de moradia e alimentação para os trabalhadores da empresa Cirol e para os viajantes. Em decorrência do fluxo de pessoas, novos comércios foram surgindo, além de locais para a socialização, como o campo de futebol e a capela São José, que posteriormente se tornou a igreja Matriz do município.

Este trabalho buscou elucidar questões prévias sobre a história do município de Imbaú, não sendo um trabalho concluído, à medida que novas questões surgiram a partir desta pesquisa inicial. No que diz respeito a denominação indígena do nome da cidade, teria

indígenas na região antes da construção da Rodovia 376? Também no que diz respeito aos relatos de munícipes que não estão atrelados as famílias pioneiras e donas dos estabelecimentos comerciais, qual a compreensão destes acerca da história? Tais indagações e problematizações servem de base para novas pesquisas e novos trabalhos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARVALHO, Bruno Leal Pastor de. **Faça aqui o seu login: os historiadores, os computadores e as redes sociais online.** Revista História Hoje, v. 3, n. 5, p. 165-188, 2014.

DIOCESE DE PONTA GROSSA. **Paróquia São José.** Disponível em: <https://www.diocesepontagrossa.org.br/paroquia/paroquia-sao-jose-imbau-centro>. Acesso em 29 de out de 2024.

FOTOS ANTIGAS IMBAÚ. **Publicações.** Imbaú, 11 de jun de 2015. Facebook: Osvaldo Lima. Disponível em: https://www.facebook.com/profile.php?id=100070291387637&locale=pt_BR. Acesso em: 15 de out de 2024.

LE GOFF, Jacques. **Documento/Monumento.** In: História e Memória. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1994.

MALERBA, Jurandir. ***Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital.*** In: Revista Brasileira de História. São Paulo, 2017.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; SANTHIAGO, Ricardo (Orgs.). **História pública no Brasil: Sentidos e itinerários.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado.** São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VOLUME

5

COLEÇÃO

ENSAIOS

REALIZAÇÃO:



DHI

Departamento de
História



PROF **HISTÓRIA**
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

DIVERSITAS

Fruto dos debates realizados na XXVII Semana de História da UEM, a Coleção Ensaio materializa o conhecimento em movimento. Organizada coletivamente por pesquisadores da área de História, esta série reúne trabalhos que se destacam pela análise crítica e pela capacidade de conectar o passado aos dilemas contemporâneos. Uma iniciativa que celebra o diálogo acadêmico e o torna acessível a todos os interessados em pensar a sociedade de forma mais profunda.

